



# **Sociologia positivista**



# **Sociologia positivista**

Paulo Silvino Ribeiro

© 2017 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.  
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

**Presidente**

Rodrigo Galindo

**Vice-Presidente Acadêmico de Graduação**

Mário Ghio Júnior

**Conselho Acadêmico**

Alberto S. Santana

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Camila Cardoso Rotella

Cristiane Lisandra Danna

Danielly Nunes Andrade Noé

Emanuel Santana

Grasiele Aparecida Lourenço

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Paulo Heraldo Costa do Valle

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

**Revisão Técnica**

Nathalia Cristina Oliveira

**Editorial**

Adilson Braga Fontes

André Augusto de Andrade Ramos

Cristiane Lisandra Danna

Diogo Ribeiro Garcia

Emanuel Santana

Erick Silva Griep

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Ribeiro, Paulo Silvino  
R484s Sociologia positivista / Paulo Silvino Ribeiro. – Londrina :  
Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.  
200 p.

ISBN 978-85-522-0046-8

1. Sociologia. 2. Positivismo. I. Título.

CDD 301

---

2017

Editora e Distribuidora Educacional S.A.  
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza  
CEP: 86041-100 – Londrina – PR  
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br  
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

# Sumário

<b>Unidade 1   Prêambulos da sociedade ocidental</b> _____	<b>7</b>
Seção 1.1 - A formação da sociedade ocidental: dos gregos à Era Industrial _____	9
Seção 1.2 - Desenvolvimento do pensamento ocidental: da Antiguidade à Idade Contemporânea _____	27
Seção 1.3 - Alguns pensadores da Idade Contemporânea _____	45
<b>Unidade 2   Os precursores do Positivismo</b> _____	<b>61</b>
Seção 2.1 - John Stuart Mill e o pensamento clássico econômico _____	64
Seção 2.2 - Saint-Simon e a reorganização da sociedade _____	80
Seção 2.3 - Augusto Comte e o discurso sobre o Espírito Positivista _____	94
<b>Unidade 3   A Sociologia Positivista</b> _____	<b>107</b>
Seção 3.1 - Émile Durkheim _____	109
Seção 3.2 - O Método Científico _____	122
Seção 3.3 - As Regras do Método Sociológico _____	135
<b>Unidade 4   Temas fundamentais da Sociologia de Émile Durkheim: da     divisão do trabalho à educação</b> _____	<b>149</b>
Seção 4.1 - Da divisão social do trabalho e a religião como fato social _____	151
Seção 4.2 - As contribuições de Durkheim para a educação _____	166
Seção 4.3 - Crítica ao pensamento positivista _____	181



# Palavras do autor

Esta disciplina tem por objetivo apresentar a você, caro aluno, a discussão sobre uma das fases iniciais do pensamento sociológico, a chamada Sociologia Positivista. Concebida no final do século XIX, esta fase foi um dos primeiros esforços de sistematização de conhecimento sobre a sociedade europeia que se transformava em virtude dos avanços do capitalismo. Partindo do Positivismo, uma corrente de pensamento que acreditava nas benesses do progresso advindas da ciência por seu caráter reformador, a Sociologia Positivista nasce com este intuito: saber explicar o “funcionamento” da sociedade.

Nesse sentido, conhecer o processo de desenvolvimento de uma ciência é fundamental para que se possa conhecê-la de maneira mais profunda, pensando sua evolução, bem como sua relação direta com as transformações históricas. Isso é o que justifica adentrarmos um pouco a fundo na história da Sociologia como ciência e podermos compreender o que foi esta sua fase mais positivista.

Como sabemos, as coisas estão em constante processo de mudança: nossas vidas, a tecnologia, uma planta, a temperatura, nossa experiência como indivíduos, enfim, tudo muda o tempo todo. Portanto, com o desenvolvimento de uma ciência ocorre a mesma coisa. Daí da importância de conhecermos os processos de constituição dos saberes e da ciência, produções humanas tão significativas para nossa vida. Aqui, a proposta é conhecer mais sobre a Sociologia e, deste modo, começar pelos tempos em que ela era uma jovem ciência: a Sociologia Positivista.

Vale dizer algo muito importante como aspecto motivador para este estudo. Não apenas será possível conhecer os principais pontos da Sociologia Positivista, ou mesmo seu principal expoente, Émile Durkheim. Vamos além! Será uma bela viagem pela história da formação da sociedade ocidental. No entanto, para que este percurso por tanto conhecimento seja realmente proveitoso, é fundamental que você, aluno, pratique o autoestudo, leia os textos, faça os exercícios propostos e mergulhe de fato na sociologia.

A proposta de estudo começa pela compreensão da formação da sociedade ocidental, da Antiguidade até a Idade Contemporânea. Na sequência, abordamos os precursores do positivismo até falarmos de seu fundador: Auguste Comte. A partir deste ponto, iniciamos uma abordagem mais detida sobre Émile Durkheim e suas obras, focando no seu método sociológico e sua preocupação com alguns temas, como o Trabalho, a Religião e a Educação. Ao final, alguns contrapontos importantes à Sociologia Positivista são apresentados.

## Prêambulos da sociedade ocidental

### Convite ao estudo

A Unidade 1 tem sua especificidade e, assim como percebemos nos estudos que fazemos ao longo da vida universitária, a primeira parte tem um caráter introdutório à discussão, e que talvez, em um primeiro momento, não façamos uma ligação direta com o conteúdo, mas não nos enganemos. A Unidade 1 não só está ligada à nossa discussão acerca da Sociologia Positivista, como é de natureza fundamental a qualquer reflexão que possamos empreitar sobre as humanidades.

Nesta unidade, já em sua primeira seção, começaremos por um estudo sobre a formação da sociedade ocidental, partindo de uma breve análise sobre a Grécia Antiga, passando pela Idade Média e pela Idade Moderna, até chegar na Era Industrial. É muito provável que você conheça parte do que veremos aqui, mas nada melhor do que retomar alguns pontos quando vamos empreender um novo estudo, não é mesmo? Por isso, na segunda seção veremos um pouco mais sobre o desenvolvimento do pensamento ocidental, o qual teria tido início com a filosofia dos gregos, passando pelo teocentrismo da Idade Média, pelo antropocentrismo da Idade Moderna, até chegar à ciência como a conhecemos hoje. A terceira seção será o momento de nos atermos à leitura de dois grandes pensadores, Adam Smith e Alexis de Tocqueville, que deram voz e projeção aos valores e às ideias burguesas, tidos como consequência direta do desenvolvimento do capitalismo.

Todos estes assuntos somados foram aqui considerados como os preâmbulos da sociedade ocidental. Aliás, esse é o nome atribuído à Unidade 1, afinal, o que é um preâmbulo senão o começo?

Portanto, esperamos que nesta unidade você possa iniciar uma postura crítica e reflexiva diante da complexidade da vida social, o que é fundamental para compreender o papel da Sociologia dentro do contexto das Ciências Humanas e Sociais. Este é um passo primordial para o caminhar na direção da compreensão da Sociologia Positivista, seja em termos de sua origem, seja em relação aos seus preceitos e aspectos mais gerais representados na obra de Émile Durkheim.

Para que você possa começar seu estudo sobre a Sociologia Positivista, vamos partir de uma situação hipotética. Vamos lá?

Em uma noite qualquer de um domingo, assistindo a uma entrevista de um sociólogo para um jornal na TV, você e sua família começam a indagar: como este homem pode falar com tanta certeza sobre as coisas que acontecem no cotidiano? Chama a atenção de todos na sala a forma como, na entrevista, o tempo todo aquele entrevistado vai relacionando economia, política, cultura, história e a sua vida, mas o que é a Sociologia?

Para saber um pouco mais, alguém dá uma olhadinha no dicionário e vê que ela é uma ciência, e que como tal tem por objeto de estudo a vida do homem em sociedade e os desdobramentos destas relações sociais. Daí vem a pergunta: teria a sociologia existido desde os tempos mais antigos, assim como a filosofia, a medicina, a matemática e a física? Como ela surgiu? Uma pista, porém, parece ter sido dada pelo entrevistado, afinal, ele fala o tempo todo de capitalismo, trabalho, lutas sociais, desigualdade e tecnologia. Aguçados pela curiosidade, todos que estavam na sala continuam a questionar: teria essa ciência alguma relação com o desenvolvimento do capitalismo e com as transformações sociais? Para matar a charada, é claro que se faz necessária uma boa pesquisa.

# Seção 1.1

## A formação da sociedade ocidental: dos gregos à Era Industrial

### Diálogo aberto

Como vimos no contexto de aprendizagem, a curiosidade sobre o que seria a Sociologia foi o que impulsionou o início de uma interessante investigação. Contudo, a pesquisa rápida no dicionário da estante não foi suficiente e, por isso, você recorreu à internet para conhecer um pouco mais. Sua avó, que estava na sala assistindo à entrevista com você, chama a atenção para um fato com um comentário feito por ela: “na minha época, não tinha esta coisa de computador, muito menos esta coisa de internet ... o mundo está muito mudado”.

Sim, ela tem razão. O mundo muda o tempo todo e em todos os aspectos, principalmente no que diz respeito à forma como os homens interagem entre si e com a natureza à sua volta. Assim, criaram novas formas de produzir seu alimento, suas casas, suas ferramentas, seu modo de vida. Eis uma pista importante para quem quer compreender como nasceu a sociologia.

Desta forma, será por aí que você decide começar esta jornada: compreender as transformações sociais ao longo da história. De que modo as coisas foram mudando até chegarmos aos dias de hoje? Quais são os principais fatos históricos que contribuíram para isso? Como nossa sociedade foi formada? Em que momento os indivíduos passaram a mediar suas relações pelo dinheiro e deixaram de produzir o que precisavam de modo manual e para o autossustento, passando para uma produção em escala? Buscar respostas para estas questões possibilita-nos conhecer um pouco mais sobre a sociologia. Vamos conhecer mais sobre nossa história?

## Não pode faltar

Antes de começar o estudo do conteúdo desta seção, você deve ter em mente que a rápida “viagem” pela história que será realizada nesta Seção 1.1 não tem o objetivo de esgotar qualquer discussão sobre a história e cultura ocidental. Trata-se de uma revisão que possibilite a compreensão da mudança e de algumas características principais dos momentos históricos, sempre tendo como objetivo contextualizar o desenvolvimento científico, em especial o das ciências sociais e da Sociologia Positivista.

### A - A Antiguidade Greco-Romana e as Invasões Bárbaras

Talvez, você já deve ter se perguntado em algum momento: por que devemos estudar os gregos se somos brasileiros e fomos colonizados por portugueses? Qual é o sentido deste interesse pela história de um país tão pequeno, como nos indica o mapa-múndi? Uma possível resposta para estas perguntas é que a Grécia foi o berço da cultura ocidental. Isso significa que, ainda que tenhamos outra nacionalidade, outro idioma, entre outras diferenças com os gregos de hoje, os principais aspectos de nossa cultura (não apenas do Brasil, mas do mundo ocidental em geral) possuem raízes em tempos muito remotos, lá da Grécia Antiga. Por isso mesmo, você precisa conhecer um pouco sobre a Antiguidade Clássica e isso será o que tentaremos fazer a partir de agora.

#### Quem eram os gregos? O desenvolvimento da civilização grega

Os gregos são descendentes da Civilização do Egeu, a qual era composta por um variado número de povos que viviam na região do mar que leva o mesmo nome. Segundo registros, pode-se falar que, desde o século XI a.C., já teria se iniciado o processo de formação da civilização grega, o qual se tornaria mais complexo no século VI a.C., principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento da pólis e da filosofia.

Assim como no caso de tantas outras civilizações, os gregos tinham seus mitos fundantes (histórias que explicam a origem dos povos e servem para dar sentido às coisas), e parte importante de sua história estaria registrada em duas obras épicas do poeta Homero, as famosas *Iliada* e *Odisseia*, produzidas no século VIII a.C. Conforme

aponta Cristina Costa, sobre o desenvolvimento da civilização grega, podemos dizer que:

A expansão comercial e o desenvolvimento da colonização do período arcaico puseram o homem grego em contato com outras culturas; a escravidão como base da produção de riquezas liberou a abastada classe comerciante da necessidade do trabalho manual, proporcionando-lhe tempo ocioso; o surgimento da moeda organizou a economia; a criação da escrita e das leis ordenou os direitos da comunidade e do cidadão; a consolidação da pólis (cidade) rompeu o estrito círculo familiar e a rígida e hierárquica estrutura da sociedade agrícola, provocando conflito de interesses; todos esses fatores foram decisivos para o desenvolvimento da civilização grega. (COSTA, 2011, p. 17)

Lendo atentamente estes pontos, você pode imaginar como cada um deles contribuiu para que os gregos marcassem de fato a história ocidental. Embora se possa imaginar que todas estas transformações estiveram presentes por entre a civilização grega, isto é, por entre suas cidades-estado autônomas, o fato é que duas delas se destacaram, cada uma a seu modo: Atenas e Esparta. Atenas foi o lugar onde o comércio, as artes e a produção de pensamentos, tanto filosóficos, políticos e científicos, tiveram destaque, o que, aliás, teria contribuído para que ela, enquanto cidade-estado, também despontasse entre as demais. Já Esparta, diferentemente de Atenas, teve como marca a valorização da atividade militar (o que fazia dela uma cidade-estado guerreira, acima de tudo), da austeridade e da plena submissão do indivíduo ao Estado, com uma educação voltada à formação de guerreiros.

### **Os legados da civilização grega**

Todas as culturas, povos e etnias, de modo geral, desenvolveram ao longo da história seus próprios modos de interação com o meio, entre os homens, e de produção de conhecimento sobre o mundo, sobre a natureza. Assim, não devemos afirmar que uma cultura é

melhor que outra, mas temos de compreender suas diferenças e particularidades. Contudo, considerando-se o estudo que estamos fazendo aqui, temos de pensar no processo de formação da cultura ocidental e, deste modo, devemos destacar o legado da civilização grega, principalmente no que diz respeito à forma como os gregos da Antiguidade sistematizaram o que hoje conhecemos por cultura racional. Assim, a cultura grega não foi melhor do que outras, mas contribuiu de forma significativa para a cultura ocidental. Os grandes legados da civilização grega para nós, conforme aponta Santos (2013), foram o ideal cívico, o regime democrático, o ideal esportivo (foram criadores das Olimpíadas), o desenvolvimento das ciências e uma influência literária e artística. Dentre todos os legados, a democracia foi um dos mais relevantes, afinal, determinou o modo como a maioria de nós ainda hoje acredita ser a melhor maneira de fazermos política. E o que é fazer política senão pensar nos interesses da pólis?

A palavra pólis pode ser compreendida como cidade ou sociedade, o que pressupõe uma noção muito forte entre os gregos de vida coletiva, em comunidade, o que foi a base para o nascimento da democracia participativa. Aliás, para os gregos, aqueles que não se interessavam pela participação da política deveriam ser considerados “idiotas”, palavra usada como um adjetivo para quem apenas se interessava pelos interesses particulares (privados), ignorando a vida pública.



### Exemplificando

Você sabe o que é democracia participativa? Ela é igual à que temos no Brasil hoje?

A democracia participativa dos gregos da Antiguidade Clássica admitia a participação de todos os cidadãos no ato da tomada de decisão para uma ação pela comunidade. Nossa democracia, atualmente, não é participativa, afinal, somos mais de duzentos milhões de brasileiros, o que, possivelmente, inviabiliza a participação direta. Assim, diferentemente dos gregos, nós temos uma democracia representativa. Votamos em outras pessoas para nos representarem e tomarem as decisões por nós.

Contudo, ainda que estas observações sejam verdadeiras e importantes, temos de fazer algumas ponderações tanto sobre a democracia grega

como em relação à democracia brasileira.

Ainda que os gregos defendessem a prática democrática, a maioria da população não era considerada como cidadãos (com direito ao voto), a exemplo dos escravos e das mulheres. Quanto à democracia no Brasil, temos recentes experiências de democracia participativa a exemplo de conselhos municipais e orçamentos participativos, por meio dos quais as pessoas podem ser ouvidas de forma mais ativa, contribuindo de certo modo para o processo de formulação de política pública.

## **O começo do fim do período áureo - Guerra do Peloponeso**

Ao longo do tempo, a rivalidade entre Atenas e Esparta se constituiria e isso seria o começo do fim da unidade e apogeu da cultura grega, sendo a Guerra do Peloponeso o ponto alto deste conflito. Ao disputarem a hegemonia por entre as demais colônias gregas, acabaram por se enfraquecer, tornando-se alvo de uma civilização contemporânea e vizinha aos gregos: a civilização persa. Os persas, deste modo, foram os verdadeiros vencedores de uma guerra entre atenienses e espartanos. Assim, a Grécia se tornaria subjugada pelo Império Persa, mas este, por sua vez, também teria seu fim.

## **Alexandre e o helenismo**

Por volta do século IV a.C., Filipe II, rei da Macedônia, desejava expandir seu reino e, conforme nos aponta o historiador J. M. Roberts (2001, p. 209), “as circunstâncias foram-lhe muito favoráveis: os Estados gregos estavam desgastados pelas suas longas lutas e a Pérsia sofrera uma série de revoltas que a enfraquecera. A Macedônia era rica em ouro e, portanto, podia financiar um exército forte e efetivo [...]”. Filipe conseguiu expandir seu reino, mas foi seu filho, Alexandre, o Grande, que de fato se destacou na história.

Alexandre construiu um enorme Império, bem como foi o principal articulador para um processo de miscigenação cultural entre os povos do Mediterrâneo e da Ásia, fazendo com que o chamado helenismo se difundisse, o maior legado deste império. “O mundo helenístico era

um negócio em maior escala do que fora o antigo mundo grego, e um palco mais amplo para a cultura grega” (ROBERTS, 2001, p. 213). Dito de outra maneira, o helenismo foi a junção de várias culturas de origem europeia, asiática, e africana com elementos da cultura grega, resultado direto da expansão do Império Macedônico.

Entretanto, como você deve ter percebido, os impérios também podem acabar, afinal, os processos históricos promovem mudanças que podem abalar as estruturas que mantinham as sociedades, suas formas de produção, de organização política, entre outros. Assim, o império macedônio chegou ao fim e sucumbiu aos romanos.



### Assimile

Em meio a toda discussão realizada aqui, há uma ideia muito importante que deve ser bem compreendida por você. Trata-se da ideia de processo histórico. Você saberia explicar o que isso significa? Qual é a diferença entre fato histórico e processo histórico?

O processo histórico diz respeito a uma série de mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que acontecem ao longo da história, as quais promovem transformações nas organizações sociais existentes. São mudanças que ocorrem de modo não linear e que transformam, por exemplo, o modo de produção (a maneira como as pessoas produzem aquilo que precisam para sua vida material, como alimentos, abrigo, roupas etc.) e as relações de poder entre os homens. Contudo, não apenas as mudanças que aqui foram citadas são o resultado ou constituem o processo histórico, mas também as permanências e a sobreposição de fenômenos. Por ora, o que se deve ter em mente é que o processo histórico é dinâmico, com mudanças, permanências e sobreposições de tudo aquilo que é fruto da interação social entre os homens. Já o fato histórico, por sua vez, diz respeito a um acontecimento, um evento ou uma data, resultado direto de um processo histórico que permitiu a criação de determinadas circunstâncias ou contexto para que aquele fato histórico acontecesse.

Podemos pensar que o fato histórico da chegada de portugueses nas terras brasileiras é resultado de um processo histórico que estava se desenrolando na Europa, com mudanças sociais, econômicas e políticas

muito importantes. Do mesmo modo, a chegada do homem à Lua é um fato histórico resultante de um processo histórico de desenvolvimento da tecnologia e do capitalismo no século XX, dentro do contexto da corrida espacial entre os Estados Unidos da América (EUA) e a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

## **O Império Romano - do poderio de Roma às invasões bárbaras**

O Império Romano foi um dos maiores da história, o maior da Antiguidade, e assim como a civilização grega e o helenismo, também deixou marcas e heranças muito profundas na cultura ocidental. Embora, cronologicamente, o Império Romano tenha seguido o Macedônico, há registros de que a história de Roma já tenha começado desde 510 a.C. Conforme mostra Roberts (2001, p. 215), o poder do Império Romano “se estenderia por uma região profundamente influenciada, e até mesmo transformada, pela cultura grega, que continuaria a incorporar grande parte do continente europeu e do norte da África”. Mas o Império Romano passaria, ao longo da história, por modificações profundas e importantes, transformando-se de uma cidade-estado em uma civilização mediterrânea, deixando de ser pagã para ser um Estado cristão.

Segundo Hélio Jaguaribe (2001, p. 365):

Podemos identificar cinco fases nesse longo processo: (1) a fase inicial, que corresponde ao período monárquico e ao princípio da República; (2) o período da República Tardia; (3) o Principado, de Augusto a Marco Aurélio; (4) a grande crise do terceiro século; e, (5) o período da Antiguidade tardia, com a divisão entre leste e oeste e as sucessivas épocas pagãs e cristã.

Com a morte de Teodósio, em 395, seus filhos dividem o Império em duas partes: um do Ocidente e outro do Oriente.

## Heranças de Roma

São inúmeras as heranças romanas em nossa cultura, desde a engenharia e arquitetura, passando pela estrutura militar, pela literatura, pela forma de organização burocrática do Estado (com cobrança de impostos, por exemplo), pelo direito (com a criação de um código de leis), até mesmo em relação à nossa língua, pois do latim derivou não apenas o português, mas tantas outras. Portanto, a influência cultural romana é sentida até hoje. O próprio cristianismo é um exemplo, e em especial a Igreja Católica, afinal, foram institucionalizados e se tornaram, respectivamente, religião e instituição oficiais do Império, o que certamente determinaria a visão religiosa do Ocidente daí em diante.

### O prenúncio do fim

Alguns historiadores dizem que o Império Romano teria crescido demais, e por isso mesmo não tinha mais condições de defender suas fronteiras contra os ataques dos povos bárbaros. Como aponta Santos (2013, p. 32), “a crise do sistema escravista, agravada pela instabilidade política interna, revoltas e invasões estrangeiras, desorganizou ainda mais o Império”. Deste modo, Roma se tornaria vulnerável, isto é, muito fragilizada para os inimigos – povos bárbaros como os anglo-saxões, vândalos (aliás, é daí que vem a palavra vandalismo, quando se fala em depredação), hunos, visigodos, ostrogodos, lombardos e francos –, desestruturando-se enquanto império.

## B - A Idade Média e o feudalismo

As invasões bárbaras não apenas fizeram o Império Romano do Ocidente sucumbir, mas mudaram a história da Europa e do mundo. Iniciava-se, portanto, o período conhecido por Idade Média, o qual vai desde 476 d.C. (queda do Império Romano do Ocidente) até 1453, com a queda da outra metade do Império Romano, o do Oriente. Vejamos, por que isso não se trata apenas de dados históricos?

Porque foi na Idade Média que ocorreu uma nova configuração da sociedade ocidental, momento no qual a Grécia Antiga e o poderio de Roma, como acabamos de estudar, não existiam mais como antes. Assim, podemos dizer que as características e os acontecimentos do período medieval repercutiriam decisivamente no que estaria por vir

na história da sociedade ocidental.

### **As relações servis e a sociedade estamental**

Neste período, a população vivia nos chamados feudos, porções de terra de propriedade dos senhores feudais, homens de mais posses que a maioria das pessoas. Os feudos eram uma espécie de aldeias ou vilarejos, nos quais os indivíduos viviam na condição de servos, portanto, por meio de relações servis. Isso não significa que fossem escravos (como no período do Império Romano, quando o modo de produção escravista era predominante), mas estavam subjugados ao poder dos senhores feudais. A condição social e o medo dos ataques bárbaros era o que condicionava homens e mulheres a viverem na servidão. Assim, a estrutura desta sociedade era do tipo estamental, isto é, uma forma de organização social na qual não é possível se pensar na mobilidade social. Em outras palavras, as pessoas estavam fadadas a ocuparem sempre a mesma posição social, ou seja, ao nascer plebeu e servo, morreria plebeu e servo; ao nascer nobre, morreria nobre. Assim, a divisão social desta sociedade pode ser representada a partir da imagem de uma pirâmide, a qual teria em sua base os servos (plebeus); acima deles, os senhores feudais nobres; e no topo, os clérigos, representantes da Igreja.



#### **Refleta**

Embora não possamos afirmar que havia escravidão na Idade Média, as relações servis certamente feriam o que hoje entendemos por dignidade humana, já que as pessoas estavam presas a deveres e à obediência ao senhor feudal.

Vamos refletir: naquele momento não havia a noção de direitos ou de cidadania? O que você sabe sobre isso?

### **O feudalismo como modo de produção**

O que é um modo de produção? Trata-se da forma como as pessoas se relacionam entre si e com o meio (com a natureza) para produzir tudo aquilo que precisam para viver, a exemplo da comida, das habitações, das ferramentas, entre tantas outras coisas.

Hoje, vivemos em um momento da história no qual predomina o modo capitalista de produção. Contudo, na Idade Média, o modo de produção da vida era bem diferente: tratava-se do feudalismo, pautado na subsistência, na produção artesanal e em pequena escala. Como aponta Huberman (1986, p. 3), o trabalho era “na terra, cultivando o grão ou guardando o rebanho para utilizar a lã no vestuário. Era o trabalho agrícola, mas tão diferente de hoje que dificilmente reconheceríamos”. Assim, já podemos imaginar que, em virtude da pouca ou nenhuma circulação de moeda corrente, predominavam as trocas. Os servos, sobre os quais já falamos, produziam nas terras arrendadas dos senhores feudais, não recebendo nenhum pagamento em dinheiro pela produção. Aliás, eram obrigados a entregar uma parte do que produziam. Pagavam impostos a exemplo da corveia (um tipo de serviço gratuito dedicado ao soberano ou ao senhor por usufruir de parte de sua propriedade) e da talha (cessão de parte da produção do servo para o senhor), assim como o dízimo (dez por cento da produção do servo era destinado à Igreja).

### **O Poder Ideológico da Igreja**

É impossível conhecermos mais sobre a Idade Média sem levarmos em consideração o papel e o poder da principal instituição do período, um dos principais ícones da cultura ocidental: a Igreja Católica.

O cristianismo, como se sabe, surgiu como uma religião institucionalizada ainda no Império Romano, com a fundação da Igreja Católica, a qual difundiu um pensamento monoteísta e teocêntrico (Deus como o centro de todas as coisas). Neste sentido, a Idade Média foi marcada por uma intensa religiosidade, alimentada pela Igreja Católica, a qual exerceria, desta forma, um poder ideológico sobre a sociedade, justificando, por exemplo, a sociedade estamental.

### **Mudanças rumo ao fim**

Posteriormente, muitas transformações abalaram as bases do modo de produção feudal. Um dos principais aspectos foi o questionamento, cada vez maior – até chegarmos na Reforma Protestante –, do poder da Igreja, que, além de religioso e ideológico, também era político. Assim, a visão teocêntrica é questionada e o antropocentrismo (aquele dos gregos, que valorizavam a ideia

do homem como a medida de todas as coisas) retoma à cena. As mudanças não foram apenas culturais, no modo de ver a realidade (como também estudaremos mais à frente), mas acima de tudo econômicas. Assim, o período feudal chegava ao fim, dando espaço à Idade Moderna, como veremos a seguir.

## **C - A Idade Moderna: o fim do feudalismo e a formação do Estado Moderno**

O processo de urbanização e o desenvolvimento do comércio contribuíram para o desmonte da Idade Média. O feudalismo vai se enfraquecendo, ao passo que o capitalismo vai se consolidando e ganhando seus contornos. Segundo Jaguaribe (2001, p. 416):

A ressurgência das cidades começou no fim do século X [...]. O aumento da atividade comercial provocou um processo circular de crescimento de fatores interligados: os comerciantes atraíam os artesãos e estimulavam a produção dos camponeses, aumentando o fluxo de mercadorias, o que por sua vez levava a uma expansão das trocas. Esse processo provocou a criação de aglomerações de casas comerciais fora das muralhas das velhas cidades, o que depois de algum tempo, obrigava à construção de novas muralhas, mais extensas, para cercar a área urbana expandida. Outro resultado foi a urbanização ocorrida em torno dos mosteiros e castelos, e perto dos locais onde se realizavam feiras periódicas [...]

Nascia a Idade Moderna, era de muitas transformações sociais, econômicas, políticas e ideológicas, as quais eclodem, inicialmente, na Europa.

Já falamos aqui da importância em se considerar os processos históricos e, por isso, não devemos considerar apenas os que ocorreram ao longo da Idade Moderna para assim compreendê-la, mas aqueles que a precederam e que deram condições para seu surgimento. Com o desenvolvimento do comércio e das cidades, conseqüentemente, surgiu uma nova classe social que se dedicava à atividade comercial e que dela se beneficiava. Estamos falando da

chamada classe burguesa mercantil.

## **O Estado Moderno**

Outro fato importantíssimo, do ponto de vista histórico, e que nos ajuda a compreender este período, é o fortalecimento do Estado Moderno, isto é, a centralização e consolidação do poder político nas mãos dos reis, a exemplo de Portugal e de Espanha, os quais estão entre os primeiros Estados constituídos naquele momento. Estruturava-se assim um período no qual o poder absolutista marcou a ordem política. Contudo, vale dizer que ele não seria possível sem o primeiro fator que aqui já descrevemos: a ascensão de uma burguesia, detentora de recursos e desejosa por condições para a expansão comercial.

O que podemos concluir desse processo? Que a acumulação de riqueza levou ao acúmulo de poder da classe burguesa, cada vez mais desejosa pela participação política e pela ampliação dos meios de obtenção de mais lucro. Assim, por conta dos interesses convergentes entre as monarquias e a burguesia, esta última apoiava um regime do qual pudesse obter vantagem.

Desse modo, o período capitalista entraria em sua fase chamada mercantilista, dando-se início à expansão marítima ao final do século XV. Este seria o período das chamadas “grandes navegações”, a exemplo das navegações portuguesas que chegaram ao Brasil em 1500. O mercantilismo era um sistema econômico que se pautava no princípio da acumulação de riqueza pelas nações, pela preocupação com a balança comercial (aumento da exportação e diminuição da importação) e com o monopólio do comércio das metrópoles em relação às colônias.

## **D - Revolução Francesa e a Era Industrial**

Paralelamente ao desenvolvimento comercial, ocorria uma forte transformação no mundo das ideias e da produção do pensamento humano. Esta transformação era fruto do pensamento da classe burguesa que, aos poucos, também ampliava cada vez mais sua importância no cenário econômico, político e intelectual. Os burgueses almejavam cada vez mais espaço e começaram a tecer críticas ao monopólio e ao poder absolutista. Buscavam a abertura

econômica com a quebra do monopólio, isto é, o desmonte das bases do mercantilismo. O desejo pela ampliação da produção e do comércio (o qual justificava o interesse burguês pelo livre-comércio) fez a ciência e a tecnologia se desenvolverem, dando-se condições para o advento da Revolução Industrial.

## **A Revolução Industrial**

A palavra revolução diz respeito, diretamente, à ideia de ruptura ou mudança brusca. Contudo, a mudança ou a quebra de paradigma posta pela Revolução Industrial não se deu de um dia para outro. Foi um processo histórico e, segundo registros, começou por terras inglesas, chegando ao seu auge na segunda metade do século XVII. Nascia um novo modo de produção, mais tecnológico, eficaz e ágil, com a finalidade de atender às demandas em escala. Com ele, aparece e ganha destaque o operário, o trabalhador urbano, em contraste com o camponês. Segundo o historiador Huberman (1986, p. 172), "com a associação da máquina à força do vapor ocorreu uma modificação importante no método de produção. O aparecimento da máquina movida a vapor foi o nascimento do sistema fabril em grande escala. Era possível ter fábricas sem máquinas, mas não era possível ter máquinas a vapor sem fábricas". Surgia o capitalismo industrial, e com ele ampliava-se a urbanização, além de uma série de outras transformações que vinham na esteira.

## **Revolução Francesa**

A pressão política contra o Antigo Regime, mais especificamente à figura do rei (que outrora teria se aliado aos burgueses em nome do fortalecimento do Estado Moderno), ganhava força. O contexto da França em meados do século XVIII era prova disso e outra revolução aconteceria: a Revolução Francesa de 1789.

A Revolução Francesa significou o questionamento e rompimento do modelo político predominante na Europa ao longo da Idade Média e da Idade Moderna: o poder absolutista.

Boa parte do território francês era ocupado pela produção agrícola camponesa, no entanto, era grande a diferença social entre os camponeses e os nobres, estes absolutamente mais ricos e isentos da exploração da cobrança de impostos da coroa.

Além dos camponeses, faziam parte do denominado Terceiro Estado (lembrando que o Primeiro e o Segundo Estados eram compostos pelo clero e pela nobreza, respectivamente) os camponeses sem-terra, os *sans-culottes* (que receberam esse nome porque não usavam as vestimentas típicas da nobreza), artesãos, trabalhadores urbanos pobres e desempregados. Havia, ainda, os burgueses (intelectuais, profissionais liberais e comerciantes).

Os setores populares enfrentavam, naquele momento, sérios problemas socioeconômicos, dentre eles a fome. Assim, eles desejavam mudanças na economia que estava em crise e também no modo como o rei governava, já que isso lhes parecia tanto um obstáculo à prosperidade quanto uma forma injusta de governo. Desse modo, aos poucos, iniciaram-se revoltas populares pela França.

Contudo, embora a revolução tenha unido, em especial, camponeses e burgueses, seus interesses não eram necessariamente os mesmos. Enquanto os camponeses almejavam melhores condições de vida e produção, pagando menos impostos, os burgueses vislumbravam a possibilidade de participação do poder, antes apenas concentrado nas mãos do rei. A burguesia de fato teve êxito e sucesso em termos de sua expectativa em chegar ao poder, apropriando-se do Estado, porém, os interesses dos camponeses não foram contemplados como esses esperavam. Isso significa que o lema *Liberdade, Igualdade e Fraternidade* não valeu para todos, mas para um grupo social.

Assim, em 1789, a Revolução Francesa marcou o fim da Idade Moderna e o início da Idade Contemporânea. Deste modo, as duas Revoluções que aqui descrevemos de forma muito breve são as responsáveis pela conformação de uma nova sociedade, marcada por outra estrutura e organização social: a sociedade industrial. As revoluções burguesas, tanto a Industrial como a Francesa, conduziram o Ocidente ao desenvolvimento do capitalismo.



**Pesquise mais**

Você saberia dizer se existe uma relação entre a Revolução Francesa e a história do Brasil? Vamos pesquisar a este respeito?

Uma sugestão: faça uma pesquisa na internet (em um site de busca, ou melhor, em um site especializado no conhecimento da história) combinando algumas das seguintes palavras-chave: Napoleão Bonaparte; D. João VI; Revolução Francesa; Conjuração baiana; Independência do Brasil. O que você encontrou?

## Sem medo de errar

Agora que você já relembrou parte significativa da história da formação da sociedade ocidental, certamente tem boas condições de retomar as reflexões sobre as questões sugeridas lá no item Diálogo aberto (situação de aprendizagem), não é mesmo?

Um dos aspectos fundamentais deste conteúdo era permitir que você compreendesse de forma clara como se deram as principais transformações ao longo da história, transformações estas que nos fizeram chegar até aqui e, ao mesmo tempo, acabaram se tornando objeto de estudo da Sociologia. Afinal, esta não era sua curiosidade: saber do que se trata a Sociologia?

De fato, a revisão que juntos realizamos possibilitou que muita coisa fosse lembrada e aprendida. Por exemplo, você aprendeu quais são as heranças que tivemos das civilizações greco-romanas. Viu como o helenismo foi o resultado da interação de várias culturas e que, até os dias de hoje, são elas que influenciam nosso modo de viver. Afinal, estas civilizações criaram formas organizadas de vida coletiva, das quais surgiram coisas importantíssimas, como a democracia. Dentre os principais fatos históricos entre a Antiguidade e a Idade Média temos a ascensão e queda da civilização grega, do Império Romano e da Igreja Católica.

Na Idade Moderna, chegamos ao fim do feudalismo, momento decisivo para o capitalismo, pois foi exatamente quando as relações comerciais e a produção em escala com ampla circulação de moeda começaram a imperar. Portanto, é neste ponto da história, no qual as relações sociais de produção passavam, cada vez mais, a ser mediadas pelo dinheiro, pelo salário, e não mais pela troca de produtos.

Você também aprendeu que as duas revoluções burguesas (afinal, foram empreendidas e pensadas por esta classe social), tanto a industrial como a francesa, impactaram diferentes sociedades distribuídas por todo o globo terrestre. A Revolução Industrial representou uma grande mudança nas relações e nos meios de produção com adoção de tecnologia. A Revolução Francesa trouxe uma alteração radical no regime político, fazendo cair por terra o absolutismo. Portanto, esta série de mudanças ao longo da história levou ao despontar da Idade Contemporânea, momento no qual a sociedade industrial se consolidou, trazendo à tona novos problemas sociais que, outrora, nem eram imaginados.

Daí a importância de debruçar sobre a história para conhecer de que modo estes fatores todos colaboraram para o nascimento de uma sociedade moderna, na qual a ciência é algo central à vida do homem e o capitalismo se desenvolveu alcançando sua fase industrial, promovendo uma intensa urbanização. Ou seja, é preciso conhecer os processos históricos que conduziram esta sociedade moderna, que é objeto da Sociologia Positivista, aquela que estamos estudando nesta disciplina.

## Faça valer a pena

**1.** Uma das coisas mais importantes a serem consideradas neste estudo sobre a Sociologia Positivista é conhecer a dinâmica dos processos históricos, isto é, os fatos que motivaram acontecimentos, levaram a mudanças e propiciaram a realização do processo em si. Por isso, não é possível conhecer um momento da história sem saber o que o precedeu.

Algumas das transformações sociais, econômicas e políticas que marcaram a passagem da Idade Média para a Idade Moderna são apontadas a seguir. Assinale a alternativa na qual todas as transformações foram determinantes para este processo.

- a) A crise do feudalismo, o surgimento de uma visão teocêntrica e o desenvolvimento da física e da matemática.
- b) O surgimento de uma visão teocêntrica, a queda do Império Romano do Oriente e a expansão do comércio.
- c) O poder centralizado na Igreja, a queda do Império Romano do Oriente e a expansão marítima.
- d) A crise do feudalismo, a queda do Império Romano do Oriente e a

expansão do comércio.

e) A crise do capitalismo, a queda do Império Romano do Oriente e a expansão do comércio.

**2.** É muito comum ouvirmos algumas pessoas dizerem que “não gostam de política”. Como argumento, afirmam que há vários casos de corrupção, que não confiam nas instituições democráticas e que por isso, talvez, não valha a pena votar ou participar. Outros afirmam que há coisas que não se discute, e entre elas, religião, futebol e política.

Essa constatação nos faz pensar sobre como a política é vista por parte da sociedade. Assim, ao avaliarmos de que modo essa visão tem ou não relação com a visão dos gregos na Antiguidade Clássica, podemos afirmar que:

a) Os gregos, ao estarem apenas focados na filosofia, deixavam a política para um segundo plano, já que esta atividade deveria ser realizada pelos deuses do Olimpo.

b) Os gregos defendiam a democracia representativa e, por isso, achavam que todos deveriam votar. Portanto, pessoas que “não gostam de política” estariam na contramão do pensamento dos gregos da Antiguidade Clássica.

c) Os gregos defendiam o poder absolutista dos deuses, admitindo que a política não poderia ser praticada por eles enquanto simples mortais.

d) Os gregos defendiam a democracia participativa, assim como hoje temos, no Brasil, em nosso processo eleitoral.

e) Os gregos defendiam a valorização da política, pois fazer política era cuidar da pólis. Logo, quem negava a necessidade da participação era considerado um idiota.

**3.** “Tanto humanistas quanto religiosos, dispuseram, a partir do século XV, de uma nova vantagem: imprensa. Surgiram na Europa pela primeira vez o tipo móvel de metal, tintas à base de óleo e melhores máquinas impressoras”. (ROBERTS, J. M. **O Livro de Ouro da História do Mundo**: da Pré-história à Idade Contemporânea. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 486).

Considerando o trecho anteriormente citado, assinale a alternativa correta sobre a imprensa a partir do século XV:

a) A imprensa foi uma importante arma da Igreja Católica na luta do movimento de Contrarreforma por ela empreendido e, por isso mesmo, teve o monopólio de seu uso, impedindo que a burguesia dela se apropriasse.

b) A imprensa foi uma das vitórias alcançadas pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa, pois sem ambas jamais teria existido.

c) A imprensa foi resultado de um desenvolvimento tanto tecnológico quanto político. Afinal, tanto o desenvolvimento de novas técnicas gráficas como o ímpeto pela liberdade de expressão foram fundamentais para seu desenvolvimento.

d) A imprensa guarda relação com a Revolução Francesa, pois foi um importante instrumento político para divulgar as ideias dos burgueses a favor do absolutismo.

e) A imprensa foi usada, acima de tudo, pela burguesia, a qual desejava lutar politicamente para promover a igualdade entre todos, acabando com a diferença de renda entre as pessoas, levando ao fim da sociedade estamental.

# Seção 1.2

## Desenvolvimento do pensamento ocidental: da Antiguidade à Idade Contemporânea

### Diálogo aberto

Você se recorda do contexto de aprendizagem que elaboramos anteriormente? Sugerimos que você se imaginasse realizando uma pesquisa, junto à sua família, sobre as transformações históricas. Definimos ainda que você constatou que a formação da sociedade ocidental sempre foi (e por que não dizer sempre será?) um processo contínuo. Você percebeu que as transformações tanto políticas quanto econômicas e sociais foram imensas, reorganizando a vida das pessoas, a histórias dos países e do mundo.

Será que apenas a forma de negociar, trabalhar e fazer política mudou? O que podemos dizer sobre o modo de pensar, agir e interagir das pessoas? Como as visões de mundo foram se alterando? Em sua pesquisa, você descobriu que a Igreja teve um forte poder político, mas o que aconteceu ao longo da história para que isso mudasse? Teriam as pessoas perdido a fé? Como todas as transformações sobre as quais você leu foram capazes sem o desenvolvimento do pensamento dos homens? O que significa dizer que passamos por uma verdadeira revolução copernicana no pensamento?

Será exatamente isso que vamos estudar nesta seção.

### Não pode faltar

Mais uma vez, antes de começar, é importante observar que o estudo proposto nesta seção é uma revisão sobre os principais aspectos da história do pensamento ocidental, o que significa que as temáticas tratadas aqui podem ser tomadas de uma forma mais ampla. A bibliografia sugerida ao longo de toda a disciplina poderá lhe ajudar a ampliar ainda mais seu conhecimento.

Optamos aqui por uma revisão que possibilite a compreensão da mudança e de algumas características principais dos momentos

históricos da produção do pensamento, sempre tendo como objetivo contextualizar o desenvolvimento científico, em especial o das ciências sociais e da Sociologia Positivista.

## **A - Antiguidade Clássica: do Mito, passando pela Filosofia, até a Ciência**

### **O pensamento mitológico**

Os raios que vemos em tempestades, ou mesmo os terremotos que assolam algumas regiões do planeta, não contavam com as explicações de que hoje dispomos, mas eram, na Idade Antiga, atribuídos aos deuses e deusas, a exemplo daqueles que compõem a mitologia grega.

Vale dizer que a mitologia diz respeito ao conjunto de mitos de uma determinada cultura, bem como também pode significar o estudo acerca destes mesmos mitos (no caso dos gregos, seus deuses). Do que se trata um mito? Os mitos são explicações ou verdades que não necessitam de provas, apenas existem pela crença. Eles estão presentes até hoje, em várias culturas.

Para nosso estudo, importa-nos lembrar da presença de um pensamento mitológico que antecedeu a ciência na história do pensamento ocidental. Assim, os mitos tinham a função de dar respostas ao indivíduo sobre aquilo que não se conhece, sobre a origem da vida, sobre a morte, sobre as coisas que o cercava. Portanto, neste contexto, como processo de compreensão da realidade, o mito não é uma lenda, mas a verdade. Diferentemente da ciência como a conhecemos, a raiz da consciência mítica está nas emoções e na afetividade: expressa o que desejamos ou o que tememos. Assim, na Grécia Antiga, os mitos gregos eram histórias importantes à fundação desta civilização, mas não eram ainda escritas.

### **A passagem do mito para o *logos*: nasce a filosofia**

Algumas transformações sociais ao longo dos séculos fariam com que os gregos comesçassem a redefinir a importância do mito para suas vidas. Inicia-se o desenvolvimento de um pensamento voltado à racionalidade, à razão, colocando em xeque explicações subjetivas acerca do mundo, dando-se início ao processo de passagem do mito

para o *logos*, isto é, de uma consciência mítica para outra crítica e racional.

Alguns fatores teriam auxiliado neste processo, dentre eles a invenção da escrita, da moeda, a lei escrita e o nascimento da pólis (cidade-estado), todas elas como condição para o surgimento da filosofia, afinal, uma maior complexidade da vida em sociedade levaria o homem grego a ampliar seus questionamentos acerca da verdade. O debate de ideias se torna uma prática comum e com ela a prática da política e de uma reflexão mais crítica acerca das explicações míticas: nascia a filosofia. O pensamento filosófico ocidental nasce na Grécia Antiga entre o final do século VII a.C. e o início do século VI a.C.

### Os pré-socráticos

A grande referência da filosofia grega foi Sócrates. Daí o motivo pelo qual aqueles que vieram antes dele serem chamados de pré-socráticos, a exemplo de Pitágoras de Samos, Tales de Mileto, Anaximandro de Mileto, Heráclito de Éfeso, Parmênides de Eléia, entre outros.

Para os pré-socráticos, a preocupação mais importante se dava em relação ao conhecimento da origem e essência das coisas, isto é, queriam conhecer a *arché*, que significa o princípio ordenador de tudo, o que explica e dá lógica ao funcionamento de todo o universo. Dentre estes filósofos, para que você possa ter uma ideia, destacamos aqui Heráclito e Parmênides. Para Heráclito, todas as coisas estão em constante mudança e transformação, o que o fazia afirmar que jamais seria possível nos banharmos duas vezes no mesmo rio, afinal, na segunda vez, nem nós e nem o rio seriam mais os mesmos. As coisas estariam em constante movimento, e dentro delas haveria forças opostas, as quais, ao se conflitarem, causariam o movimento. Este dinamismo seria muito bem representado pela metáfora do fogo, já que a chama ora se acende, ora se apaga.

Outro pensador importante foi Parmênides, o qual se opõe à visão de Heráclito. Na verdade, Parmênides vai afirmar que tudo é imóvel, que esta noção de movimento constante (de forças opostas, como na metáfora do fogo, que luta para se manter aceso) seria um equívoco. Para ele, é absurdo pensar que uma coisa pode ser e não ser ao mesmo tempo, concluindo, portanto, que o "*ser*" é e o "*não ser*"

não é. Como nos aponta Cotrim (1995, p. 91), “Parmênides defendia a existência de dois caminhos para a compreensão da realidade. O primeiro é o da Filosofia, da razão, da essência. O segundo é o da credence, da opinião pessoal, da aparência enganosa, que ele considerava a “via de Heráclito”.

Claro que você pode achar estes pensamentos muito triviais, porém, tratam-se de argumentos e conclusões pautados em discurso lógico, e isso, para a época, certamente, pode ser considerado um pensamento mais complexo, quando comparado com as verdades míticas que norteavam os gregos.

### **Sócrates x Sofistas (racionalismo x relativismo)**

Antes mesmo de falarmos de Sócrates, também é preciso que se conheça algo sobre os Sofistas, afinal, eles são considerados os primeiros filósofos do período socrático (final do século V a.C. e todo o século IV a.C.).

A exemplo de Protágoras e Górgias, eram sábios e professores que vendiam seu conhecimento aos jovens, e que tiveram suas posições criticadas pela tradição filosófica, sendo considerados como oportunistas e sem compromisso com a realidade, apenas preocupados em produzir argumentos convincentes, com grande domínio da retórica. Foram eles que iniciaram uma reflexão com foco em questões sobre o homem, refletindo sobre a moral e a política. Defendiam a ideia de que não haveria uma verdade absoluta sobre as coisas, afirmando que tudo seria relativo ao homem e às circunstâncias. Neste sentido, entram para a história sendo chamados de relativistas. Ainda sobre os sofistas, considerando a importância da política naquele contexto, eles ensinavam aos jovens como serem bons de retórica e argumentação no debate político, valorizando, sobretudo, a lógica. Deste modo, pode-se dizer que teriam contribuído para o desenvolvimento da democracia, afinal, os embates em praça pública para se discutir algo de interesse da pólis eram fundamentais.



#### **Assimile**

Em relação à sociedade grega, podemos destacar duas coisas: uma é centralizada em suas vidas do pensamento mitológico; a outra, a

noção de cidade, de pólis, isto é, de política. Estes dois aspectos são fundamentais aGrécia Antiga (embora, no caso da política, em especial, tratava-se de uma prática restrita a poucos).

De lá para cá, muita coisa mudou na cultura ocidental, mas o pensamento mitológico traduzido nas expressões religiosas (a exemplo do cristianismo ou do judaísmo) e a valorização da política em termos democráticos ainda se fazem presentes como herança dos gregos.

Diferentemente deste relativismo dos Sofistas, Sócrates tinha uma enorme preocupação com a busca da verdade, mas uma verdade pautada na razão. Daí seu pensamento ser considerado racionalista. Dentre suas falas mais conhecidas está a máxima “conhece-te a ti mesmo”, a qual seria um convite para que todos pudessem refletir e reavaliar suas crenças e certezas (a exemplo dos mitos).

Assim, segundo Sócrates, apenas restaria uma certeza: “só sei que nada sei”. Esta conclusão consiste, justamente, na sabedoria de reconhecer a própria ignorância, e assim iniciar a busca pelo saber. Contudo, segundo Russell (2015, p. 66):

Embora ele sempre diga que nada sabe, não acha que o conhecimento esteja além do nosso alcance. O importante é precisamente que devemos tentar a busca do conhecimento. Sócrates sustenta que o que faz um homem pecar é a falta de conhecimento. Se soubesse, não pecaria. A causa dominante do mal é, portanto, a ignorância.

Essa postura questionadora de Sócrates com relação às verdades de seu tempo contribui para que se tornasse inimigo de pessoas poderosas, as quais o condenariam à morte por influenciar a juventude com suas ideias.

## Platão e Aristóteles

A influência de Platão na filosofia “é provavelmente maior do que qualquer outro homem. Herdeiro de Sócrates e dos pré-socráticos, fundador da Academia e mestre de Aristóteles, Platão paira no centro do pensamento filosófico” (RUSSELL, 2015, p. 74). Ele foi responsável pela transcrição e divulgação dos pensamentos socráticos. Dentre os escritos, está a reprodução do diálogo de Sócrates com alguns discípulos sobre o mito da caverna. Você poderá encontrar isso na obra *A República*.

O mito da caverna se trata de uma história contada para exemplificar como se dá a falta de conhecimento do homem sobre a “verdadeira” realidade. Na caverna, o homem estaria sob uma obscuridade, preso por preconceitos (ou mitos), tomando como realidade apenas as sombras projetadas no fundo da caverna, estando, portanto, longe da verdade sobre as coisas (do mundo fora da caverna). Para Platão, era preciso conduzir os homens para sair do mundo das sombras (das aparências) e conduzi-los para o mundo das ideias (alcançado pela reflexão).

Platão tinha interesse na política, ou seja, nos assuntos de interesse da pólis, defendendo a premissa de que seria necessário alcançar um Estado ideal, o qual, assim como as demais coisas, estaria no mundo das ideias. Para ele, “os cidadãos do Estado ideal se dividem em três classes: os guardiões, os soldados, e o povo comum. Os guardiões são uma pequena elite que detém a exclusividade do poder político.” (RUSSELL, 2015, p. 79)

Já Aristóteles, aluno de Platão, pode ser considerado um dos precursores da ciência como a conhecemos hoje, destacando a importância dos conceitos universais, definindo a ciência como conhecimento verdadeiro, conhecimento pelas causas, capaz de superar os enganos da opinião e de compreender a natureza do devir (da transformação a que tudo está submetido).

Deste modo, se por um lado Platão valorizava a reflexão como meio para alcançar a verdade, Aristóteles destacava o papel da observação da realidade. Enquanto Platão acreditava que tudo o que se vê na realidade é apenas uma cópia malfeita do modelo perfeito que estaria no mundo das ideias, Aristóteles acreditava na importância

da experiência do contato com a realidade que vemos diante dos olhos. Para Aristóteles, devemos partir da observação da existência do ser para que possamos, na sequência, atingir sua essência. Devemos partir da *observação e do conhecimento do individual para alcançar o universal*. Se conhecer é lidar com conceitos universais, é também aplicar esses conceitos a cada coisa individual.

Assim, como os outros filósofos, Aristóteles também tratou da temática da política e da ética, assuntos fundamentais para a vida na pólis. Aliás, Aristóteles defenderá em sua obra *Política* a ideia de que “o homem é um animal político por natureza”, que significa dizer que viver em sociedade (e portanto, fazer política, tratando das coisas da vida coletiva) é algo fundamental ao homem, que diferentemente de outros seres, dada sua capacidade racional e do discurso, interage com outros homens (ao viver em grupo) atribuindo um sentido mais complexo às suas relações.



### Refleta

Ainda que o mito da caverna tenha sido uma história de natureza alegórica para demonstrar o nível de alienação dos gregos com relação à realidade, de que modo ele ainda nos é muito atual para se fazer uma crítica à nossa sociedade? Será que a internet e a televisão, ainda que nos informem sobre o mundo, não poderiam equivaler ao fundo da caverna onde apenas se projetavam sombras, isto é, imagens falsas da realidade?

## B - Idade Média: Ciência e Teologia

### O pensamento cristão medieval

Na seção anterior, você estudou as principais transformações pelas quais passou a Europa ao longo da Antiguidade Clássica até chegar ao chamado período medieval. Estas transformações foram econômicas, políticas, sociais e, também, intelectuais, o que significa a existência de reorientações importantes na forma de ver e intervir na realidade.

Não é possível pensarmos na Idade Média sem levarmos em consideração o poder ideológico da Igreja Católica, nascida em pleno império romano, como também você estudou. Ainda que a

Igreja tenha enfrentado uma investida árabe, uma vez que os mouros ocuparam a Europa durante um considerável tempo, o cristianismo permaneceu. O resultado desta relação com povos do oriente resultou em maior miscigenação cultural e expansão do comércio, sem, contudo, tornar a Europa islâmica, a qual continuou cristã. Evidentemente, com a presença de grupos étnicos considerados hereges, a Igreja não mediria esforços para defender e expandir sua fé e seu discurso, garantindo seu patrimônio e seu poder político. É neste contexto no qual são empreendidas as Cruzadas, expedições militares contra aqueles não adeptos ao cristianismo, principalmente contra árabes que haviam dominado cidades de valor religioso para os católicos.

Neste sentido, a Igreja se organizou para se engajar em uma luta em nome de seus princípios e interesses, elaborando instrumentos para evangelização e conversão, como a patrística (conjunto de textos filosóficos escritos por padres) e a escolástica (um pensamento de natureza cristã que buscava conciliar a racionalidade e a fé cristã). Foi por meio da patrística e da escolástica que a Igreja produziria seu pensamento teológico e, ao mesmo tempo, filosófico.

Assim, ainda que de forma muito resumida, podemos dizer que, em termos do desenvolvimento do pensamento ocidental, a Idade Média foi o período no qual predominou o teocentrismo, o que significa que a filosofia que outrora tinha uma preocupação centrada na figura do homem agora terá na figura de Deus. Desse modo, a grande questão do pensamento medieval foi o abandono do antropocentrismo presente no pensamento grego, porém, sem o abandono pleno da filosofia grega.

A Igreja resgatou um pensamento greco-latino que teria sido perdido ao longo dos séculos, retomando-o através dos estudos feitos pelos monges copistas nos mosteiros. Assim, pode-se dizer que parte do pensamento grego foi “cristianizado”, uma vez que os maiores expoentes do pensamento católico partiram dele para poderem explicar a fé. Dentre eles, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.

### **Santo Agostinho**

Tendo nascido por volta de 354 d.C., Santo Agostinho é considerado como o filósofo mais importante da cultura ocidental

após as produções platônicas e aristotélicas. Ele inicia um interessante processo de reflexão sobre a relação entre fé e razão. Contudo, deve-se considerar que “as preocupações de Agostinho são principalmente teológicas. Mesmo quando se ocupa de questões filosóficas, o seu objetivo é, em primeiro lugar, reconciliar o ensinamento da Bíblia com a herança filosófica da escola platônica” (RUSSELL, 2015, p. 170). De todo modo, é possível dizer que Agostinho fez a primeira síntese entre o cristianismo e a filosofia grega, surgindo o chamado platonismo cristão.

Agostinho parte da divisão proposta por Platão entre mundo do sensível (dos fenômenos da realidade que se vê) e mundo das ideias (do inteligível), contudo, tomando este último como o Reino de Deus. Se para Platão a verdade era alcançada pela reflexão, para Santo Agostinho era pela oração e pela fé.

A preocupação da aliança entre fé e razão perpassou toda a Idade Média e, no caso de Santo Agostinho, a razão foi uma auxiliar à fé, sendo, portanto, subordinada a ela. Neste sentido, por meio da revelação divina é que os homens receberiam, segundo Agostinho, o conhecimento das verdades eternas. Esta é a teoria da iluminação, ou seja, a luz da sabedoria (a capacidade racional de compreensão) vem de Deus, o que significa que esta luz ilumina a razão para que, por meio dela, possamos pensar. Daí a expressão de Santo Agostinho: “Crer para compreender e compreender para crer”. Portanto, de acordo com o referido filósofo, Deus nos dá conhecimento pela revelação, contudo, a fé é uma condição a priori. Por meio da oração e da fé, esta luz da sabedoria alcança a interioridade dos homens, a qual é dotada de capacidade para compreender a verdade pela iluminação divina.

### **São Tomás de Aquino**

Entre 1224 e 1274 foi o período em que viveu São Tomás de Aquino, o qual, assim como Agostinho, entrou para a história como um dos principais nomes da filosofia medieval e também pensou sobre a relação entre fé e razão. Enquanto Agostinho retomou Platão, Tomás de Aquino retomou Aristóteles, tendo como intuito um aprimoramento da escolástica.

A Europa que ele vivenciou já passava por outro momento, no qual, aos poucos, ocorria o desmonte do feudalismo e surgimento

de centros urbanos, dos quais, por exemplo, surgiriam algumas cidades-estado italianas. É neste contexto que algumas das primeiras universidades começaram a surgir, propiciando, portanto, condições para a retomada de leituras com preocupação científica sobre a realidade natural como a que se via na obra de Aristóteles.

Evidentemente, a valorização do pensamento aristotélico não era bem vista por toda a Igreja, fato bem ilustrado na obra de Umberto Eco, tanto em livro como em filme, intitulada *O Nome da Rosa*. Afinal, o conteúdo deste pensamento poderia, de certo modo, questionar a própria fé.

São Tomás de Aquino, obviamente, buscou valorizar o que pudesse ser positivo à doutrina Cristã. Ele destacou o que Aristóteles dizia sobre a participação do intelecto e dos sentidos para se compreender e apreender a realidade.

Assim, se criava o tomismo, corrente que defende que a obra de Aristóteles seria compatível com o pensamento cristão, uma vez que o pensamento aristotélico possibilitaria a demonstração racional da existência de Deus. De acordo com essa abordagem, seria possível provar a existência do criador a partir da constatação da existência da criação, ou seja, a conciliação da revelação divina com a razão natural. É preciso lembrar que, como você já viu, diferentemente de Platão, Aristóteles valorizava a experiência, a observação empírica da realidade. O tomismo tinha, desta forma, o objetivo de organizar argumentos para comprovar as revelações do cristianismo, tendo a obra de Aristóteles seu esteio.

## **Mudanças no pensamento**

Ao longo da Idade Média, o que se tem é o predomínio da filosofia cristã, o que se pode constatar pela importância e extensão temporal de ambos os autores aqui citados. Isso não significa que, ao longo do período medieval, não houvesse produção intelectual desvinculada da religião. Sim, havia, mas certamente não poderia ser plenamente desenvolvida e divulgada, pois seus criadores (pensadores, artistas, poetas etc.) poderiam ser acusados de hereges pela Santa Inquisição.

De toda forma, aos poucos, a razão – tomada como a capacidade humana de diferenciar o verdadeiro do falso por meio da objetividade – vai ganhando força. Contudo, ao passo que as estruturas da sociedade

vão se transformando, percebe-se a retomada – ainda que devagar em um primeiro momento – daquela preocupação antropocêntrica que marcou a Grécia Antiga, ou mesmo o helenismo.

O pensamento teocêntrico, que justificava o poder e a verdade da Igreja, vai dando espaço para o antropocentrismo. Este, por sua vez, abriria espaço para transformações cada vez mais profundas nas expressões artísticas, na produção literária e nos valores morais. A Europa assistira a uma mudança drástica no centro do pensamento ocidental, equivalente à revolução copernicana. Mas o que isso significa?

Essa expressão faz alusão à Nicolau Copérnico, pensador que viveu entre os séculos XV e XVI, e que defendia a tese de que a Terra não era o centro do universo, mas sim o Sol, tese esta chamada de heliocentrismo. Tamanho foi o choque e as mudanças que suas ideias causaram que, a partir de então, transformações mais profundas e que invertem uma determinada lógica de pensamento assim são associadas à revolução promovida por Copérnico. As mudanças que abririam espaço para tais transformações na Idade Média estariam ligadas, entre outras coisas, à perda de poder por parte da Igreja, a qual chegará ao início do século XVI, tendo de enfrentar a Reforma Protestante.



### Exemplificando

Um dos principais exemplos de eventos históricos que teriam contribuído para o abalo das bases do poder da Igreja Católica teria sido a impressão e publicação da Bíblia por Johann Gutenberg, no século XV, outrora de exclusividade dos monges e clérigos de modo geral. O poder ideológico da Igreja Católica dependeu, por séculos, deste seu monopólio do conhecimento sobre os textos bíblicos.

## C - A Idade Moderna: o Antropocentrismo e a Revolução Científica

### O pensamento Moderno

Assim, as mudanças que levariam ao fim da Idade Média, ao mesmo tempo, descortinariam o pensamento moderno. Dentre os fatores que merecem destaque para se compreender melhor a modernidade,

podemos apontar o surgimento do Estado moderno, a reforma protestante, a revolução científica, o humanismo renascentista, as grandes navegações e o desenvolvimento da imprensa escrita.

Como você já estudou na seção anterior, todas estas mudanças estão ligadas, de certo modo, ao desenvolvimento do mundo burguês (entendendo-se aqui a palavra mundo em termos de costumes, padrão de vida, valores, ideologias, interesses de classe e outros), ou seja, ao desenvolvimento da burguesia, tanto do ponto de vista econômico como no que se refere à política e à produção intelectual. Mas se nesta seção nossa preocupação maior é tratar do desenvolvimento do pensamento ocidental, é sobre o Renascimento de que temos de falar.

Esse movimento, que nasce na Itália – haja vista ser a região que mais influência teria recebido de gregos e romanos –, representaria o retorno do antropocentrismo, abalando definitivamente as bases do pensamento medieval. A palavra renascer pode ser associada à ideia de retomar, resgatar, trazer de volta algo que teria ficado no passado. Neste caso, a revalorização do homem, de suas virtudes, de sua liberdade, enfim, o resgate da visão dos gregos antigos sobre a centralidade do homem, rompendo com as amarras do período de trevas.



Acompanhando do desenvolvimento das cidades, emergiu um grupo de intelectuais interessados em renovar os estudos da poesia, filosofia, história, matemática e retórica. Emergia assim o humanismo renascentista, com a introdução de disciplinas que valorizavam a preparação para ao exercício da liberdade humana. (SANTOS, 2013, p. 42).

Era o momento no qual as bases do iluminismo começavam a ser construídas, corrente de pensamento que despontaria por volta dos séculos XVII e XVIII.

Como “movimento filosófico que sucedeu o Renascimento, [o iluminismo] baseava-se na firme convicção da razão como fonte de conhecimento, na crítica a toda adesão obscurantista e a toda crença sem fundamentos racionais, assim como na incessante

busca pela realização humana” (COSTA, 2005, p. 44). Com o Iluminismo renasceria uma preocupação com a sistematização do conhecimento, com foco na razão, por meio de publicações de livros e enciclopédias. Assim, desde o final da Idade Média, passando por toda a Idade Moderna, até se chegar na Idade Contemporânea, cada vez mais o antropocentrismo se fortalecia.

No campo das artes, é na Europa Renascentista que nomes como Leonardo da Vinci, Michelangelo, Rafael Sanzio, entre outros, despontariam. Do mesmo modo, na literatura, se destacariam Dante Alighieri e Boccaccio. Será neste período que se dará início a uma verdadeira revolução científica. Avanços na física, na astronomia, na matemática, entre tantas outras áreas, são provas disso, principalmente quando pensamos em nomes como Galileu Galilei ou Isaac Newton (a lei da gravidade, amplamente conhecida por todos, é um bom exemplo de descobertas do período). A ciência iria se desenvolver, mas junto dela uma atividade filosófica que refletiria sobre esta mesma ciência. Seria um pensar sobre o pensamento, pensar sobre o conhecimento que por ora se produzia. Nascia assim as correntes do racionalismo e do empirismo.

### **Racionalismo**

A corrente racionalista tem entre seus principais expoentes René Descartes (1596-1650), o qual buscava poder conhecer uma verdade primeira das coisas, adotando o caminho da reflexão sobre sua própria racionalidade. Tentando encontrar uma verdade da qual não se pudesse duvidar, ele irá converter o ato do questionamento, portanto, a dúvida, como método de busca do conhecimento. A primeira coisa a fazer seria se desfazer das crenças e dos sentidos, colocando-os em xeque, uma vez que poderiam nos enganar. Começa a duvidar, portanto, do raciocínio do mundo real, que podemos captar pelos órgãos dos sentidos. Mas uma única certeza lhe estava clara: a de ser um ser pensante. Se duvido, penso; se penso, existo: “Cogito ergo sum”, ou seja, “penso, logo existo”. Esta seria a conclusão “mais verdadeira que se apresenta àquele que encaminha os seus pensamentos por ordem” (DESCARTES, 2010, p. 72), ou seja, entre os pensamentos que devemos duvidar e os que se deve ter certeza. Deste modo, Descartes valoriza a razão, o intelecto, apontando seu caráter universal como meio para a descoberta das verdades possíveis. Para tanto, elege a dúvida como o método mais eficaz enquanto atitude

crítica para alcançar o conhecimento.

## **Empirismo**

Se por um lado, haveria a preocupação com o peso e o valor da razão e do intelecto, pelo outro, a observação, a experiência ou a empiria também eram destacadas por pensadores como John Locke (1632-1704). Aliás, Locke pode ser considerado como um dos pais do Iluminismo, corrente de pensamento na qual seus adeptos exaltavam a ciência e o humanismo como formas de trazerem a luz do conhecimento sobre a obscuridade de um pensamento medieval e teocêntrico.

Ao contrário dos intelectuais do racionalismo (a exemplo de Descartes), os quais privilegiam apenas a razão, Locke preferiu considerar, para além dela, a experiência dada pela sensação. Assim, vai afirmar que existem duas fontes para nossas ideias: uma dada pela sensação e outra pela reflexão. Para ele, a reflexão é a experiência interna (dentro das mentes) do resultado da experiência externa (dada pelos sentidos, pelo contato com a realidade). Segundo ele, as pessoas, ao nascerem, seriam como um tábua rasa ou um papel em branco, sem nenhuma inscrição. Apenas após a experiência e pela observação é que poderíamos preencher este papel, registrando nosso conhecimento, o que nos faz concluir que de fato nasceríamos sem nada saber. Assim, enquanto Descartes valoriza o papel do sujeito na produção do conhecimento, Locke vai enfatizar a centralidade do objeto neste mesmo processo de construção do saber.

## **D - Ideias da Idade Contemporânea: consolidação do iluminismo**

Após este breve estudo que fizemos sobre Descartes e Locke, devemos considerar que estes pensadores estão entre aqueles precursores do Iluminismo, movimento tão importante para o pensamento ocidental. Contudo, você deve considerar que outros nomes se somam a estes, como Voltaire, Rousseau, Diderot, D'Alembert, Montesquieu, entre outros. Todos deram algum tipo de contribuição com suas produções para o desenvolvimento do pensamento iluminista, não apenas em relação ao desenvolvimento da filosofia, da reflexão sobre o conhecimento em si, ou sobre o papel da razão, mas também sobre assuntos de natureza política (Rousseau é exemplo disso com sua obra). Aliás, a própria Revolução Francesa,

sobre a qual você estudou na seção anterior, foi em boa medida influenciada pelos valores iluministas.



### Pesquise mais

Vale a pena conhecer a obra de Jean Jacques Rousseau intitulada *Do Contrato Social*, publicada em 1762. Nela, em linhas gerais, ele aponta a importância de se viver em sociedade segundo algumas regras que garantissem a harmonia social, afinal, embora todos os homens nasçam bons, a vida em sociedade os corrompe. Esta harmonia, por meio de um contrato (a exemplo do que seria nossa Constituição), seria uma forma mais racional de se organizar a vida.

Contudo, considerando nosso foco de estudo sobre o pensamento ocidental, vamos nos ater às preocupações do Iluminismo sobre o papel da razão, isto é, de uma perspectiva epistemológica (do estudo acerca da ciência). Para tanto, além de Descartes e Locke, um autor aqui deve ser citado como uma importante referência para se pensar o Iluminismo, já em seu momento de maior consolidação: Immanuel Kant (1724-1804), o qual, no século XVIII, tentou ir além da dicotomia entre racionalismo e empirismo.

Em sua obra *Crítica da Razão Pura*, Kant reflete até que ponto poderíamos pensar em uma “razão pura”, sem necessariamente considerarmos a experiência. Afirma que, se por um lado, como diziam os racionalistas, devemos considerar os juízos universais (dados pela razão), por outro, como afirmavam os empiristas, não podemos abrir mão da experiência sensível. “Para superar essa contradição [entre o racionalismo e o empirismo], Kant afirma que o conhecimento é formado por matéria e forma. A matéria dos nossos conhecimentos são as próprias coisas, e a forma somos nós mesmos” (ARANHA, 2003, p. 136). Isso equivale dizer que, para conhecermos as coisas, é necessário apreender sua matéria pela experiência (empírico) para que, em um segundo momento, possamos organizar estas experiências por formas de nossa sensibilidade, as quais são anteriores à própria experiência e condição para tal experiência.

Bem, ao chegarmos ao final de mais uma seção, uma coisa deve estar clara para você. De Sócrates até Kant, o desenvolvimento do

pensamento ocidental trilhou um longo caminho. O antropocentrismo venceu o teocentrismo como lógica norteadora do saber, porém, sem acabar com as religiões, afinal, ainda existem o cristianismo e as demais religiões com seus pensamentos e pressupostos mitológicos. Contudo, o saldo deste caminhar foi o desenvolvimento da razão e do conhecimento científico. A ciência se desenvolveu, tornando-se o instrumento hegemônico para intermediar a relação do homem com o meio, do homem entre os outros homens, isto é, ao se falar da hegemonia da ciência, se está considerando seu poder, seu protagonismo como forma de explicação da realidade, de elaboração sobre verdades sobre o meio, sobre os homens, enfim, sobre tudo.

## **Sem medo de errar**

Retomando a situação-problema proposta, agora você pode resolvê-la tranquilamente. Podemos concluir que, desde os mitos da Antiguidade Clássica, passando pelo período hegemônico de poder da Igreja, até chegarmos na época de valorização da razão pelos iluministas, muita coisa mudou na forma dos homens pensarem e conceberem sua relação com o meio e com outros homens.

Todas estas formas de pensar, ora mais ligada à razão, ora mais pautada na religião, estiveram diretamente relacionadas às transformações dos modos de produção econômica e de relações de poder entre os homens, ao mesmo tempo sendo produto e produtoras de tais transformações. Portanto, as visões de mundo foram se alterando, concomitantemente, às alterações na vida material dos homens.

Devemos levar em consideração a forma como o capitalismo, ainda que de natureza mercantil apenas (e não industrial ou financeiro, como hoje conhecemos), foi fundamental para a ascensão de uma classe burguesa. A formação de uma classe burguesa questionadora daria condições para reverberação dos discursos mais críticos às doutrinas da Igreja, possibilitando uma mudança drástica na lógica das explicações sobre a natureza e a condição humana. Tratou-se de uma verdadeira revolução copernicana, na qual o teocentrismo, que havia suplantando o humanismo grego, novamente deu lugar ao antropocentrismo, isto é, à visão que coloca o homem como o centro

de todas as coisas. Contudo, ainda hoje a fé persiste, e as religiões não acabaram, porém, a razão e a ciência predominam como meios de explicação para os fenômenos que nos rodeiam.

Em geral, o que você deve ter em mente, relacionando o que estudou na Seção 1.1 com a Seção 1.2, é que o desenvolvimento do modo de produção capitalista, certamente, esteve relacionado ao desenvolvimento do pensamento científico, o qual, desta forma, teria atendido aos interesses burgueses. Assim, capital e ciência se influenciaram mutuamente.

## Faça valer a pena

**1.** O mito da caverna, reproduzido por Platão, é uma importante metáfora para se pensar a crítica que os filósofos gregos, em especial Sócrates e Platão, faziam à sociedade grega. Aliás, foi a natureza destas críticas que levou Sócrates à morte, pois foi condenado pela Aristocracia que se sentia atacada por suas ideias.

Considerando o mito da caverna, é correto dizer que:

a) O mito da caverna fazia uma apologia (elogio) aos valores e à cultura grega, principalmente à sua capacidade política e bélica, bem como às artes. Porém, não foi bem compreendido pela elite grega, a qual condenou Sócrates.

b) O mito da caverna fazia uma crítica aos que eram idiotas (no sentido grego da palavra) por não se interessarem pela filosofia, mais especificamente em relação às ideias relativistas de Platão e de Aristóteles, seu principal aluno.

c) O mito da caverna fazia uma apologia aos que eram críticos à filosofia relativista de Platão e de Aristóteles. Tratava-se de uma história para exaltar, por meio da simbologia das sombras, a importância de se projetar (no fundo da caverna) as ideias sobre as quais pensar.

d) O mito da caverna faz uma crítica aos que estavam convencidos das verdades mitológicas que povoavam o imaginário dos gregos, uma vez que estas verdades eram equivalentes às sombras, isto é, não condiziam com a realidade.

e) O mito da caverna faz uma apologia ao pensamento socrático, mais especificamente por sua natureza relativista, uma vez que, por ser um típico grego que amava a política, defendia a possibilidade da existência de muitas verdades, as quais deveriam sair das sombras.

**2.** Os principais filósofos medievais foram responsáveis pela retomada e “cristianização” das obras de alguns pensadores gregos. Isso teria sido fundamental para o processo de reflexão sobre a relação entre a fé e a razão.

Deste modo, é correto afirmar que:

- a) São Tomás de Aquino retomou as premissas contidas na obra de Sócrates, ignorando, porém, as falas de Platão.
- b) São Tomás de Aquino retomou as premissas contidas na obra de Sócrates, ignorando, porém, as falas de Aristóteles.
- c) Santo Agostinho valorizou a experiência humana com a criação para poder comprovar a existência do criador.
- d) Santo Agostinho valorizou a interioridade humana, assim como Aristóteles defendia o alcance do conhecimento pela reflexão e introspecção.
- e) São Tomás de Aquino retomou as premissas de Aristóteles, pois acreditava que a experiência humana com a criação poderia comprovar a existência do criador.

**3.** Um dos principais pensadores da Idade Moderna, René Descartes, tendo como objetivo buscar a verdade primeira das coisas, chegou à conclusão que “Cogito ergo sum”, ou seja, “penso, logo existo”.

Podemos dizer que isso foi possível, porque:

- a) Converte a dúvida em cadeias de pensamentos.
- b) Converte a dúvida em esquemas.
- c) Converte a dúvida em método.
- d) Converte a dúvida em lógica.
- e) Converte a dúvida em sistema.

# Seção 1.3

## Alguns pensadores da Idade Contemporânea

### Diálogo aberto

Enquanto você fazia sua pesquisa sobre a história e o desenvolvimento do pensamento ocidental, constatou várias mudanças, e percebeu como, aos poucos, a visão e a ideologia burguesa começaram a se fortalecer, principalmente pela contribuição dos iluministas. Contudo, é preciso ir além deste seu entendimento, afinal, é importante compreender que, com tantas mudanças, problemas ou preocupações que outrora não existiam na cabeça dos homens da Idade Moderna, passaram a ser o centro das atenções na Idade Contemporânea.

Um bom exemplo é o dinamismo das questões econômicas e políticas sobre as quais os burgueses e seus intelectuais – os chamados pensadores – começam a se ocupar. Assim como você, em sua pesquisa sobre o que é Sociologia, estes pensadores também buscavam “porquês” e refletiam sobre as possíveis leis, normas ou melhor maneira das sociedades tocarem suas economias e suas organizações políticas. Eles não eram sociólogos – afinal, a Sociologia ainda nem existia –, mas já se debruçavam sobre algumas questões plenamente ligadas ao modo dos homens se relacionarem social, econômica e politicamente.

Por que, ainda hoje, temos de saber um pouco sobre as ideias desses pensadores e sobre o que prescreviam para as nações há tantos séculos atrás? Qual é a contribuição deles para o que você quer saber da Sociologia, sendo que ainda está fazendo uma pesquisa preliminar sobre ela?

Vamos em frente?

### A - Adam Smith e a ciência econômica

Como estudamos na seção anterior, tanto a Idade Moderna quanto a Idade Contemporânea podem ser consideradas as duas eras nas quais a classe burguesa e seu modo de pensar e de ver o mundo se fortaleceram. Após o fim da Idade Média, o comércio se desenvolveu e com ele a proeminência da burguesia e de sua ideologia. No entanto, desenvolvimento dos negócios para a classe burguesa, após um período de bonança, encontraria sérios limites dentro do próprio regime monárquico (ao qual havia se aliado anteriormente) e da lógica mercantilista. Tais limites é que impeliram aos burgueses, cada vez mais, à luta pela liberdade em todas as suas vertentes, dentre elas a econômica.

O principal exemplo destacado na história ocidental é o povo francês ao longo do século XVIII, quando a monarquia impunha sérios controles para a produção (o quê, como e quanto produzir), atravancando o desenvolvimento econômico e industrial, o qual dependeria do livre-comércio. O que fazia com que o Estado agisse desta forma? A resposta estava na sua convicção quanto a uma política econômica pautada no mercantilismo e no protecionismo, o que limitava as relações comerciais da burguesia mercante francesa com outros países, afinal, acreditava-se que a riqueza nacional se daria pelo acúmulo de metais e pela proteção da indústria nacional, impedindo a importação de produtos de outros lugares. A defesa da balança comercial favorável (diferença positiva entre exportação e importação, isto é, quando as exportações têm valores superiores às importações) era um paradigma que predominou por entre as mentes dos reinados dos países colonizadores, não apenas a exemplo da França, mas de outros países, como Portugal e Espanha, entre toda a Idade Moderna e parte da Contemporânea.

Todavia, os críticos ao modelo mercantilista (pautado no forte controle do Estado) cada vez mais ampliavam suas vozes. “Uma após outra, as teorias mercantilistas foram atacadas por vários autores no momento mesmo em que estavam sendo formuladas. A questão do comércio livre, particularmente, foi defendida pelos fisiocratas na França” (HUBERMAN, 1986, p. 136), a exemplo de Quesnay, com sua

obra *Quadro Econômico*, publicada em 1758.

Os fisiocratas formavam um grupo que se reunia para refletir sobre os problemas econômicos, defendendo o comércio livre e a liberdade dos indivíduos no que diz respeito ao seu direito de “fazer de sua propriedade o que melhor lhe agradasse, desde que não prejudicasse a outros” (Ibidem, p. 138). Contrariamente ao pensamento mercantilista, alguns intelectuais apontavam que a riqueza das nações não se daria pelo acúmulo de metais preciosos, mas sim pela capacidade de estimular o fluxo da riqueza, de capitais.

É neste sentido que se destacada a figura de Adam Smith e sua contribuição para a ciência econômica. Adam Smith era escocês e nasceu em 1723, tendo toda sua formação intelectual na Inglaterra e uma forte influência intelectual de David Hume (com quem conviveu), um dos pais do pensamento liberal. Foi em 1776, mesmo ano da independência americana, que Adam Smith publicou uma obra clássica chamada *Riqueza das Nações*, trabalho no qual buscou desconstruir os pilares da doutrina mercantilista, pautada na balança comercial favorável. Smith, neste livro, diz que “nada, no entanto, pode ser mais absurdo que toda esta doutrina de balanço comercial, na qual não só essas restrições, mas quase todas as outras leis de comércio são fundadas” (SMITH, 2010, p. 191). Portanto, é a partir das ideias de Adam Smith que se tem a fundação da Escola Clássica, iniciada por ele e continuada “particularmente com Malthus e Ricardo e completada, em 1848, por Stuart Mill” (HUGON, 1995, p. 101). Pode-se dizer que, com Smith, o que se tem é o nascimento da Economia Política. Segundo Huberman (1986, p. 134), “Adam Smith se ocupava mais do estudo das causas que influenciam a produção e a distribuição da riqueza (...) interessou-se mais pela análise do que pelas sugestões práticas [dos mercantilistas], e abordou o assunto de forma científica”. Segundo outro estudioso das ideias de Adam Smith, Paul Hugon (1995, p. 103), podemos dizer que:

Smith cria uma ciência econômica que apresenta inúmeros pontos de semelhança com a dos fisiocratas. Tal como estes, busca estabelecer as leis naturais explicativas dos fenômenos econômicos e das suas relações. E como eles acaba também no liberalismo. Mas soube, melhor

”

que eles, assentar solidamente o estudo dos problemas econômicos em bases mais científicas e vastas.

Assim, é possível dizer que o desenvolvimento da ciência econômica tem na figura de Adam Smith um dos principais nomes e, em sua obra, um momento de inflexão sobre o modo de pensar acerca da economia, uma vez que a partir de suas reflexões o que se tem é o questionamento das estruturas do capitalismo mercantilista e o despontar do liberalismo econômico, base do capitalismo industrial.



Refleta

A transcrição do trecho a seguir do livro de Leo Huberman, *A história da riqueza do homem* (1985), é bastante simbólica sobre a realidade francesa:



Podia o fabricante de tecidos, por exemplo, fabricar o tipo de fazenda que lhe agradasse? Não. Os tecidos tinham de ser de uma qualidade determinada, e nada mais. Podia o fabricante de chapéus atrair a procura do consumidor, produzindo chapéus feitos de uma mistura de castor, pele e lã? Não. Só podia fazer chapéus todos de castor ou todos de lã, e nada mais. Podia o fabricante usar uma ferramenta nova e talvez melhor na produção de suas mercadorias? Não. As ferramentas tinham que ser de determinado tamanho e forma, e os inspetores apareciam sempre para verificar isso. (HUBERMAN, 1985, p. 137)

Vale a pena refletir: de que modo os desenvolvimentos do pensamento, das ciências, dos saberes e das técnicas, de modo geral, já não significavam um contrassenso em relação ao protecionismo no século XVIII na Europa?

Retome o que já foi estudado nas seções anteriores, pois é muito importante que você não perca de vista a relação entre o desenvolvimento do pensamento e as transformações sociais e econômicas.

## B - A economia como objeto de estudo

Tendo, portanto, a economia como objeto de estudo, um dos pontos centrais da tese de Smith é a valorização do trabalho, entendo-o como o principal tema a ser tratado pela ciência econômica. Afinal, seria o trabalho, segundo ele, a grande fonte de riqueza, concepção esta que vai na contramão tanto dos metalistas (que defendiam a acumulação de metais por meio do mercantilismo) quanto dos fisiocratas (que defendiam a produção agrária). “Enquanto os mercantilistas faziam depender a riqueza do ouro e os fisiocratas, da terra, vê Smith a sua origem no trabalho do homem” (HUGON, 1995, p. 103).

Para Smith, não apenas o trabalho é fonte de riqueza, mas o trabalho eficaz, eficiente. Nas nações com capitalismo mais desenvolvido, segundo ele, isso seria resultado de uma maior eficácia, que é resultado direto da divisão do trabalho. Tal divisão, por vez, dizia respeito à especialização do trabalhador em determinada função.

Para exemplificar o que falava sobre a importância da eficiência, Adam Smith eternizou o exemplo da produção de alfinetes, mostrando como 10 homens, se divididos em atividades específicas, poderiam produzir até 48.000 alfinetes, ao contrário da produção de uma única pessoa envolvida em todo o processo de fabricação. Assim, falar de produtividade seria falar de divisão do trabalho, lógica que valeria tanto para a produção internamente em uma fábrica ou em um país, como para se pensar em termos mundiais, isto é, a produção internacional entre os países. Para deixar isso mais claro, imagine o globo terrestre como uma grande fábrica, na qual os países ocupariam funções diferentes, assim como ganhos diferentes, como em todas as empresas. Isso é o que se chamou de divisão internacional do trabalho.

O que não podemos perder de vista é que esta divisão do trabalho (independentemente se nacional ou internacional) é eficaz “por ser o homem levado *espontaneamente* à atividade graças a seu interesse pessoal e, além disso, por coincidir este móvel egoísta com o interesse geral”. (HUGON, 1995, p. 106). Adam Smith afirma que:



“Não é da benevolência do açougueiro, cervejeiro ou padeiro que esperamos nosso jantar, mas de sua preocupação por seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas ao seu amor-próprio, e nunca lhe falamos de nossas necessidades, mas das vantagens deles.” (SMITH, 2010, p. 25)

Desse modo, é possível dizer que Smith acreditava que a busca pelo atendimento do interesse privado (que é individual) contribuiria para o desenvolvimento do interesse de todos. Daí sua defesa do liberalismo econômico, afinal, apenas com liberdade de ação individual é que os interesses individual e geral seriam, ao mesmo tempo, alcançados. E qual seria o interesse geral para Smith? O desenvolvimento da economia, a produção de riqueza de modo mais eficaz e um mercado mais amplo.



#### Assimile

A busca por todos estes aspectos é que nos permite compreender de que modo Adam Smith associa a ideia de divisão do trabalho com comércio livre, o que a princípio parecia duas coisas separadas. Sua argumentação seguiria a seguinte linha de raciocínio: a) graças à divisão do trabalho, o que se tem é o aumento da produtividade; b) o tamanho da divisão do trabalho vai depender do tamanho do mercado, afinal, é preciso levar em conta que o mercado depende da existência de pessoas dispostas e com condições para comprar, o que é decisivo para haver mais ou menos pessoas produzindo. Se ninguém compra, não há produção, e sem esta não há divisão do trabalho. Se as pessoas compram, o mercado é maior, o que amplia a produção; e c) o mercado vai se ampliar se houver condições para o livre-comércio, sem impeditivos como no sistema mercantilista. Logo, podemos concluir que, ao se aumentar o mercado pelo comércio livre (como defendiam fisiocratas e Smith), aumenta-se a produtividade e, com ela, a divisão do trabalho social. Maior produtividade, maior a riqueza da nação.

A divisão de trabalho defendida por Smith para existir depende da extensão do mercado e da abundância de capitais. Tanto para um como outro, o regime de liberdade econômica é fundamental. Isso seria o que Adam Smith e os fisiocratas acreditavam ser o *laissez-faire*, uma expressão em francês que significa “deixa fazer”, o que implica a liberdade de ação àqueles que detêm o capital. Assim, deveria haver uma liberdade para que, espontaneamente, os interesses individual e geral estivessem em harmonia.

Como consequência, isso levaria à manifestação, portanto, daquilo que se conheceu por “mão invisível” da economia, isto é, uma tendência ao equilíbrio entre a oferta e a demanda (procura), equilíbrio este dado pela liberdade em se poder escolher e direcionar o capital (o dinheiro).

Portanto, o que podemos concluir é que o sistema mercantilista, coordenado por um Estado interventor e limitador das liberdades de comércio e produção, era prejudicial ao desenvolvimento da economia. Isso nos leva a concluir que os fisiocratas como Adam Smith defendiam o chamado Estado mínimo, ou Estado Liberal, o qual não interviria na economia.

### **C - Alexis de Tocqueville e a democracia na América**

Como estamos estudando, os valores burgueses, de modo geral, começaram a ganhar proporções cada vez maiores a partir do século XV e, para além do interesse na economia e no seu desenvolvimento, o que se tem é uma preocupação também em relação à política. O liberalismo, corrente pautada na defesa da liberdade, tem a política como uma de suas maiores preocupações. Lembremos do lema da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Havia ali uma preocupação com a valorização da democracia. Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, os Estados Unidos da América eram o país que melhor representaria, naquele momento, uma sociedade democrática, afinal, já tinham alcançado sua independência desde 1776, fato histórico que, aliás, motivou ainda mais o povo francês a realizar uma enorme revolução, isto é, a própria Revolução Francesa de 1789, conforme você já estudou na seção anterior.

Por este motivo é que, na primeira metade do século XIX, o jovem francês Alexis de Tocqueville (que viveu entre 1805 e

1859) seria enviado para os Estados Unidos para entender aquela realidade. A forma como quis compreender a estrutura e o modo de funcionamento da democracia americana fez de Tocqueville um dos mais importantes pensadores na primeira metade do século XIX, sendo considerado, portanto, um clássico. Suas principais obras são *A Democracia na América*, publicada em 1835, e *O Antigo Regime e a Revolução*, que veio a público em 1856. Vejamos o que diz Raymond Aron sobre estes dois importantes livros:



O livro sobre os Estados Unidos da América procura responder à seguinte indagação: por que nos Estados Unidos a sociedade democrática é liberal? L' Ancien Régime et la Revolution [O Antigo Regime e a Revolução] pergunta: por que a França encontra tanta dificuldade, no curso da sua evolução rumo à democracia, para manter um regime político de liberdade? (ARON, 1987, p. 208)

Na obra sobre a sociedade americana, Tocqueville aponta as causas que a teriam tornado uma democracia liberal. Dentre elas, estariam: a) a situação acidental e peculiar da sociedade americana; b) as leis; e c) hábitos e costumes. Para ele, podemos considerar como situação acidental, por exemplo, tanto o espaço geográfico no qual os europeus por ali se estabeleceram como a ausência de vizinhos inimigos. A existência de boas leis também teria sido fundamental, a exemplo da Constituição Federativa Americana, na qual, ao mesmo tempo em que se garante a segurança dos estados federados por meio de leis nacionais, também se reconhece as especificidades das regiões que formam o país, garantindo certa autonomia. Mas o aspecto mais importante, dentre os três citados, teria sido aquele de natureza moral: os hábitos e costumes. Ao se tratar de hábitos e costumes, deve-se registrar que o puritanismo, como expressão cristã, predominou na base cultural, isto é, "a sociedade norte-americana teria conservado o sistema moral dos seus fundadores, os primeiros imigrantes." (ARON, 1987, p. 214)

Partindo desta constatação, Tocqueville irá concluir que aquilo que garantiu a liberdade na democracia americana foram suas leis e seus costumes, uma vez que outros aspectos (como a posição geográfica) foram circunstanciais. Assim, os costumes e as crenças seriam fundamentais e, neste sentido, a religião seria um fator de destaque.

“Para Tocqueville, a sociedade americana soube unir o espírito de religião ao espírito de liberdade” (ARON, 1987, p. 217). Aliás, na sua comparação entre as sociedades americana e francesa, enquanto nos Estados Unidos se unia o espírito religioso ao espírito de liberdade, na França, dada a oposição entre a Igreja e aqueles que defendiam a democracia, a religião não será associada à noção de liberdade.

Devemos considerar que Tocqueville, ao fazer seu estudo sobre a democracia, produziu umas das primeiras análises sociais mais importantes de que se tem registro no século XIX. Ao produzir seu estudo, considerou diferentes realidades, suas especificidades, suas histórias de formação social e política, buscando conhecer a trajetória desde o passado até as contradições do presente. Como aponta Aron (1987, p. 208), “Tocqueville é o sociólogo comparativista por excelência” Um ponto importante da obra de Tocqueville é sua busca pela compreensão da democracia alcançada como que em um processo de caráter universal, o que significa que todas as sociedades poderiam alcançar o fortalecimento de sua democracia. O que teria constatado acerca dos Estados Unidos é que seria ele um país em um estágio já avançado deste processo, diferentemente de outros contextos e países.



### **Pesquise mais**

Para melhor compreender a natureza das ideias de Tocqueville, bem como o contexto no qual ele produziu sua obra, faça uma breve pesquisa sobre o processo de independência dos Estados Unidos da América, ocorrido em 1776. Tente compreender as relações deste fato histórico com os processos históricos desenvolvidos na Europa antes e depois deste ano. Isto é, de que modo a independência americana foi resultado de mudanças ocorridas na Europa e, ao mesmo tempo, contribuiu para outras que também por lá aconteceram.

## **D - A democracia como objeto de estudo**

Conforme nos aponta Weffort (2002, p. 153), Tocqueville afirma que “não está querendo apenas descrever a democracia americana, mas pretende, ao pesquisar a vida sociopolítica nos Estados Unidos, obter um conhecimento tão amplo do fenômeno democrático de tal forma que possa chegar a construir um conceito definidor de democracia”. Deste modo, o que podemos dizer sobre sua obra é que ele buscava conhecer traços gerais das sociedades democráticas,

o que significa, portanto, ter a democracia como objeto de estudo.

Assim, nesta sua busca, Tocqueville tenta definir um tipo ideal (um modelo) de democracia por meio da comparação entre realidades diferentes, tentando “identificar o efeito das várias causas, das mais gerais às mais particulares” (ARON, 1987, p. 221). Mas o que seria a democracia para Tocqueville? “A seus olhos, a democracia consiste na igualização das condições. Democrática é a sociedade onde não subsistem distinções de ordens e de classes; em que todos os indivíduos que compõem a coletividade são socialmente iguais [...]” (ARON, 1987, p. 209). Para Tocqueville, a igualdade não se daria, necessariamente, em termos econômicos ou intelectuais entre as pessoas. O que importava, de fato, era que não existissem diferenças hereditárias (passadas de uma geração para outra) de condições de vida, ou seja, que todas as atividades e posições respeitadas fossem acessíveis a todos.

Democracia seria o resultado de um processo e, como já se apontou, os Estados Unidos da América, naquele momento, seriam um bom exemplo deste processo avançado. Contudo, isso, necessariamente, não deveria significar que “neste país a democracia já esteja plenamente realizada ou que o processo igualitário se repetirá da mesma forma vindo a cumprir as mesmas etapas em outros lugares. Pelo contrário, para ele [o próprio Tocqueville], cada país, cada nação terá seu próprio desenvolvimento democrático” (WEFFORT, p. 154). Seriam assim caminhos diferentes para se chegar na mesma condição, tendo-se como parâmetro para isso o tipo de ação política do povo. O avançar deste processo ou deste caminho dependeria, sobretudo, do nível de desenvolvimento da igualdade, principalmente do ponto de vista político e cultural. Mas uma preocupação presente seria com a natureza da democracia desenvolvida: liberal ou tirânica? Para Tocqueville, haveria a possibilidade de que o aumento da igualdade entre as pessoas pudesse fazer com que elas perdessem a liberdade. Dizia ele:



De todos os feitos políticos produzidos pela igualdade, é esse amor à independência que primeiro chama atenção e do qual espíritos tímidos mais receiam, e não se pode dizer que estejam errando absolutamente ao fazê-lo, pois a anarquia tem traços mais temíveis nos países

democráticos que noutra qualquer. Como os cidadãos nenhuma ação tem uns sobre os outros, no instante em que vem a faltar o poder nacional que os mantém a todos em seus lugares, a desordem parece estar de pronto no auge, e, afastando-se cada cidadão por sua parte, o corpo social de repente parece achar-se reduzido a pó. (TOCQUEVILLE, 2010, p. 455)

Outros dois aspectos lhe pareciam perigosos resultantes também do desenvolvimento da democracia: a) por um lado, a possibilidade da formação de uma sociedade de massas e, com ela, a formação da Tirania da Maioria; b) por outro, a formação de um Estado autoritário e despótico.

A Tirania da Maioria seria o predomínio da cultura ou da opinião política da maioria das pessoas, sufocando a manifestação das minorias. Com relação ao Estado autoritário, ele poderia surgir graças ao individualismo das pessoas, que apenas preocupadas com seus interesses particulares (sendo "idiotas", como diziam os gregos em relação aos que negavam a política), deixavam para depois os assuntos de natureza pública.

Na obra sobre a Revolução Francesa, escrita depois deste seu estudo sobre a democracia americana, Tocqueville faz uma reflexão que considera importante aos franceses: aponta os males do crescimento de um igualitarismo sem uma participação política efetiva das pessoas, com o abandono das coisas públicas apenas sob as rédeas do Estado, o qual teria condições de se tornar centralizador e autoritário. Para Tocqueville, o Estado não poderia ser autoritário, mas poderia e deveria exercer seu poder para garantir as liberdades fundamentais. É neste sentido que Tocqueville "defende a educação como obrigatória, e o Estado, neste caso, deverá garantir que assim o possa ser. Mas o ensino deve ser livre, o Estado não deve intervir na maneira pela qual as diferentes escolas decidem sobre seus ensinamentos" (WEFFORT, 2002, p. 159).

Preocupado com a ação política dos homens, uma vez que dela dependeria a democracia, Tocqueville faz críticas ao individualismo que via crescer em tempos de ampliação do capitalismo industrial, afinal, o egoísmo dos mais individualistas preocupados em lucrar poderia ser danoso à prática política. Assim, Tocqueville tentará mostrar como tais perigos poderiam ser evitados. Um dos meios seria a existência de instituições.

Estas instituições deveriam contribuir para que o poder se mantivesse descentralizado e, da mesma forma, que fosse assegurado que a promoção da igualdade não prejudicasse a liberdade. Este seria o papel da Constituição, por exemplo. Desta forma, “a democracia não precisa apenas ser igualitária, ela pode permitir aos homens serem livres” (WEFFORT, 2002, p. 156). Para Tocqueville, “o primeiro termo que constitui a noção de liberdade é a ausência de arbitrariedade, o que nos faz concluir que governos centralizadores (portanto, propensos à arbitrariedade) colocariam a liberdade em risco. Assim, quando o poder só é exercido de acordo com as leis, os indivíduos gozam de segurança” (ARON, 1987, p. 211).

Ainda que Tocqueville aponte a importância das instituições na defesa das liberdades, não perde de vista a questão da ação ou da prática política, afinal, é por meio dela que se garante a liberdade na democracia. Seria preciso lutar pela liberdade e protegê-la, uma vez que ela seria mais frágil que a igualdade. O cerne de sua preocupação – a liberdade na democracia – é o que faz de Tocqueville um pensador de ideais liberais, portanto, em sintonia com os ideais e valores burgueses. Por isso:



O grande drama tocquevilliano é, portanto, buscar a solução sobre a questão da preservação da liberdade na igualdade. Pois, por um lado, o processo igualitário é inevitável e apresenta perigos constantes de ameaça à liberdade, por outro, a liberdade, mesmo a que já tenha sido conquistada, é frágil e a qualquer momento pode ser destruída. (WEFFORT, 2002, p. 157)



### Exemplificando

Assim como outros países, o Brasil também possui suas instituições e instrumentos para a defesa da democracia. Dentre elas, está a Constituição Federal promulgada em 1988, após um longo regime ditatorial que durou pouco mais de 20 anos. O texto base da Constituição Federal tem por finalidade garantir os direitos sociais, políticos e civis de cada brasileira e brasileiro e que juntos representam a cidadania. É também a Constituição Federal que assegura a soberania do povo, fato que reitera a ideia de que todo o poder que emana do povo é exercido por ele. A divisão dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) é também um arranjo institucional para promoção da democracia.

Como vimos anteriormente, o que teria chamado a atenção de Tocqueville em relação à sociedade americana não teriam sido apenas as leis que por lá já existiam, mas sim os hábitos e costumes da cultura americana, principalmente, no tocante à forte presença de uma moral religiosa. Ao se falar da religião, o que Tocqueville tenta destacar é a importância da necessidade de uma disciplina moral (valores coletivos, como aqueles em torno da religião) que possa determinar a consciência individual, que faça com as pessoas desejem participar da política ou entendam como a importância da coisa pública. Contudo, que desejem não pelo medo da punição, mas sim por uma convicção assim como aquela que haveria na fé religiosa.

### **Sem medo de errar**

As questões colocadas na situação-problema inicial podem ser resumidas em uma e de forma objetiva: por que estudar tais pensadores clássicos? Nomes como Adam Smith e Alexis de Tocqueville estão entre os principais representantes do pensamento ocidental entre os séculos XVIII e XIX, o que contribuirá, a seu modo, para o fortalecimento da ideologia burguesa e, dessa forma, para o desenvolvimento do capitalismo.

Adam Smith, a partir de sua leitura crítica em relação ao mercantilismo, defendendo a divisão do trabalho e o próprio trabalho como fonte de riqueza, quebrava um paradigma econômico que teria, a princípio, norteado o Estado Moderno. Ao trazer o liberalismo econômico como bandeira, cria as bases científicas do desenvolvimento do capitalismo industrial.

Já Alexis de Tocqueville, por meio de sua apologia à democracia americana, fortalece as bases de um pensamento político liberal, que via na figura do estado mínimo a saída para a igualdade sem perder a liberdade.

Portanto, tais autores representam parte importante da sistematização do pensamento liberal burguês. Apropriar-se destas leituras e conhecer suas bases é algo de natureza fundamental para se compreender o desenvolvimento da sociedade industrial moderna. Afinal, suas obras contribuíram para a consolidação de um modelo de Estado também liberal. Assim, considerando-se que o objeto da Sociologia Positivista na segunda metade do século XIX seria o

dinamismo da sociedade industrial moderna, é preciso conhecer quais pensamentos e teorias contribuíram para que esta sociedade chegasse até aquela configuração.

Do mesmo modo, é preciso considerar que as leituras de Adam Smith e de Alexis de Tocqueville (principalmente deste) devem ser consideradas como textos que estão entre as primeiras análises sobre a estrutura social e econômica do centro capitalista (isto é, tanto da Europa quanto dos Estados Unidos). Evidentemente, não são análises sociológicas, literalmente. Contudo, tanto na posição de Smith sobre a divisão do trabalho e sua importância na promoção economia como Tocqueville na sua fala sobre a consciência coletiva em torno da democracia e o papel da cultura na valorização da vida política, cada um, a seu modo, fez importantes reflexões acerca da estrutura social capitalista que aos poucos se configurava no mundo.

## Faça valer a pena

**1.** Para Adam Smith, os mercantilistas estavam equivocados quanto à principal fonte de riqueza de um país.

Considerando-se a afirmação acima, bem como a posição de Adam Smith, podemos dizer que para ele a principal fonte de riqueza era:

- a) A terra produtiva.
- b) Os metais preciosos.
- c) O capital acumulado.
- d) O trabalho eficaz.
- e) A capacidade tecnológica.

**2.** Os povos guardam sempre as marcas da sua origem. As circunstâncias que acompanharam o seu nascimento e serviram ao seu desenvolvimento influem sobre todo o resto da sua existência.” (TOCQUEVILLE, A. A Democracia na América. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010)

Partindo da leitura deste excerto da obra de Tocqueville, pode-se dizer que, segundo ele:

- a) O aspecto mais importante para se compreender o nível de desenvolvimento da democracia americana era aquele de natureza econômica: o caráter capitalista dos norte-americanos.
- b) O aspecto mais importante para se compreender o nível de desenvolvimento da democracia americana era a costumeira possibilidade da formação de uma sociedade de massas e, com ela, a formação da Tirania da Maioria.

c) O aspecto mais importante para se compreender o nível de desenvolvimento da democracia americana era aquele de natureza moral: os hábitos e costumes e, mais especificamente, a religião.

d) O aspecto mais importante para se compreender o nível de desenvolvimento da democracia americana era a situação acidental e peculiar daquela sociedade em relação ao seu espaço geográfico.

e) O aspecto mais importante para se compreender o nível de desenvolvimento da democracia americana era a tendência em valorizar as leis religiosas, contribuindo para uma união em torno de um regime teocrático.

**3.** Adam Smith e Alexis de Tocqueville são autores que contribuíram para uma sistematização, de natureza científica, dos interesses econômicos e políticos da burguesia.

Em uma breve comparação entre as ideias de ambos os autores, pode-se concluir que:

a) Pode-se dizer que, em relação à liberdade, havia uma discordância. Enquanto Adam Smith acreditava que a liberdade econômica reduz a divisão do trabalho (a qual seria mais ampla em condições mercantilistas), Tocqueville afirmava o contrário: a liberdade econômica é fruto do aumento desta mesma divisão.

b) Pode-se dizer que, em relação ao individualismo, havia uma discordância. Enquanto Adam Smith acreditava que o interesse individualista poderia contribuir para o desenvolvimento do interesse de todos, Tocqueville faz críticas ao individualismo que se ampliava com o capitalismo industrial, uma vez que isso poderia levar a uma apatia política.

c) Pode-se dizer que, em relação à liberdade, haveria uma discordância. Enquanto Tocqueville repudia a herança cultural de natureza religiosa por acreditar ser ela causadora de uma alienação que escraviza os homens, Adam Smith acredita que a liberdade econômica pode ser mais ampla a depender do espírito religioso, o qual seria equivalente ao espírito da liberdade.

d) Pode-se dizer que, em relação ao Estado, haveria uma discordância. Enquanto Adam Smith acreditava que o Estado deveria ser intervencionista para promover o *laissez-faire*, Tocqueville faz críticas ao Estado interventor, o qual, por meio de sua ação, poderia impedir a democracia.

e) Pode-se dizer que, em relação ao individualismo, haveria uma discordância. Enquanto Tocqueville acreditava que o interesse individualista poderia contribuir para o desenvolvimento do interesse de todos na democracia, Adam Smith faz críticas ao individualismo que se ampliava com o capitalismo industrial, uma vez que isso poderia levar ao caos econômico.

# Referências

- AGOSTINHO, S. **Confissões**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.
- ARANHA, M. L. A. **Filosofando**: Introdução à filosofia. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Mário da Gama Kury. 3. ed. Brasília: UnB, 1997.
- ARON, R. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2008.
- COSTA, C. **Introdução à Ciência da Sociedade**. São Paulo: Moderna, 2011.
- COTRIM, G. **Fundamentos da Filosofia**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1995.
- DESCARTES, R. **Discurso do método; e Princípios de filosofia**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.
- HOBBSAWN, E. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2007.
- HUBERMAN, L. **A história da riqueza do homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- HUGON, P. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Atlas, 1995.
- JAGUARIBE, H. **Um estudo crítico da História**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- MARCONDES, D. **Iniciação a História da filosofia "Dos Pré-socráticos a Wittgenstein"**. 10. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- PLATÃO. **A República**. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- SANTOS, P. A. dos. **Fundamentos de Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 2013.
- ROBERTS, J. M. **O Livro de Ouro da História do Mundo: da Pré-história à Idade Contemporânea**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- ROUSSEAU, J. **Do Contrato Social**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.
- RUSSEL, B. **História do Pensamento Ocidental: a aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.
- TOCQUEVILLE, A. A. **Democracia na América**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.
- \_\_\_\_\_. **O antigo regime e a revolução**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- WEFFORT, F. C. (Org.). **Os clássicos da Política**: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx. 10. ed. São Paulo: Ática, 2002.

# Os precursores do Positivismo

## Convite ao estudo

Na Unidade 2, seguimos com nossos estudos para uma compreensão da Sociologia Positivista. A grande temática são os precursores do positivismo, corrente teórica a partir da qual surgiria o pensamento de Durkheim, o qual trataremos um pouco mais adiante.

Por enquanto, vamos nos ater a três grandes nomes que representam a intelectualidade europeia do século XIX, a qual, com sua produção, contribuiu para o nascimento e a ampliação das ciências sociais. Cada um desses pensadores, a seu modo, contribuiu de maneira diferenciada para a constituição do positivismo, o que justifica chamá-los de precursores. Na primeira seção, vamos tratar de John Stuart Mill e como ele tratou a temática da liberdade e da economia política como ciência, assuntos importantes aos olhos da burguesia e de seus intelectuais para a consolidação de um projeto de implantação e ampliação do capitalismo no mundo. Já na segunda seção, vamos nos debruçar sobre a obra de Saint Simon, um dos principais nomes para se refletir sobre o chamado socialismo utópico. E na terceira e última seção teórica desta unidade, você conhecerá um pouco sobre a vida e a obra de Auguste Comte, principal pensador do positivismo.

O que todos esses pensadores teriam em comum? O que os une é, em certa medida, o fato de que estão ligados pelo interesse no reformismo social. Embora tivessem certa diferença de idade, foram testemunhas do que era a Europa na primeira metade do século XIX. Auguste Comte pode ser considerado a ponte entre os três autores, afinal, foi auxiliar de Saint-Simon quando mais jovem e recebeu auxílio financeiro de Stuart Mill para manter suas pesquisas em determinado momento. Deste modo, conhecer o

que pensavam esses três autores é um passo fundamental para ampliarmos o conhecimento acerca do processo de constituição da Sociologia Positivista.

Desde a unidade anterior, você iniciou sua pesquisa sobre Sociologia, mais precisamente sobre a origem dessa ciência. Compreendeu que, para poder saber mais sobre ela, seria necessário, antes de tudo, mergulhar um pouco na história da formação da sociedade e do pensamento ocidentais. Ao longo desse processo de busca por mais informações sobre a Sociologia, percebeu sua relação direta com o desenvolvimento do capitalismo, aliás, assim como boa parte das outras ciências. Qual é a sua peculiaridade? Podemos dizer, por exemplo, que é uma área do conhecimento na qual outros saberes se fazem presentes, como a economia e a política, bem como o fato de ter nascido com alguns objetivos de reforma social, o que fica claro por meio do positivismo.

Considerando-se o que você já pesquisou até aqui, ficou claro que, antes da Sociologia, a própria economia e a política já se constituíam e, dessa forma, para saber ainda mais sobre o pensamento sociológico é preciso saber também sobre essas duas. Não é só conhecer o que pretendia o pensamento positivista. Assim, ainda há várias peças desse quebra-cabeça que precisam ser encaixadas para que, ao final, se possa entender melhor o que é a Sociologia e o que foi seu período positivista.

Portanto, avançando em sua pesquisa, imagine-se em uma vasta biblioteca, com vários títulos. Você precisa juntar mais pistas para desenvolver sua pesquisa, mas se depara com alguns problemas à vista: a biblioteca está fechando para reforma e aquele é seu último dia para consulta; você precisa escolher até três livros para levar para casa, os quais serão sua fonte de pesquisa nas próximas semanas, já que a internet em sua casa está com problemas. Quem você deve escolher como autor para ler? Quais temáticas serão fundamentais? Em qual século estavam os autores clássicos que precederam e contribuíram, com seus olhares, à Sociologia Positivista? As boas dicas para suas escolhas, nessa situação, estão no conteúdo que você já estudou na seção anterior.

Lembra do avanço do pensamento burguês? Da preocupação com a economia e com a democracia como objetos de estudo por alguns pensadores clássicos? Pois bem, é por lá que estão as pistas. Considerando tais dicas, você fez uma rápida pesquisa e selecionou três autores ligados ao reformismo social (uma das bases do positivismo): Stuart Mill, Saint-Simon e Auguste Comte. Vamos conhecê-los melhor?

# Seção 2.1

## John Stuart Mill e o pensamento clássico econômico

### Diálogo aberto

Caro aluno, sua investigação sobre a origem da Sociologia continua! Supondo-se que, na escolha dos três livros que você fez da biblioteca, um deles tratava dos clássicos do pensamento econômico, uma coisa é certa: as palavras liberalismo e liberdade estarão presentes em boa parte dos autores que você ler. Além disso, também se fará presente uma preocupação constante com a chamada economia política. Ainda que você já tenha estudado algo sobre Adam Smith, Tocqueville, entre outros, seria possível responder o que os economistas estão falando sobre tais assuntos no século XIX? O que pensava Stuart Mill, um dos principais expoentes desse período, sobre o papel da liberdade? E a economia política, qual é a sua especificidade enquanto área do saber? Qual é a finalidade moral do utilitarismo? O que poderíamos indicar como traços positivistas na obra de Mill? Afinal, o que são os tais traços positivistas?

### Não pode faltar

Nesta primeira seção da Unidade 2, analisaremos algumas ideias de um dos principais nomes do liberalismo do século XIX, John Stuart Mill. Esse estudo contribuirá tanto para a compreensão do processo de consolidação das ideias e valores burgueses, como liberdade e individualismo, quanto para que possamos identificar em que medida, nas ideias de Stuart Mill, está presente uma preocupação comum ao pensamento positivista, em especial ao pensamento de Comte, este considerado o “pai do positivismo”.

#### Quem foi John Stuart Mill?

Nascido em Londres em 1806, John Stuart Mil foi um importante filósofo inglês e, assim como outros que marcam a produção do pensamento ocidental ao longo do século XIX, contribuiu ao desenvolvimento do liberalismo econômico e político. A época de seu nascimento foi um dos momentos de maior desenvolvimento

do capitalismo industrial na Europa, bem como de ampliação da urbanização dos grandes centros. Os ideais e os valores burgueses já estavam presentes e, a cada dia, se consolidavam, afinal, eram eles o espírito de toda a transformação que se via por aqueles anos. Esse era o momento no qual os ideais progressistas cada vez mais anunciavam a necessidade da modernização da economia e da produção, mas, ao mesmo tempo, deparavam-se com as consequências de uma série de mudanças tão rápidas, o que inspirava maiores preocupações aos intelectuais em relação à possibilidade da reforma social.

Foi nesse contexto que John Stuart Mill cresceria, tornando-se um grande e precoce intelectual, afinal, desde muito jovem, já demonstrava gosto pelos estudos, recebendo influência não apenas de seu pai (o historiador e filósofo James Mill), mas das ideias de Jeremy Bentham (1715-1771), um dos principais nomes do utilitarismo, tema muito presente no pensamento de Stuart Mill. Entretanto, em sua biografia, é preciso destacar (antes mesmo de uma leitura um pouco mais aprofundada de suas ideias) que Stuart Mill trabalhou na East India Company, empresa ligada à coroa britânica desde o século XVII, mesmo local onde seu pai também trabalhou. Em 1865, foi eleito como membro do parlamento inglês e, nesse mesmo ano, chegou ao posto de Reitor da Universidade de St. Andrews, na Escócia. Como deputado, em 1867, fez uma importante proposta no parlamento para o desenvolvimento da democracia no Reino Unido: permitir a participação das mulheres por meio do voto, mas não teve sucesso. Além desses feitos pessoais, é importante destacar que, ao ter contato com as obras de Auguste Comte (considerado o pai da teoria positivista), Stuart Mill ficou muito interessado naquelas ideias, chegando a contribuir financeiramente para que Comte as desenvolvesse ainda mais.



### Pesquise mais

Vale a pena pesquisar um pouco mais sobre a East India Company, ou Companhia Inglesa das Índias Orientais, afinal, tratou-se de uma das mais importantes instituições para o desenvolvimento do comércio mundial.

Em sua pesquisa, procure pensar nas seguintes questões: qual é a relação dessa companhia com a ampliação do liberalismo como

corrente econômica e política? Qual é a sua relação com o processo de emancipação dos Estados Unidos?

Boa pesquisa!

Mill pode ser considerado como um dos principais pensadores liberais do século XIX na economia, afinal, assim como Adam Smith, também acreditava no atendimento do interesse individual, de natureza egoísta, como forma de se atender, ao mesmo tempo, o interesse coletivo. Por meio dessa premissa, ele tenta definir o que seria a economia política em termos de seu objeto de estudo e seu método de compreensão enquanto ciência, como veremos a seguir. Além disso, partindo dessa mesma ideia quanto à importância de os indivíduos atenderem aos seus próprios interesses, é que Stuart Mill tratará do utilitarismo. Segundo o utilitarismo, a ação dos homens teria uma verdadeira utilidade (portanto, utilitária) quando realizada em nome da busca pelo atendimento do desejo (em nome do prazer) e da felicidade, não apenas de si, mas de todos. Portanto, as ações utilitaristas deveriam ter um sentido moral, pois o que importa é a promoção do bem, como veremos mais adiante.

Mill receberia influências de outros pensadores importantes, os quais também marcariam o século XIX, mais precisamente Alexis de Tocqueville e Auguste Comte. Tais influências seriam fundamentais em suas obras no que diz respeito à sua preocupação tanto com a democracia (o que justificaria Tocqueville como referência) quanto com a promoção do reformismo social (o que se vê em Comte, e que será estudado nas próximas seções), o qual cada vez mais se fazia presente enquanto tema que se colocava à intelectualidade da época.

Assim, o sentido de se estudar Stuart Mill como expoente do pensamento ocidental é porque autores como ele, ao demonstrarem interesse pela sociedade, pela explicação do comportamento do homem (ainda que de um ponto de vista moral ou econômico), teriam iniciado as primeiras leituras acerca da realidade social, contribuindo, portanto, para o processo de desenvolvimento das ciências sociais,

em especial da Sociologia, bem como para a consolidação dos princípios positivistas, na Inglaterra, do século XIX, dada a influência que recebera dos escritos de Comte.

### **Princípios da Economia Política**

Entre 1843 e 1848, John Stuart Mill publicou duas de suas principais obras: *Sistema de Lógica dedutiva e indutiva* (1984) e *Princípios de Economia Política* (1983), nas quais foi possível apresentar suas ideias acerca da especificidade e importância da economia política. Como se viu, a preocupação com o progresso econômico e o livre-comércio estavam cada vez mais presentes, e a valorização do indivíduo como ser dotado de liberdade (econômica, política, religiosa, entre outras) tornava-se uma verdade consolidada na mentalidade burguesa. Portanto, para promover, estimular, planejar e desenvolver cada vez mais o modo de produção capitalista, era preciso conhecer racionalmente (como toda ciência tenta fazer ao buscar compreender e sistematizar o conhecimento sobre determinados fenômenos) os fenômenos sociais ligados à economia.

Tais fenômenos, segundo Mill, tinham como mola propulsora ou ponto de partida a busca autointeressada de riquezas pelos homens (pautados pelo individualismo e egoísmo que, de certo modo, caracterizam o *modus operandi* do capitalismo), busca esta que seria o principal fator de motivação para a produção e a distribuição dos bens na sociedade. Desse modo, Mill sugere que a economia política como ciência parte do desejo por riqueza do homem, o qual é capaz de calcular e avaliar a eficácia dos meios para alcançar seus objetivos. Daí a importância de uma ciência que, a seu modo e com suas peculiaridades, tinha por finalidade compreender o funcionamento dos fenômenos de natureza econômica: a ciência da economia política. Para Stuart Mill, ela pode ser definida como sendo “a ciência que traça as leis daqueles fenômenos da sociedade que se originam das operações combinadas da humanidade para a produção da riqueza, na medida em que aqueles fenômenos não sejam modificados pela procura de qualquer outro objeto” (MILL, 1984, p. 306).



Na obra *Princípios de Economia Política*, Mill aborda as variáveis fundamentais para a compreensão de abordagem dos fenômenos econômicos, como: os requisitos para a produção; o trabalho; o capital; a produtividade dos agentes de produção; as escalas (grande e pequena) de produção; as oscilações da mão de obra; a produção da terra; a propriedade; as classes; a distribuição; os salários; entre outros aspectos.

Na construção da definição da economia política como ciência, um dos pontos mais importantes a serem considerados é o que ele diz sobre sua essência e seu método. Segundo ele: “na definição que tentamos construir da ciência da economia política, a caracterizamos como essencialmente uma ciência abstrata e seu método como método a priori” (Ibidem, p. 308). Mas o que ele quer dizer com “abstrata” e “método a priori”?

Isso significa que a economia política seria uma ciência que parte de algumas ideias e conclusões resultantes de um pensamento lógico a priori (que vem antes) sobre a realidade, mas que não, necessariamente, são frutos de experiências ou testes. A economia política partiria de hipóteses ou conjecturas (previsões) a partir do conhecimento formado, anteriormente (daí a priori), sobre o comportamento do homem, das sociedades e da economia, considerando-se a frequência com que certos fenômenos ocorreram e quais foram suas motivações. Segundo Mill (1984, p. 308):



Ela [a economia política] raciocina e, como sustentamos, deve necessariamente raciocinar a partir de assunções, não a partir de fatos. É construída sobre hipóteses estritamente análogas às que sob o nome de definições são o fundamento das outras ciências abstratas. A geometria pressupõe uma definição arbitrária de uma reta – ‘aquela que tem comprimento, mas não largura’. De modo exatamente análogo a economia política pressupõe uma definição arbitrária do homem como ser que invariavelmente realiza aquilo através do que pode obter a

maior soma de coisas necessárias, de conveniências e de luxos com a menor quantidade de trabalho e abnegação física exigidas para poder obtê-los no estado existente de conhecimento.

Uma importante observação feita por Mill é em relação à impossibilidade de se fazer experiências em ciências como a economia política ou outras de natureza social. E ele dá um exemplo: “Não podemos experimentar em nossos laboratórios formas de governo e sistemas de política nacional numa escola diminuta, dispondo nossos experimentos de modo que pensamos eles conduzirem mais ao avanço do conhecimento” (Ibidem, p. 309). Contudo, embora as experiências não fossem possíveis nessas ciências, Mill afirma que, por outro lado, no caso da economia política, seria possível se levantar boas e assertivas hipóteses a partir do conhecimento das leis da natureza humana e das circunstâncias capazes de exercitar a vontade humana à ação. “Os desejos do homem e a natureza da conduta para a qual eles o incitam estão ao alcance de nossa observação” (Ibidem, p. 311). Assim, a economia política deveria ter como foco o desejo desse homem econômico e suas motivações.

Contudo, ainda que autores como Mill dessem uma considerada importância ao comportamento humano em termos de suas motivações, isto é, em termos das ciências morais, algumas ponderações foram feitas. Segundo ele mesmo, seria impossível, ainda que conhecêssemos as características psicológicas de uma certa população, conhecer dedutivamente os fenômenos sociais, na íntegra, de certas sociedades. Para Mill, assim como para tantos outros pensadores que se debruçavam sobre a sociedade naquele momento, ela seria como um organismo vivo, formada por órgãos. Portanto, ele considerava a existência de uma forte articulação de todos os elementos que constituíam a sociedade, logo, a mudança em um acarretaria a mudança nos demais. Os fenômenos sociais deveriam ser estudados de forma conjunta, afinal, vários aspectos culturais e históricos poderiam influenciar os fenômenos da sociedade, a exemplo daqueles de natureza econômica. “Não é possível, portanto, a partir de uma concepção abstrata de homem [do homem econômico, por exemplo], deduzir, a priori, todo o caminho

seguido pela humanidade” (MATTOS, 1999, p. 160). Assim, é preciso dizer que, ao que parece, haveria certa contradição no pensamento de Stuart Mill, uma vez que, embora admitisse a impossibilidade de se estudar quaisquer aspectos da sociedade em separado, apontava que a economia política tinha algo de autônoma. Duas seriam autônomas: a etologia política e a economia política. A primeira diz respeito a causas que determinam o caráter de um povo. Já a economia política dizia respeito a fenômenos ligados à produção, à vida material e à produção da indústria. Desse modo, a economia política estudava um fenômeno social (o econômico) que teria a influência de um aspecto de forma mais direta, imediata, que qualquer outro fator. Nesse caso, seria o desejo do homem pela riqueza, movido pelo seu ímpeto egoísta. Daí a autonomia ou especificidade da economia política enquanto ciência.

Mill pondera que alguns economistas políticos incorriam no erro de transformar suas hipóteses e conjecturas em leis naturais, em leis econômicas, apenas pelo fato de terem nelas pensado de certo modo lógico. Como ele acreditava na possibilidade dos homens se tornarem melhores ou perfeitos, dizia que essas análises conjunturais eram um erro, pois tomavam o momento ou contexto como expressão da natureza humana, sendo ela algo imutável. Desse modo:



Para Mill, a ciência da economia política não teria condições de derivar todas as suas conclusões apenas da motivação busca de riqueza (Collini, 1983:136-7). Faz-se necessário supor alguma forma de organização social, de regras de distribuição do produto, de sistema político e legal. Enfim, para que a economia política chegue às suas proposições, ela demanda de informações a respeito do estado da sociedade em questão. (MATTOS, 1999, p. 164)

Portanto, o que era universal era o método de investigação da economia política, e não as estruturais sociais a serem estudadas. “A economia política pode tomar como ponto de partida outro estado de sociedade [que não aquele da sociedade inglesa do século XIX] e, a partir de suas circunstâncias gerais, utilizar a abstração do homem econômico para chegar a verdades abstratas a ele referentes” (Ibidem,

p. 165). Deve-se considerar que, se por um lado, as motivações pelo ímpeto egoísta são de fato de interesse da economia política por serem aquilo que impelem a economia, por outro, essas motivações são limitadas e determinadas dentro de uma sociedade, de uma cultura, de uma nação. Por isso, é fundamental levar em conta o que Mill chamava de etologia, pois ela seria o estudo do caráter de um povo. "Para ele, a predominância do autointeresse observada em sua época derivaria não de algo constitutivo da natureza humana, e sim do tipo de arranjo social então existente" (Ibidem, p. 168). A busca pela vantagem pessoal seria, portanto, algo comum à cultura inglesa naquele momento de expansão do capitalismo europeu, quando a concorrência pautava o sentido dos negócios.

Seria correto dizer que Stuart Mill levou em consideração o fato de que a escolha do método se faz de acordo com a natureza do objeto de estudo. De todo modo, deve-se registrar que ele também estudou outras situações e sociedades (para além da inglesa) nas quais o desejo pela riqueza não era o principal e, partindo de dados empíricos, deles tirou generalizações. "Enfim, dependendo das características do caso em questão, Mill apela para uma abordagem diferente... [e] revelou uma coerência metodológica que ele não conseguiu manter no seu discurso sobre a ciência." (Ibidem, p. 173)

De todo modo, pode-se considerar que, na concepção de sua visão sobre a economia política e sobre os métodos investigativos acerca das sociedades, Stuart Mill produziu leituras a respeito das realidades sociais sobre as quais se debruçou, contribuindo, dessa forma, como precursor das ciências humanas e do positivismo (mais especificamente, o inglês). Afinal, sua preocupação era compreender as regularidades dos fenômenos humanos, tentando buscar a lógica dos processos sociais (como no caso da economia, quando buscava compreender a motivação dos homens em fazerem negócios, em participarem do mercado). Essa busca pela explicação do *modus operandi* ou das leis (como as leis da física, da química e da biologia) é um dos principais pontos de contato da obra de Stuart Mill com a de Auguste Comte.

## **A Liberdade**

Como dito anteriormente, Stuart Mill é um autor que pode ser

considerado um dos ícones do liberalismo burguês. Sua defesa pela liberdade dos indivíduos não se resumia à esfera econômica, como, talvez, se pudesse supor por ele ter sido um importante nome na difusão da economia política como ciência. Stuart Mill, ao contrário, tratava da liberdade de modo amplo, como algo fundamental para uma vida e um Estado justos, de modo com que as pessoas pudessem ser livres plenamente. Para isso, deveria haver um limite de interferência do Estado e da sociedade na vida dos homens, afinal, seria o único modo das pessoas conseguirem garantir e usufruir de sua felicidade e individualidade. Em 1859, Stuart Mill escreveria a obra *Ensaio sobre a liberdade* e, já em sua introdução, apontava que o tema daquela obra era a “Liberdade Civil ou Social: a natureza e os limites do poder que pode ser legitimamente exercido pela sociedade sobre o indivíduo” (MILL, 2006, p. 17). Se antes se entendia a liberdade como uma proteção contra os desmandos dos governos comandados por reis tiranos, segundo Mill, isso teria mudado no século XIX. Era o momento em que deveria haver limites ao poder do Estado, o qual seria responsável pela defesa das liberdades, e não pela supressão delas. Em sua obra, Stuart Mill apontaria que “o único propósito para o qual o poder possa ser legalmente exercido sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada, contra sua vontade, seja evitar danos a outros” (Ibidem, p. 27).



### Exemplificando

Um bom exemplo para pensarmos em instrumentos que possam ser usados pelo Estado como meios de sanção contra os indivíduos, mas de modo legítimo na defesa do interesse de todos, são as leis existentes na Constituição Federal. O Código Penal, que está vinculado à Constituição, possui uma série de leis e normas para punir alguém que comete algum crime. O que se deve considerar é que a punição que um indivíduo pode receber não se dá por ter cometido algo contra uma pessoa especificamente (no caso de assalto, por exemplo), mas porque sua ação foi considerada um ataque a toda a sociedade. Um ato criminoso não se dá apenas pela violação do direito ou da liberdade de alguém, mas a violação do direito e da liberdade de todos.

As pessoas deveriam ser livres para poderem escolher como serem felizes, já que não haveria uma única forma de felicidade, mas sim um pluralismo de opiniões. Por isso, o indivíduo “sobre si mesmo, sobre seu próprio corpo e mente, o indivíduo é soberano” (Ibidem, p. 28). Nesse sentido é que Stuart Mill aponta que a liberdade e a felicidade andariam juntas, lado a lado, sendo igualmente necessárias. Apenas desse modo a vida em sociedade seria mais harmoniosa, pois todos, livremente, e sem o prejuízo de ninguém, poderiam conviver na busca por suas próprias felicidades. “Na liberdade, a moral, a vivência política e social tem sua expressão máxima e se realizam na arte de viver, na sublimidade da vida que, por gênese e princípio, é livre” (NEIVA, 2006, p. 10). Ao longo dessa obra, Mill trata das liberdades inerentes aos indivíduos, como a liberdade de pensamento e discussão. Aliás, parte do princípio que uma sociedade mais livre é, ao mesmo tempo, mais próspera e capaz intelectualmente. Aponta que “nenhuma sociedade na qual estas liberdades não sejam, no todo, respeitadas, é livre, qualquer que seja sua forma de governo; e nenhuma será completamente livre se não houver liberdade absoluta e irrestrita” (MILL, 2006, p. 31).

Mill considera que a defesa e a promoção da individualidade seriam fundamentais, pois ela mesma seria um dos elementos do bem-estar, não apenas do indivíduo, mas da sociedade como um todo. Desse modo, as ações dos homens em relação à defesa de sua própria liberdade e individualidade não seriam, necessariamente, apenas algo egoísta ou um comportamento idiota (no sentido grego da palavra). Teriam um sentido útil e, assim, uma finalidade moral. É o que ficará mais claro a seguir na explicação sobre a visão de Stuart Mill sobre o chamado utilitarismo.

### **O utilitarismo e o positivismo de Mill**

Influenciado por Jeremy Bentham e James Mill (seu pai), as principais referências em sua formação, Stuart Mill escreveu, em 1861, sua obra intitulada Utilitarismo, a qual tratava desse tema que, para ele, estaria ligado a uma discussão de natureza ética e moral. Mas o que seria verdadeiramente útil em termos das ações dos homens?

Segundo o utilitarismo, tudo aquilo que for favorável ao bem e à felicidade de todos é algo útil. Como outros pensadores liberais, Stuart

Mill preocupava-se com a liberdade e a promoção da justiça, temas que estariam no horizonte da ética utilitarista, afinal, tratava-se, grosso modo, da defesa da liberdade de ação humana com o máximo de felicidade ao maior número de pessoas possíveis. Segundo o próprio Mill:



O credo que aceita, como fundamento da moral, a Utilidade, ou o grande princípio da Felicidade, sustenta que as ações estão certas na medida em que tendem a promover a felicidade e erradas quando tendem a produzir o oposto da felicidade. Através da felicidade pretende-se o prazer e a ausência de dor; por infelicidade, dor e a privação do prazer. [...] o prazer e a imunidade à dor, são as únicas coisas desejáveis (as quais são tão numerosas no utilitarismo quanto em qualquer outro esquema) são desejáveis ou para o prazer inerente a elas mesmas, ou como meios para a promoção do prazer e a prevenção da dor. (MILL, 2007, p. 23)

Isso pressupõe, portanto, que a questão do bem comum se faz presente no pensamento utilitarista, ainda que sua essência liberal possa fazer com que alguns se equivoquem com relação ao verdadeiro sentido dessa moralidade. Não se trata, dessa forma, de uma defesa do individualismo e do cálculo frio apenas em nome de seu próprio interesse. É mais do que isso. Trata-se de avaliar, por meio do cálculo (da reflexão), qual ação tomada de forma individual e que poderá gerar mais prazer e felicidade, não apenas a si, mas a todos. Mais do que isso, seriam ações a serem praticadas na vida em sociedade, as quais tenham como finalidade o princípio da maior felicidade, o qual é pautado em "uma existência isenta tanto quanto possível da dor, e tão rica quanto possível em prazeres, tanto no que se refere à quantidade quanto à qualidade" (Ibidem, p. 27).

Quais seriam os verdadeiros ou melhores prazeres a serem defendidos? Quais são as verdadeiras situações de felicidade a serem buscadas? Mill apontou que:

Deve-se admitir, contudo, que os escritores utilitaristas em geral reconheceram a superioridade dos prazeres mentais sobre os corpóreos principalmente pela maior permanência, segurança, pelo menor custo, etc., dos primeiros – ou seja, por suas vantagens circunstanciais mais do que por sua natureza intrínseca. [...] É bastante compatível com o princípio da utilidade reconhecer o fato, que alguns tipos de prazer sejam mais desejáveis e mais valiosos que outros. (Ibidem, p. 23)

Como dito anteriormente, Stuart Mill acreditava na possibilidade dos homens se tornarem perfeitos com o tempo. Certamente, isso significaria que, futuramente, a compreensão do sentido do utilitarismo para a vida em sociedade seria compartilhada, assimilando-se que “a finalidade da ação humana, é também necessariamente o padrão da moralidade” (Ibidem, p. 28). Esse padrão da moralidade, certamente, seria promovido pelo desenvolvimento das ciências humanas, pois seria possível conhecer (e talvez lapidar) cada vez mais as ações humanas dos indivíduos que vivem em sociedade. Dessa maneira, as ciências humanas seriam ciências morais e, assim como as demais ciências (a exemplo da física), eram ciências naturais. Desse modo, “Mill considera as ciências morais, assim como Comte considera a sociologia, como parte das ciências naturais, visto que elas, de modo semelhante a estas últimas, almejam conhecer as regularidades (identificação da causa e dos efeitos) dos fenômenos que estudam” (BRANDÃO, 2011, p. 89).



### Refleta

Ao nos aproximarmos um pouco mais das ideias desenvolvidas pelos pensadores, as coisas começam a se tornar mais claras. O que você leu sobre a preocupação de Stuart Mill com relação à economia política e aquilo que ele chamou de motivação pela riqueza por parte do homem econômico tem tudo a ver com a noção de utilitarismo. Afinal, da perspectiva do utilitarismo, o homem, na busca do atendimento de seu interesse egoísta, estaria, ao mesmo tempo, estimulando a competição e o mercado, o que, conseqüentemente, seria bom para todos e útil ao progresso da sociedade.

Como sabemos, a competitividade estimula a produção e pode ampliar a oferta de produtos. Portanto, haveria assim uma utilidade e um valor positivo naquilo que poderia parecer algo apenas egoísta. Esse é um ponto fundamental para se pensar na diferença do sentido da moralidade do utilitarismo com quaisquer outras moralidades de natureza religiosa. Além desse pensar na ideia de sacrifícios tão comuns às religiões seria outra enorme diferença. É o que se pode constatar na seguinte fala de Mill (2007, p. 33):



A moralidade utilitarista reconhece nos seres humanos o poder de sacrificar seu maior bem pelo bem de outros. Ela apenas recusa-se a admitir que o sacrifício seja por si só um bem. Um sacrifício que não aumenta ou tende a aumentar a soma total de felicidade é considerado um desperdício.

Você já pensou sobre isso? Para você, os sacrifícios religiosos devem estar dentro dessa moralidade utilitarista? As pessoas que têm fé e aceitam se sacrificar (fazendo uma promessa, por exemplo) não estariam fazendo isso pela busca da felicidade também?

## Sem medo de errar

Agora que você já estudou todo o conteúdo da seção, podemos refletir sobre as questões da situação-problema. Em primeiro lugar, retomemos o que Mill pensava acerca da liberdade. Desde a unidade anterior, você já aprendeu que a liberdade é um valor defendido pelo pensamento burguês e, como tal, está entre os princípios ou as condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo e da ampliação do poder da sociedade sobre o Estado. Na Idade Média, bem como em boa parte da Idade Moderna, o poder era concentrado nas mãos de poucos, havendo, portanto, pouca liberdade, tanto política como econômica. Nesse sentido, Stuart Mill defende a liberdade como um direito inalienável ao homem e fundamental para

garantir a felicidade. O ímpeto pelo atendimento de seu desejo não seria algo ruim, contanto que respeitasse a liberdade de outros.

Aliás, seria essa mesma motivação do homem pelo atendimento de seu desejo pela riqueza que seria de interesse à economia política, área do conhecimento que teria como especificidade debruçar-se sobre os fenômenos sociais de natureza econômica levando em consideração seu método dedutivo. Como vimos, a economia política partiria de hipóteses ou conjecturas (previsões) a partir do conhecimento formado a priori sobre o comportamento do homem econômico e das sociedades, levando em conta a frequência com que certos fenômenos ocorreram. Além disso, qual é a finalidade moral do utilitarismo? Para Stuart Mill, não poderia ser outra a finalidade a não ser promover a felicidade, o prazer e o bem mais intensos possíveis para o maior número de pessoas. Esse seria o verdadeiro sentido útil das ações humanas.

Ao final, a última pergunta sugerida foi: o que poderíamos indicar como traços positivistas em sua obra? A preocupação com o reformismo social (pela valorização de uma ciência moral), bem como a busca pela compreensão da regularidade dos fenômenos sociais por meio do reconhecimento de suas "leis" podem ser considerados traços positivistas.

## Faça valer a pena

**1.** Stuart Mill era contrário à escravidão e é considerado, inclusive, um dos primeiros defensores de direitos femininos. O artigo a seguir foi publicado no jornal Diário da Bahia (Salvador/BA), nos anos finais do período escravocrata, para defender as discussões sobre a abolição. Ideais de bem comum, liberdade e moralidade, os mesmos que regem os princípios utilitaristas defendidos por Mill, atravessam o texto e direcionam os sentidos produzidos. Veja:

"É um erro, é prova manifesta de ignorância das coisas sustentar que a discussão [sobre a abolição] pode impelir os escravos a revoltarem-se contra os senhores.

Os escravos em sua totalidade não sabem ler; vivem presos ao labor diário, fiscalizados por feitores severos, senão cruéis, com certeza não contrairão a febre da liberdade por amor de discussões, cujo fim é agir sobre a alma de homens livres.

Ainda mais; se o escravo soubesse e pudesse ler os livros e artigos que se escrevessem sustentando os seus direitos à liberdade, e se sua inteligência pudesse abranger o alcance deles, em vez de excitar-se, acalmar-se-ia, porque aprenderia a conhecer que muitas vezes suportar uma injustiça é um dever, e no seu caso a revolta, a insurreição seria uma violação das leis divinas e humanas.

É fora de dúvida que entre nós há ainda homens pouco instruídos, espíritos prevenidos não fazem ideia exata do que seja a política e a moral, os quais acreditarão que quando um deputado da tribuna ou um escritor em seu jornal sustentam que a escravidão é uma horrorosa injustiça social, provocam necessariamente os escravos à insurreição.

Mas estes deviam saber que a ninguém hoje é lícito ignorar, isto é, que a insurreição contra o poder civil só pode ser autorizada em um caso único, a saber: quando não há outro meio de obter satisfação e nem outro recurso para melhorar as instituições existentes.

Livros, artigos escritos sob influência dessa verdade, se fosse possível fazê-los chegar até os escravos, o que aliás é muito pouco provável, em vez de produzirem excitação, inspirariam paciência e resignação" (SPARTACO. Aos abolicionistas da Bahia. Diário da Bahia, 18/04/1883).\*

\* O texto foi redigido conforme os atuais padrões ortográficos.

O ideal utilitarista esbarra em um problema: quem decide o que é bom para todos? Ao generalizar o que é "bom", tratá-lo como um valor universal e invariável, os interesses, as demandas e condições de diferentes grupos sociais não são levados em consideração.

Assinale a alternativa que indica corretamente qual grupo social tem decidido "o que é bom para todos" na sociedade capitalista:

- a) A classe dominada.
- b) A classe dominante.
- c) Os escravos.
- d) As mulheres.
- e) Os filósofos.

## 2. Analise as seguintes sentenças sobre John Stuart Mill.

- I. É considerado um dos principais pensadores liberais do século XIX.
- II. Ao ter um primeiro contato com os trabalhos de Karl Marx, decidiu financiá-los para que o pesquisador aprofundasse seus estudos.
- III. Assim como Adam Smith, defendia uma intervenção estatal moderada na Economia.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

**3.** “Nas Ciências Sociais, [o positivismo] ficou associado a três princípios afins: o princípio do fenomenalismo, de acordo com o qual o conhecimento só pode fundamentar-se na experiência (beirando a fetichização dos ‘fatos’ como imediatamente acessíveis à percepção sensorial); o princípio metodológico da unidade do método científico, o qual proclama que os procedimentos da ciência natural são diretamente aplicáveis ao mundo social com o objetivo de estabelecer leis invariantes ou generalizações semelhantes a leis sobre fenômenos sociais; e o princípio da neutralidade, que se recusa a conceder aos enunciados normativos o status de conhecimento e mantém uma rígida separação entre fatos e valores” (WACQUANT, L. J. D. Positivismo. In: BOTTOMORE, T.; OUTHWAITE, W. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. p. 593).

Refletindo sobre os principais pontos de contato entre o ideário desenvolvido por Stuart Mill e a teoria positivista desenvolvida por Comte, analise as afirmações seguintes:

- I) O interesse em uma ampla reforma social move ambas as propostas.
- II) O método científico é considerado mestre-guia para a compreensão das relações sociais.
- III) O interesse de identificar e explicar as regularidades dos processos humanos está presente em ambas as propostas.
- IV) A Ciência protagoniza as teorias e práticas propostas.

É correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

## Seção 2.2

### Saint-Simon e a reorganização da sociedade

#### Diálogo aberto

Recorde que, seguindo o contexto de aprendizagem elaborado no início desta unidade, você havia escolhido três livros daquela biblioteca que estava quase fechando, não é mesmo? Depois de ter feito um importante estudo sobre Stuart Mill, vai partir agora para a segunda obra: a de Saint-Simon.

Na sua empreitada até aqui, você já leu muita coisa e já ampliou sua noção sobre boa parte dos pensadores que compõem a produção intelectual que precedeu o surgimento da sociologia positivista. Desse modo, já é possível perceber quais são os pontos comuns e quais são as diferenças entre eles.

Sendo assim, é hora de pensarmos sobre as contribuições de Saint-Simon.

Por que estudar Saint-Simon agora? Qual é a sua relação com o positivismo? Considerando-se que Saint Simon era de uma classe abastada, de que modo ele se relacionou com o liberalismo enquanto um ideal burguês? Segundo Saint-Simon, qual é o papel da religião? Saint-Simon era socialista? Por que o tipo de socialismo defendido por ele tinha uma natureza utópica?

São muitos questionamentos, não é? Então, vamos começar?

#### Não pode faltar

Há algumas seções que estamos estudando nomes importantes para o pensamento ocidental, os quais, direta ou indiretamente, teriam contribuído para o surgimento das ciências sociais, em especial a Sociologia. Foi ao longo do século XIX que as ideias desses homens, a exemplo de Alexis de Tocqueville e Stuart Mill, ganharam maior projeção. Mas outro nome que merece destaque é do Saint-Simon. Nesta seção, estudaremos suas ideias, afinal, Saint-Simon foi um dos

mais importantes expoentes da passagem do século XVIII para o século XIX, dada sua contribuição para as discussões a respeito da almejada reforma social pela via científica. Além disso, vamos tentar compreender quais são os pontos de contato entre o pensamento de Saint-Simon com o que viria a ser, futuramente, a teoria positivista de Comte.

### Quem Foi Saint-Simon?

Saint-Simon, nascido na França, em 1760, foi um importante economista e filósofo, o qual, com suas ideias, ajudou a construir as bases do socialismo, mais especificamente do chamado socialismo utópico. Nasceu de uma família nobre, da qual pertencia o famoso duque e cronista também chamado Saint-Simon, que escreveria sobre a corte do rei francês Luís XIV. Saint-Simon “embora abrisse mão de seu título nobiliárquico e não mais acreditasse, como acreditara seu parente [o duque citado], na importância dos duques, lá a seu modo estava igualmente convencido da importância das classes proprietárias, especialmente da família Saint-Simon” (WILSON, 1972, p. 84). Assim, embora negasse a aristocracia da qual fazia parte, via nela algo fundamental, o que ficará explícito em suas ideias acerca da necessidade de uma reforma social.

Em sua biografia consta que, por alguma convicção muito forte de que teria uma espécie de missão a cumprir como um grande intelectual, decidiu estudar o quanto pôde, passando por áreas como física, matemática e medicina. Mas Saint-Simon se tornaria, acima de tudo, um grande idealista, formado sobre as bases da filosofia racionalista, “da qual se esperava a solução para todos os problemas”, mas que infelizmente “não conseguiria salvar a sociedade nem do despotismo nem da miséria” (Ibidem, p. 85). Embora estivesse crente de que o Antigo Regime logo acabaria, e ainda que contemporâneo à Revolução Francesa, dela não participou ativamente, mas se tornou um republicano por aquela época. Em sua obra *Cartas de um habitante de Genebra*, publicada em 1902, Saint-Simon buscou compreender elementos que explicavam seu contexto e que indicavam aspectos da sociedade do futuro.

Daí a importância em se considerar Saint-Simon como um dos primeiros a fazer uma análise social, a exemplo de outros pensadores,

como Auguste Comte. A preocupação com a reforma social e a valorização da ciência e da indústria seriam os pontos de contato de Saint-Simon com a origem do que seria o positivismo, bem como a própria sociologia positivista. Aliás, "Saint-Simon escreveu o Catecismo dos Industriais, que se tornou inspiração para o Catecismo Positivista que Comte iria escrever mais tarde" (CONCEIÇÃO, 2007, p. 8).



### Assimile

Segundo Edmund Wilson, em seu livro *Rumo à Estação Finlândia* (1968), Saint-Simon acreditava que o século XVIII "cometera um erro fundamental: por um lado, tomara como pressuposto que o homem era dotado de plena liberdade de vontade e, por outro, que o mundo físico era governado por leis invariáveis; ao fazer isso, excluiu o homem da natureza. Pois havia também leis sociais; havia uma ciência do desenvolvimento social; e através do estudo da história da humanidade, deveríamos poder dominar esse saber" (Ibidem, p. 86)

Essa afirmação deixa claro que Saint-Simon, portanto, não teria se alinhado plenamente à visão de pensadores mais ligados ao liberalismo (tanto político como econômico), a exemplo de Stuart Mill, Adam Smith, entre outros. Ao falar de "leis sociais", Saint-Simon admite que os indivíduos estariam, dessa forma, submetidos a forças para além de sua própria vontade, não sendo tão livres quanto pudessem pensar. Assim, para ele, era preciso olhar para a história e buscar reconhecer e compreender o *modus operandi* dessas leis sociais. Este é um dos principais pontos com o pensamento positivista, afinal, o maior expoente do positivismo, Auguste Comte, como veremos na próxima seção, considerava a sociologia como uma ciência que explicaria as leis da "física social".

A operação da ciência, da moral e da religião para reorganizar a sociedade

Assim como outros pensadores do século XIX, pode-se dizer que Saint-Simon defendia princípios reformistas, isto é, ideias que tinham como propósito defender uma reorganização da sociedade. Mas, por que a sociedade necessitava de reorganização e reforma?

Como se sabe, as transformações sociais que ocorriam na Europa em meados do século XIX eram muito rápidas, a exemplo do processo de industrialização e urbanização. Seriam momentos de desestabilização ou colapso, segundo Saint-Simon, após uma fase de maior estabilidade e equilíbrio. Segundo ele, após um momento de maior estabilidade, como foi a Idade Média, as transformações que se seguiram foram fases conturbadas, a exemplo da Reforma Protestante e das demais revoluções burguesas. Passada essa fase de maior instabilidade na segunda metade do século XVIII, representada pelas revoluções burguesas (industrial e francesa), a sociedade estaria pronta para um novo tempo de equilíbrio. "Todo mundo deveria agora ser organizado cientificamente; e esse problema era [para Saint-Simon] evidentemente de natureza industrial [...]" (Ibidem, p. 86).

Assim, ele apostava na criação de uma sociedade pautada pela racionalidade da ciência, a qual tinha como função ser os trilhos pelos quais a sociedade industrial, como um trem, deslizava e avançava. Portanto, no lugar da Igreja, a ciência assumia a "direção espiritual" da sociedade, o que implicava o fato de que os cientistas deveriam tomar o lugar dos padres. O pensamento de Saint-Simon é muito coerente com sua época e dela representativo, afinal, estamos falando da passagem do século XVIII para o século XIX, momento em que os frutos do iluminismo se fizeram presentes. Tratamos desse tema na Unidade 1, você se lembra?



### Exemplificando

Dentre os frutos do Iluminismo está o movimento enciclopedista. Preocupados em sistematizar e difundir o conhecimento, muitos pensadores iluministas produziram as primeiras enciclopédias na França. Tratava-se de um conhecimento geral sobre a realidade, a natureza, enfim, acerca das coisas que cercavam os homens, conhecimento este que alguns iluministas envolvidos nessa empreitada acreditavam ser importante divulgar. Dentre os pensadores que colaboraram, estavam nomes como Denis Diderot, D'Alembert, Rousseau, Bufon, Voltaire, Montesquieu, entre outros.

Assim, o operar da ciência pode aqui ser lido de dois modos: primeiro, como forma de conhecer a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade industrial; segundo, como caminho (que parte desse conhecimento) mais adequado para reformar e organizar a sociedade para o futuro. Era preciso fazer a sociedade evoluir, e a noção de evolução, evidentemente, deveria ser tomada como sinônimo de progresso. Para tanto, na visão de Saint Simon sobre a ciência como instrumento de transformação da sociedade, não se poderia:



[...] estudar os problemas econômicos e sociais unicamente em função do homem tomado como indivíduo isolado, mas examiná-lo em seu quadro social, ou seja, como ser pertencente a determinada coletividade subordinando às leis de evolução e progresso. A história, pensa Saint-Simon, deve-se tornar uma ciência positiva – uma verdadeira ‘física social’ – permitirá a previsão do futuro. (HUGON, 1984, p. 187)

Portanto, aqueles que denominam a ciência em termos de conhecimento da dinâmica social, bem como aqueles que a partir dela continuam a promover o desenvolvimento da indústria e o aumento da produção, são homens especiais, dotados de uma capacidade genial por saberem operar a ciência a favor da coletividade. Porém, em determinado momento, Saint-Simon começa a entender que esse poder que emanava da genialidade dos homens não era suficiente.

Com sua obra *Novo Cristianismo*, publicada em 1825, Saint-Simon defendia que a religião poderia melhorar a vida dos mais pobres e assim seria possível garantir a ordem social, contanto que se impusesse uma religião dominante. Contudo, não se tratava, necessariamente, de uma defesa do catolicismo ou do protestantismo, mas de um novo cristianismo. “O princípio básico de Cristo, ‘amar o próximo’, aplicado a sociedade moderna, nos obriga a reconhecer que a maioria de nossos semelhantes são miseráveis e infelizes. Agora a ênfase foi deslocada da mente dominadora no alto da hierarquia para o homem ‘sem posses’ na sua base [...]” (WILSON, 1972, p. 88). Seria necessário convencer os mais ricos de que a melhora das condições de vida

dos excluídos seria algo positivo para todos. Isso evitaria que os mais pobres utilizassem da violência ou buscassem promover revoluções, o que era sinônimo de desequilíbrio para Saint-Simon.

Tratava-se, acima de tudo, de resgatar um princípio básico e moral do cristianismo, isto é, de promover condições de se ajudar ao próximo, principalmente aos que menos tem. Sobre a religião, portanto, ele tenta destacar os pontos mais essenciais do cristianismo. Acreditava que o papel da sociedade era buscar o aperfeiçoamento da vida material e moral dos pobres.

### **O Estado industrializado dirigido pela ciência**

Saint-Simon acreditava que aqueles que tinham mais poderiam comandar a produção em nome do interesse coletivo. Por meio do que se chamou de industrialismo, apresentava a possibilidade da criação de uma sociedade comandada pela classe industrial, a qual definia como classe trabalhadora, isto é, ligada ao processo produtivo e que, portanto, contribuía com ele de fato. Essa sua posição era a base da crítica que fazia àqueles que tinham um comportamento ocioso, vivendo de renda e da herança da qual haviam sido beneficiados. Logo, todos que não colaboravam com a produção, produzindo de fato pelo trabalho ou nele investindo, ainda que ricos, não faziam parte da classe trabalhadora.

A política seria, na leitura de Saint-Simon, algo que deveria apenas orientar o trabalho, suas condições e seu desenvolvimento. Mais importante ao Estado não seria a atividade de “soldados da política” (Ibidem, p. 86), mas sim dos homens da ciência, dos “capitães da indústria e dos artistas”, destacando-se, evidentemente, o papel de protagonista do grupo de industriais. Evidentemente, ao defender uma hierarquia de mérito, defendia também o protagonismo dos chefes (capitalistas) e dos cientistas para decidirem sobre o governo e a produção, o que poderia ser lido aqui como uma perspectiva mais conservadora.

Segundo Saint-Simon, haveria na humanidade três classes: primeiro, os chamados *savants*, os quais possuíam um poder de natureza espiritual, e que, portanto, eram especiais nessa hierarquia; em segundo lugar, aqueles que tinham posse; e, em terceiro, os que não tinham. Para ele, “as classes dotadas de posses deveriam governar

devido ao fato de possuírem ‘mais luzes’. Mas o objetivo de todas as instituições sociais era melhorar, intelectual, moral e fisicamente, as condições de vida da ‘classe mais pobre e mais numerosa’” (Ibidem, p. 87).

Eles (esses homens mais ilustres por sua posição social e sabedoria) deveriam ser responsáveis pelo bom funcionamento do “mundo como uma vasta oficina, na qual a produção, organizada de modo a alcançar o máximo de expansão, asseguraria, com a prosperidade, a melhor organização social” (HUGON, 1984, p. 188). Tal oficina seria, portanto, comandada por um Estado industrializado, capitaneado pelos ilustres ligados à ciência e à produção. Embora Saint-Simon não fosse, necessariamente, um liberal, defendia um Estado Mínimo, mas que fosse responsável por estimular o crescimento da produção.

Assim, fica clara a preocupação com a produção industrial e com um Estado industrializado, com o progresso do capitalismo estimulado pela ciência, a qual regularia também os caminhos que poderiam trazer de volta a estabilidade da sociedade.

A doutrina de Saint-Simon, também conhecida como sansimonismo, irá “exercer influência sobre os fatos, através do princípio que o anima – o industrialismo. Constitui um hino à produção, sobretudo à produção industrial, hino entoado a uma produção levada ao rendimento máximo através da coordenação e do controle” (HUGON, 1984, p. 196). Assim, por defender o mérito daqueles que contribuíam com uma sociedade produtiva por meio do trabalho (tanto industriais como proletários), considerava como parasitas aqueles que não contribuíam.

Um dos males causadores da desorganização e da falta de equidade social era o direito de herança, o qual, segundo Saint-Simon, gerava uma repartição desigual da riqueza, bem como desconectada do sistema de produção. Dito de outro modo, muitos teriam acumulado sem ser pela capacidade do trabalho. Afinal, é dele a máxima de que “a cada um segundo a sua capacidade, a cada [um] segundo as suas obras” (Ibidem, p. 189).



Em 2017, a Revolução Russa completa 100 anos de sua realização. Foi um dos principais movimentos políticos na Europa, com desdobramentos para todo o mundo. Pautados em ideias socialistas e comunistas, seus responsáveis depuseram o império russo em 1917, promovendo o que acreditavam ser uma revolução proletária.

De que modo esse fato histórico está relacionado, direta ou indiretamente, com os ideais de Saint-Simon, considerando-se ser ele um dos precursores do socialismo?

Para compreender melhor isso, pesquise mais sobre a Revolução Russa, mas não deixe de ler sobre Karl Marx, sua obra e sua ideia de socialismo. Uma boa dica para iniciar sua leitura é o livro *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em 1872.

## O socialismo utópico

Antes de pensarmos sobre o que seria o socialismo utópico defendido por Saint-Simon, é fundamental partir de uma noção, ainda que muito breve, do que é o socialismo. O socialismo seria uma forma de organização econômica e social na qual as diferenças materiais e de poder entre os homens seriam amenizadas, criando-se condições de uma maior equidade social, tendo-se como fim o bem coletivo. O capitalismo, como sabemos, opera de forma contrária. Nele, historicamente, a burguesia obteve vantagens por ser a dona dos meios de produção, e assim estimulou a produção e a industrialização até isso que conhecemos hoje, no século XXI. Logo, dificilmente ela abriria mão do que conquistou – principalmente por acreditar fortemente na meritocracia – em nome da coletividade, reconhecendo a miséria e as dificuldades daqueles que foram excluídos das benesses do capital.

Partindo disso, fica mais fácil reconhecer o caráter utópico do que Saint-Simon e outros pensadores a ele contemporâneos defendiam enquanto socialismo. No dicionário, a palavra utopia significa um projeto irrealizável ou a concepção de um governo ideal e, dessa forma, entendemos que um socialismo dito utópico também seria

algo idealizado e, ao mesmo tempo, irrealizável.

Em linhas gerais, o socialismo utópico partia do princípio de que seria possível construir uma sociedade mais igualitária sem o uso da violência e sem a luta de classes, bem como pela benevolência da burguesia ao desejar promover a melhora de vida de todos, de modo a se ter uma organização que visasse ao fim coletivo, principalmente por meio do desenvolvimento da industrialização. Assim.



a equidade, mediante uma justa repartição serve ao homem de estímulo e contribui também para o desenvolvimento de sua atividade. O constante desenvolvimento da indústria – Saint-Simon entende ‘indústria’ no seu sentido amplo de ‘trabalho’ – constituiu a lei de organização da humanidade, através da qual é possível assegurar o progresso. (HUGON, 1984, p. 188)

Desse modo, a nosso ver, o caráter utópico desse socialismo estaria, entre outros fatores, na crença da fraternidade entre os indivíduos de classes diferentes, bem como no pleno desenvolvimento da sociedade, de modo igualitário, pela promoção da ciência, da indústria, isto é, do capitalismo.

Com o exposto até aqui é possível identificarmos na obra de Saint-Simon algumas das bases sobre as quais Auguste Comte construiria a teoria positivista, seja pelo otimismo quanto à necessidade e possibilidade da reforma social, seja pelo culto à ciência e à valorização da industrialização como meios para alcançar tal reforma. Aliás, entre 1816 e 1818, ambos publicariam juntos a obra *A indústria*. Isso significa que os anseios pela promoção da ordem e do progresso já despontavam na Europa na passagem do século XVIII para o XIX.



**Refleta**

O capitalismo permitiu o desenvolvimento da tecnologia, dos processos produtivos, da comunicação, da indústria química, da medicina, enfim, de uma série de coisas que podem ser consideradas boas para a vida moderna. Contudo, não podemos negar que esse mesmo sistema

promove a desigualdade social ao não garantir que todos possam ter o mesmo acesso ao que é produzido na economia (produtos e serviços), bem como amplia a diferença de poder entre aqueles que têm mais e os que menos têm. Essa seria uma das maiores contradições do capitalismo, uma vez que ele promete uma infinidade de possibilidades de consumo e de produção, defende a liberdade individual, mas nada garante. Aliás, a estrutura do sistema capitalista reproduz a desigualdade como algo necessário para a própria existência do capitalismo.

Isso nos faz pensar sobre as possibilidades efetivas de mudança da desigualdade social.

Karl Marx, um dos principais pensadores do século XIX e que teve suas ideias amplamente difundidas no século XX, via como alternativa a revolução, isto é, a ruptura com o sistema, por meio do reconhecimento da luta de classes entre burgueses e proletários, com a vitória destes. Isso pressupõe uma ideia bem diversa da realização de uma equidade por meios pacíficos e motivados por valores morais, como aquela pregada por Saint-Simon.

Diante desses apontamentos, como você entende a relação entre o capitalismo e a desigualdade social? E a superação do capitalismo, é possível? Se sim, de que maneira?

## Sem medo de errar

A partir do que estudamos, de que maneira você responderia ao questionamento que realizamos no início desta seção sobre Saint-Simon? Você se lembra que levantamos diversas questões, as quais estavam relacionadas, em especial, com o positivismo, liberalismo e socialismo?

As respostas são variadas e, por isso, indicaremos apenas alguns caminhos aqui.

Como se viu, embora Saint-Simon apoiasse um Estado mínimo, ele não era um liberal. Ao contrário, dizia que um grande erro era partir

do pressuposto de que o homem era dotado de plena liberdade de vontade, desconsiderando (em nome dessa liberdade tão defendida pelos burgueses) as leis sociais que regem a vida dos homens. De acordo com Saint-Simon, cabe aos intelectuais que querem entender e reformar a sociedade compreender o dinamismo e a ação de tais leis.

Quanto ao papel da religião, Saint-Simon não fazia, necessariamente, apologia ao catolicismo ou ao protestantismo, mas a um “novo cristianismo”, por meio do qual as pessoas compreendessem a obrigação moral de agir em nome da promoção dos mais necessitados. Essa lógica seria fundamental para que se pudesse reformar a sociedade de forma pacífica, sem ser por meio de revoluções, como aquelas que aconteceram na Europa do final do século XVIII. Desejar uma reforma social e uma transformação de natureza pacífica está entre os aspectos que identificam o caráter utópico do socialismo de Saint-Simon.

Além disso, esse pensador defendia o industrialismo como forma de promoção da evolução e do progresso, os quais, ao serem planejados e encabeçados por uma elite intelectual dotada de certa genialidade, seria o caminho para uma sociedade mais igualitária. Esses seriam os pontos que, segundo os marxistas, por exemplo, indicam a fragilidade de tal teoria, pois nega o caráter conflituoso da permanente luta de classes existente entre burgueses e proletários em detrimento de uma fé na fraternidade.

Assim, considerando que as ideias de Saint-Simon eram balizadas pelo desejo de uma reforma social pautada na ciência e no otimismo com o desenvolvimento do processo de industrialização, é possível identificar em sua obra pontos importantes que também embasariam a teoria positivista. Para além da valorização das ideias de ordem e de progresso, estava o enaltecimento do pensamento científico como guia para a reforma social, bem como a certeza nas benesses coletivas resultantes do processo de industrialização.

## Faça valer a pena

**1.** “Não é fácil ser assaltado todo dia. Dá um ódio muito profundo (digo por experiência própria). A gente comprou um iPhone 6 com o suor do nosso

rosto – e pagou muitos impostos. Sei que nessas horas dá uma vontade enorme de morar fora.

Você sabe que lá fora você pode abrir seu laptop na praça, pode deixar a porta aberta, a bicicleta sem cadeado. Mas lá fora, não esqueça, é você quem limpa a sua privada. Você já relacionou as duas coisas?

Nos países em que você lava a própria privada, ninguém mata por uma bicicleta. Nos países em que uma parte da população vive para lavar a privada de outra parte da população, a parte que tem sua privada lavada por outrem não pode abrir o laptop no metrô (quem disse isso foi o Daniel Duclos).

Não adianta intervenção militar, não adianta blindar todos os carros, não adianta reduzir a maioridade penal (SPOILER: isso nunca adiantou em lugar nenhum do mundo).

Sabe por que os milionários americanos doam tanto dinheiro? Não é por empatia pelos mais pobres. Tampouco tem a ver só com isenção fiscal. Doam porque sabem que, quanto mais gente rica no mundo, mais gente consumindo e menos gente esfaqueando por bens de consumo.

Um pobre menos pobre rende mais dinheiro para você e mais tranquilidade nos passeios de bicicleta. A gente quer o seu (o nosso) bem. É melhor ser a elite de um país rico do que a de um país pobre” DUVIVIER, Gregorio. A privada e a bicicleta. Folha de S. Paulo, 29/06/2015. Disponível em: <<https://goo.gl/xlFxx8>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

O texto acima tem ideias compatíveis com princípios do socialismo utópico defendidos por Saint-Simon?

- a) Sim, ambos eram contrários ao desenvolvimento industrial.
- b) Sim, a luta de classes é defendida tanto por Duvivier quanto por Saint-Simon.
- c) Sim, porque ambos defendem os mesmos princípios de justiça social.
- d) Sim, porque eles defendem uma maior desigualdade social para garantir privilégios.
- e) Não, pois Saint-Simon não defendia o socialismo como Duvivier o faz.

**2.** “João Doria Jr. nasceu em 16 de dezembro de 1957, na cidade de São Paulo, filho do publicitário e ex-deputado federal João Doria e de Maria Sylvia Vieira de Moraes Dias Doria. De origem abastada, descende dos Costa Doria, uma família brasileira do período colonial, cujos membros foram grandes proprietários de terras, senhores de engenhos, militares e políticos da Bahia e Sergipe” (Disponível em: <<https://goo.gl/HLNWtH>>. Acesso em: 27 jan. 2017).

“A equipe do prefeito eleito João Doria (PSDB) apresentou na manhã desta

terça-feira (20) o plano para o aumento dos limites de velocidade das marginais Tietê e Pinheiros a partir de 25 de janeiro de 2017. O plano também anuncia o uso de lombofaixas e radares-pistola para fiscalizar motos.

Batizado de Marginal Segura, o plano mantém o limite de velocidade de 50 km/h para uma das faixas da pista local. As outras faixas da pista local voltam a 60 km/h – experiência inédita em via de tal porte na cidade e questionada por especialistas (...) (RODRIGUES, A.; RUSSO, R. Doria cumpre promessa e aumenta velocidade das marginais em janeiro. Folha de S. Paulo, 20/12/2016. Disponível em: <<https://goo.gl/vtqMiE>>. Acesso em: 27 jan. 2017).

“O atual prefeito de São Paulo, João Doria e seu projeto higienista ‘Cidade Linda’ apagaram o maior mural de arte urbana da América Latina” (Doria destrói maior mural de grafite da América Latina. Esquerda Diário, 23/01/2017. Disponível em: <<https://goo.gl/SLUfZ7>>. Acesso em: 27 jan. 2017).

Se Saint-Simon estivesse vivo atualmente, que crítica faria em relação ao perfil e às posturas de João Doria que aparecem nos trechos acima?

a) A ciência deveria reger o funcionamento social, mas essa premissa é recusada: o prefeito dispensa as recomendações de especialistas (cientistas) e toma medidas contrárias a elas.

b) Grande parte da riqueza de Doria não provém de herança, ou seja, seus rendimentos são obtidos exclusivamente pelo trabalho, e isso contribui para a promoção da igualdade social.

c) A intervenção do prefeito na pintura de murais grafitados por artistas condiz com o que seria considerado papel do Estado, porque é uma medida relacionada, exclusivamente, com o processo de trabalho.

d) Doria, ao se preocupar com o desenvolvimento do capitalismo, propõe o fim da herança de família.

e) O plano para o aumento das velocidades nas marginais também é uma medida cabível ao Estado por ser essencial ao crescimento da produção.

**3.** “[...] foi do positivismo social de Comte que fluiu uma primeira vertente ideológica voltada para retificar o capitalismo mediante propostas de integração das classes a ser cumprida por uma vigilante administração pública dos conflitos. A sua inspiração profunda é ética e, tanto em Saint-Simon quanto em Comte, evoluiu para um ideal de ordem distributivista” (BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 282).

Sobre a dinâmica do capitalismo e as bases do socialismo utópico, defendido por Saint-Simon, é possível afirmar que:

a) No socialismo utópico, é importante o direito à herança para que a família seja respeitada.

- b) O sistema capitalista fortalece o desenvolvimento industrial e científico.
- c) A igualdade social é uma das demandas capitalistas.
- d) A ênfase na relação do homem com o sobrenatural está presente em ambos os modelos econômicos.
- e) A sociedade agrária e o desenvolvimento religioso, característicos do capitalismo, são a base do socialismo utópico.

## Seção 2.3

### Auguste Comte e o discurso sobre o Espírito Positivista

#### Diálogo aberto

Cada vez mais você tem avançado em sua pesquisa sobre a origem da Sociologia, e este grande quebra-cabeças está sendo completado. Agora, é o momento de conhecer o conteúdo do terceiro e último livro dentre aqueles que você havia escolhido na biblioteca. Trata-se da obra do precursor do pensamento positivista e da Sociologia: Auguste Comte. Quais são os pontos mais importantes de sua obra, do ponto de vista da análise, sobre o pensamento humano? Qual é a finalidade do espírito positivo em termos práticos? De que modo podemos identificar um ponto de contato da obra de Comte com a de Saint-Simon e a de Mill?

#### Não pode faltar

Esta seção é muito importante para que você, caro aluno, possa, enfim, compreender as bases do pensamento positivista enquanto ideias introdutórias ao que ficou conhecido como Sociologia (positivista) de Émile Durkheim. Para tal, estudaremos aqui quem foi Auguste Comte, “o pai do positivismo”, e quais são as suas principais obras e ideias.

#### Quem foi Auguste Comte?

Isidore-Auguste-Marie-Xavier Comte foi um filósofo e matemático francês, nascido em 1798, em Montpellier, em uma família de funcionários públicos, tendo entrado para a história como o pai do positivismo, uma corrente de pensamento da qual surgiria a Sociologia Positivista. Quando jovem, estudou na Politécnica de Paris, de onde seria expulso por se envolver em uma rebelião contra um professor. Foi secretário de Saint-Simon, o qual, como se viu na seção anterior, foi um importante pensador que não apenas valorizava a ciência, como defendia seu uso como instrumento para reforma e

transformação social. Essa preocupação em instrumentar a ciência como ferramenta da prática, da aplicação, é o que se viu na obra de Comte, afinal, esse contato com Saint-Simon seria uma forte influência intelectual para ele. Há registros de que Comte, mesmo sem receber seus honorários quando Saint-Simon não podia pagar, continuou trabalhando em nome de seu interesse intelectual. Outro fato curioso dessa sua relação com Saint-Simon é algo que se mostrou por meio de uma contradição. A princípio, Comte discordava da presença de aspectos religiosos na obra de seu mestre, contudo, tempos depois, ele próprio se consideraria como que um sacerdote da Religião da Humanidade e da Igreja Positivista. Segundo Bertrand Russel, Auguste Comte “durante os últimos dez anos de vida, devotou boa parte do tempo à elaboração de uma religião positivista, que substituiria os credos vigentes. Em vez de Deus, esse novo evangelho reconhecia a humanidade como o ser supremo” (RUSSEL, 2015, p. 357). A base dessa igreja era a valorização das “virtudes do amor, da submissão e a necessidade ordem para o progresso social” (PEREIRA, 2002, p. 14).

Auguste Comte viveu com poucos recursos, recebendo algum ganho de suas aulas particulares e das contribuições que fazia para jornais. Ainda que tenha conseguido reunir ao seu redor um conjunto de seguidores em virtude de suas ideias – o que pode ser lido como um sinal de respeitabilidade –, ele não conseguiu trilhar uma vida acadêmica como professor universitário.



### Exemplificando

Um nome entre os admiradores de Comte é o de Jonh Stuart Mill. Como estudamos, ele foi um dos principais expoentes do pensamento liberal na Europa do século XIX e que, ao conhecer o trabalho de Comte, se tornaria seu admirador, chegando a ajudá-lo a se manter materialmente, dadas as dificuldades financeiras.

Em 1826, Comte decide oferecer um curso sobre as suas ideias acerca do que chamou de filosofia positiva, mas apenas entre 1830 e 1842 é que de fato escreveria sua principal obra: *Curso de Filosofia Positiva* (1973), escrita em seis volumes. Pereira (2002), ao falar sobre a biografia de Comte, aponta que “a contribuição principal de Comte

à filosofia do positivismo foi sua adoção do método científico como base para a organização política da sociedade industrial moderna, de modo mais rigoroso que na abordagem de Saint-Simon” (2002, p. 15). Dessa sua empreitada intelectual é que nasceria a ciência que ele mesmo batizou de Sociologia. Aos 59 anos de idade, após uma vida pessoal conturbada e com uma saúde sempre frágil, Auguste Comte morreu em 1857.

### Superioridade mental do Espírito Positivo

Assim como tantos outros pensadores influenciados pelo legado do iluminismo e preocupados com a atividade filosófica de refletir sobre pensamento ou sobre o conhecimento humano (a exemplo de Descartes, John Locke, Kant, Saint-Simon, entre outros), Auguste Comte discorreu sobre o pensamento humano, mais especificamente sobre a evolução intelectual dos indivíduos. Segundo Comte (1973, p. 49), “quaisquer de nossas especulações estão inevitavelmente sujeitas, quer no indivíduo, quer na espécie, a passar sucessivamente por três estados teóricos diferentes, que as denominações habituais de teológico, metafísico e positivo poderão aqui qualificar suficientemente [...]”. Cada um dos estágios ou fases teria características específicas representando um determinado momento no processo de evolução do pensamento humano.



#### Assimile

“Em sua lei dos três estados ou estágios do desenvolvimento intelectual, Comte teorizou que o desenvolvimento intelectual humano havia passado historicamente primeiro por um estágio teológico, em que o mundo e a humanidade foram explicados nos termos dos deuses e dos espíritos; depois através de um estágio metafísico transitório, em que as explanações estacam em termos das essências, de causas finais, e de outras abstrações; e finalmente para o estágio positivo moderno. Esse último estágio se distinguia por uma consciência das limitações do conhecimento humano.” (PEREIRA, 2002, p. 15)

Em linhas gerais, o que Comte tenta mostrar é que a evolução da capacidade intelectual diz respeito ao caminhar da humanidade para a busca das explicações de natureza racional. Assim, a “fase positiva

é regida pela ciência racional” (RUSSEL, 2015, p. 357) e, por isso, é superior em relação às demais, estando nesta fase, portanto, o regime definitivo da razão humana. Assim, Comte afirma a necessidade da subordinação constante da imaginação (mundo abstrato, das ideias) à observação da realidade. Comte não fala, necessariamente, apenas da capacidade racional dos homens, mas de que modo as ciências produzidas também reproduzem tais estágios, afinal, “elas tinham desenvolvido a compreensão de princípios simples e abstratos à compreensão de fenômenos complexos e concretos” (PEREIRA, 2002, p. 16). Para ele:

A teoria positivista sustenta que todos os campos científicos passaram por essa evolução de três estágios. O único que já removeu completamente todos os obstáculos é o da matemática. Na ciência física, ainda abundam os conceitos metafísicos, embora seja de esperar que o estágio positivo não esteja muito longe. (RUSSEL, 2015, p. 357)

Um dos pontos mais relevantes acerca de suas ideias sobre o espírito positivo diz respeito à possibilidade da previsão racional. Para Comte (1973, p. 56), “o verdadeiro espírito positivo consiste sobretudo em ver para prever, em estudar o que é, a fim de concluir disso que será, segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais”. Ou seja, ele acreditava na possibilidade da identificação das leis naturais que regiam todas as coisas (dentre elas a sociedade) e que, a partir disso, fosse possível um maior cálculo, uma maior previsibilidade. A valorização do cálculo, da previsão ancorada no saber científico, torna-se cada vez mais importante, do ponto de vista positivista, para melhor se lidar com a realidade e restabelecer a ordem em uma Europa que assistia a transformações sociais tão rápidas. Auguste Comte compreendia “que o pensamento científico comandaria daquele momento em diante a inteligência dos homens modernos; que com a teologia desapareceria a estrutura feudal e a organização monárquica; que os cientistas e os industriais dominariam a sociedade do nosso tempo” (ARON, 1987, p. 79).

## Superioridade social do Espírito Positivo

A previsão científica caracterizava assim um dos pilares do positivismo, pois acreditava-se ser necessário prever para prover. Isso significa que, a priori, o pensamento positivista de Comte estaria ligado ao desejo de reconstrução da sociedade, por meio de uma intervenção. Essa reconstrução da sociedade consistia na regeneração das opiniões (ideias) e dos costumes (ações) dos homens, tratando-se, portanto, de uma reestruturação intelectual dos indivíduos, e não de uma revolução das instituições sociais.

Portanto, dada a importância dessa regeneração das opiniões para Comte, ele produziu seu *Curso de Filosofia positiva*, publicado na primeira metade do século XIX. O objetivo do curso era divulgar as bases do positivismo, destacando aspectos importantes na visão do autor, como a questão da marcha progressiva do espírito humano, ou seja, o desenvolvimento total da inteligência humana em suas mais diversas esferas de atividades. Ele não negava a sociedade moderna e sua vocação industrial, mas defendia essa reestruturação intelectual dos indivíduos em nome de maiores coesão e equilíbrio na sociedade, a qual se daria pelo compartilhamento de um conjunto de crenças e valores comuns a todos os homens, o que chamou de 'filosofia positiva'. Essa evolução intelectual se tornaria uma saída para a crise social pela qual passava a Europa em fins do século XIX, afinal, o pensamento teológico e o metafísico se mostravam incompatíveis com o período no qual a sociedade moderna se constituía. Apenas o espírito positivo era capaz de promover a conciliação necessária entre a ordem e o progresso, conciliação tão necessária para se sair da condição de crise. Segundo Comte:



Não se pode primeiramente desconhecer a aptidão espontânea dessa filosofia a constituir diretamente a conciliação fundamental, ainda procurada de tão vãs maneiras, entre as exigências simultâneas da ordem e do progresso. [...] Num assunto qualquer, o espírito positivo leva sempre a estabelecer exara harmonia elementar entre as ideias de existência e as ideias de movimento, donde resulta mais especialmente, no que respeita aos

corpos vivos, a correlação permanente das ideias de organização com as ideias de vida e, em seguida, graças à última especialização peculiar ao organismo social, a solidariedade contínua das ideias de ordem com as ideias de progresso. (COMTE, 1973, p. 75)

Seria possível, por meio do cálculo, realizar uma melhor sistematização e organização da moral humana, a qual, ao estar mais evoluída (dentre da mesma lógica que se viu anteriormente com a evolução da capacidade intelectual dos homens), permitiria a ordem necessária para o progresso. Daí a superioridade social do espírito positivo para poder garantir essa coerência entre os indivíduos, a qual era fundamental para a vida social, uma vez que, por estar ausente na Europa naquele momento, o que se tinha era uma situação de caos e turbulência.

De acordo com Aron:

Só pode haver verdadeira unidade numa sociedade quando o conjunto das ideias diretrizes, adotadas pelos diferentes membros da coletividade, forma um todo coerente. A sociedade é caótica quando nela se justapõem modos de pensar contraditórios e ideias extraídas de filosofias incompatíveis. (1987, p. 89)

Portanto, seria necessário:

(...) transformar a maneira de pensar dos homens, divulgar o pensamento positivista e estendê-lo ao domínio da sociedade, eliminando os resíduos da mentalidade feudal e teológica. [...] Preocupa-se antes de mais nada em difundir uma maneira de pensar que levará por si mesma à justa organização da sociedade e do Estado. Sua tarefa é fazer com que todos se tornem positivistas; mostrar a todos que a organização positivista é racional para a

ordem temporal, ensinar-lhes o altruísmo e o amor na ordem espiritual ou moral. (Ibidem, p. 105)



### Pesquise mais

Por isso, não foi à toa que o lema “ordem e progresso” foi estampado em nossa bandeira nacional em 1889, uma vez que haviam positivistas entre os que participaram do processo de Proclamação da República naquele ano, o que significa que compartilhavam desse ideário defendido por Comte. Dentre eles, estava o político e militar Benjamim Constant (1837-1891), a quem se atribui a frase da bandeira brasileira, que teve inspiração na seguinte máxima comteana: “O amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim”.

O positivismo, ao final do século XIX, tinha muitos seguidores no Brasil entre a intelectualidade e políticos. Se considerarmos a defesa da República como nova forma de governo, fica claro o tom reformista inerente ao discurso republicano, o que, de certa forma, justificaria a presença dos ideais positivistas em termos das expectativas por uma sociedade mais progressista.

Dessa forma, pesquise um pouco mais sobre a Proclamação da República no Brasil e suas influências positivas e liberais.

## Condições do advento da Escola Positivista

Preocupado com as questões de seu tempo, Comte não apenas explicava as bases de sua filosofia positiva, mas desejava difundir suas ideias enquanto verdades importantes àquelas circunstâncias nas quais se encontrava a Europa, pois se tratavam de ideias necessárias à retomada da ordem e do progresso. Era preciso não apenas compreender os processos e fenômenos sociais daquele momento de crise social (compreensão, aliás, que seria possível pelo desenvolvimento da Sociologia como ciência), mas também universalizar as bases de sua teoria. Desse modo, Comte defendia a universalidade do ensino das noções positivistas, pois esse conhecimento deveria ser popularizado. Dizia ele que:

Para vencer convenientemente esse concurso espontâneo das diversas resistências que lhe apresenta hoje a massa especulativa propriamente dita, a escola positiva não poderia encontrar outro recurso geral além de organizar um apelo direto e maciço ao bom senso universal, esforçando-se, a partir de agora, em propagar sistematicamente, na massa ativa, os principais estudos científicos adequados para constituir a base indispensável de sua grande elaboração filosófica. (COMTE, 1973, p. 86)

Isso significa que ele acreditava na propagação do positivismo entre as pessoas como um recurso necessário à reconstrução social. Pode-se dizer que a difusão destas ideias, para Comte, seria um processo parecido com o que podemos compreender como a evangelização existente no cristianismo, uma espécie de catecismo, afinal, apenas pela doutrinação e projeção de uma ideia é que se pode, com maior ou menor dificuldade, ampliar o número de adeptos ou seguidores. Segundo ele, seria possível se pensar nas disposições do meio natural para a empreitada da difusão da Escola Positivista, a qual, enquanto corrente de pensamento, deveria instruir a moralidade pública. Afirmava que era importante observar, naquele momento, a “feliz correlação que se estabelece naturalmente entre tal espírito filosófico e as disposições, sábias, mas empíricas, que a experiência contemporânea faz progressivamente prevalecer nos governados e nos governantes” (Ibidem, p. 85). Nesse sentido é que se pode dizer que, para Auguste Comte, “o sociólogo é uma espécie de profeta pacífico, que institui os espíritos, congrega almas e, secundariamente, atua como grande sacerdote da religião sociológica” (ARON, 1987, p. 106).



### Refleta

Assim, com o positivismo, surgia uma nova diretriz filosófica para a compreensão das coisas, “pautada pelo culto a ciência e pela sacralização do método científico” (COTRIN, 1995, p. 181). Mais do que isso, era pautado em um otimismo e confiança com relação aos possíveis benefícios da industrialização, bem como no desenvolvimento

da ciência. Porém, vale dizer que suas ideias eram enviesadas por seus valores conservadores e dogmáticos (como no pensamento dos conservadores críticos aos resultados das revoluções burguesas).

Segundo Comte, para além das leis físicas e biológicas, haveria as leis sociais, as quais regeriam a vida social. Foi ele quem cunhou a expressão "Sociologia", percebendo que, de certa forma, já era produzida mesmo que indiretamente, por outros pensadores, nas épocas mais longínquas. Comte "diz apoiar-se em três autores, que apresenta como seus inspiradores ou predecessores, Montesquieu, Condorcet e Bossuet, sem contar Aristóteles [...]. Estes três nomes introduzem alguns temas fundamentais do seu pensamento sociológico" (ARON, 1987, p. 87).

Nesse sentido, fazia-se necessário, na visão de Comte, o conhecimento e domínio dessas leis naturais que organizavam a sociedade, ainda mais naquele contexto tão conturbado de transformações. Como vimos, as Revoluções Industrial e Francesa foram momentos históricos de significativas mudanças para a organização social na Europa e no mundo. Porém, segundo uma visão mais conservadora da época, essa nova configuração social representava o verdadeiro caos social, não havendo perspectiva de progresso, nem de ordem.

Desse modo, a Sociologia enquanto ciência nasce no século XIX a partir do pensamento positivista de Auguste Comte, quem, propondo uma analogia aos métodos empregados em outras ciências, como a biologia, a física e a química, tentou construir uma ciência da sociedade. Portanto, conforme nos aponta Sell (2013), a Sociologia como ciência (a ciência da sociedade) enfrentaria pelo menos três questões essenciais para a compreensão das mudanças sociais: a primeira delas seria identificar as causas dessas transformações; a segunda, tratava-se de apontar quais são as características da sociedade moderna; e em terceiro e último lugar, avaliar o que fazer diante dos problemas sociais, os quais, como já estudamos, seriam aqueles que afetam toda a coletividade. Logo, entendia-se que, se as ciências naturais buscavam compreender os fenômenos (aquilo que aparece aos nossos olhos) através da regularidade (repetição) destes na natureza, da mesma forma, o que se buscaria por meio da Sociologia seria compreender a regularidade dos fenômenos da vida do homem.

## Sem medo de errar

Voltando ao questionamento inicial da seção sobre as principais ideias e conceitos de Comte, como você se posicionaria? Quais ideias positivistas você destacaria?

É importante destacar, como vimos, que um dos pontos mais importantes da obra de Auguste Comte é a teoria sobre o pensamento humano, mais especificamente sobre a evolução intelectual dos indivíduos. Segundo ele, existiriam três estados teóricos diferentes: teológico, metafísico e positivo. A última fase, a positiva, é regida pela ciência racional e, por isso, é superior em relação às demais, estando, nesta fase, portanto, o regime definitivo da razão humana. Em termos práticos, o espírito positivo seria fundamental para a promoção da ordem e do progresso da sociedade por meio da razão e do desenvolvimento da ciência, em especial a Sociologia.

Deve-se levar em consideração que, para Comte, o conhecimento acerca do espírito positivo tinha uma natureza moral, isto é, havia uma finalidade e um sentido para a boa convivência na sociedade. Mais especificamente, em relação ao desenvolvimento da Sociologia como ciência, como fruto do positivismo, ela seria uma ferramenta fundamental para se promover a reforma social em tempos tão difíceis como aquele no qual Comte estava inserido, a saber, na Europa do século XIX.

Nesse sentido, os pontos de contato da obra de Comte, Saint-Simon e Stuart Mill podem ser identificados no interesse pelo reformismo social. Mais especificamente, busca-se uma reforma social por meio do conhecimento científico, isto é, instrumentalizando a ciência como ferramenta da prática.

## Faça valer a pena

**1.** "O positivismo é uma marca de nascença de nossa República e a ideologia positivista (...) estará sempre presente sob suas diferentes modalidades, mesmo como vestígio, nas nossas formas de governo e nas nossas instituições." (ORLANDI, E. Um sentido positivo para o cidadão brasileiro. Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil.

São Paulo: Editora Cortez, 2013. p. 296)

Qual estudioso francês é considerado o fundador do positivismo, pensamento influente na sociedade brasileira?

- a) Karl Marx.
- b) Max Weber.
- c) Auguste Comte.
- d) Lévi-Strauss.
- e) Pierre Bourdieu.

**2.** Sócrates (Atenas, 399 a.C.), considerado um dos fundadores da filosofia ocidental, e Comte (1798-1857), tido como pai do positivismo e da sociologia, certamente nunca teriam se encontrado para conversar. Porém, podemos imaginar como seria um diálogo entre eles, com base nas teorias que desenvolveram.

*Diálogo entre Comte e Sócrates*

Comte: Você é filósofo?

Sócrates: Sim.

Comte: Tenho várias respostas para suas perguntas!

Sócrates: Tenho várias perguntas para suas respostas!

Qual princípio do positivismo está presente na fala de Comte?

- a) A imaginação não deve se subordinar à observação.
- b) As leis naturais são variáveis.
- c) O rigor científico contribui para o encontro de respostas para qualquer questão, desde fenômenos da natureza até fenômenos humanos.
- d) O método utilizado nas pesquisas de ciências humanas é diferente do método utilizado nas ciências naturais.
- e) Investigações sem rigor científico alcançam um conhecimento universal.

**3.** "Secularismo: a doutrina pode ser definida como a tentativa de estabelecimento de um conjunto de princípios relativos ao comportamento humano baseados mais no conhecimento e na experiência racionais do que na teologia ou no sobrenatural" (GLASNER, P. S. Secularismo. In: BOTTOMORE, T.; OUTHWAITE, W. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. p. 679).

Sobre o positivismo, analise as afirmações a seguir.

I) Desencantado com o mundo, Comte desenvolveu uma teoria racionalista antirreligiosa.

II) Na obra de Saint-Simon e de Comte, o secularismo é caracterizado pela tentativa de substituir a religião por princípios racionais positivistas.

III) A teoria positivista foi constituída para defender a teologia cristã.

É correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

# Referências

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: UNB/Martins Fontes, 1987.

BRANDÃO, Ana R. P. A postura do positivismo com relação às ciências humanas. **Theoria** – Revista eletrônica de filosofia, v. 3, n. 6, 2011. Disponível em: <[http://www.theoria.com.br/edicao0611/a\\_postura\\_do\\_positivismo.pdf](http://www.theoria.com.br/edicao0611/a_postura_do_positivismo.pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2017.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os pensadores).

CONCEIÇÃO, Gilmar H. A questão Política no positivismo. In: SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO. **Formação de Professores no contexto da Pedagogia histórico-crítica**. XIX Semana de Educação 35 Anos do Curso de Pedagogia/Campus Cascavel. 2007. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2007/Simp%C3%B3sio%20Academico%202007/Trabalhos%20Completos/Trabalhos/PDF/80%20Gilmar%20222.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia: ser, saber e fazer**. São Paulo. Ed. Saraiva, 1995.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

HUGON, P. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo. Atlas, 1984.

MATTOS, Laura V. de. A Economia Política como uma Ciência Autônoma: um Estudo sobre as Contribuições Metodológicas de John Stuart Mill. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 4, p. 76, out./dez. 1999.

MILL, John Stuart. **Utilitarismo**. São Paulo: Editora Escala, 2007.

\_\_\_\_\_. **Ensaio Sobre a Liberdade**. São Paulo: Editora Escala, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sistema de lógica dedutiva e indutiva e outros textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Coleção: Os Pensadores.

\_\_\_\_\_. **Princípios de Economia Política: Com Algumas de suas Aplicações à Filosofia Social**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção: Os Economistas.

NEIVA, Rita de C. G. Apresentação. In: MILL, John Stuart. **Ensaio Sobre a Liberdade**. São Paulo: Editora Escala, 2006.

PEREIRA, Renato B. R. Biografia. In: COMTE, Auguste. **Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo**. 2002. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/comte.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

RUSSEL, Bertrand. **História do Pensamento Ocidental: a aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SELL, Carlos E. **Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber**. Petrópolis: Vozes, 2013.

WILSON, Edmund. **Rumo à Estação Finlândia**. São Paulo: Círculo do Livro, 1972.

# A Sociologia Positivista

## Convite ao estudo

Nesta unidade, será feita, inicialmente, na Seção 3.1, uma apresentação geral do contexto social do surgimento da sociologia, passando por um breve esclarecimento quanto ao que seria o darwinismo social até chegarmos à apresentação de Émile Durkheim e de sua visão sobre sociologia científica. Na segunda seção, iniciaremos uma leitura mais profunda sobre as ideias de Durkheim, principalmente sobre o seu método científico. Aqui, você poderá compreender o que é a neutralidade do cientista social e a objetividade do fato social, definidas por Durkheim. Aliás, dentre os temas de maior destaque para Durkheim está o fato social, sua definição e sua natureza objetiva. Além destes, é na Seção 3.2 desta unidade que também será apresentada a visão geral de Durkheim sobre a sociedade, considerando-a como um organismo vivo. Já ao final, na Seção 3.3, o mergulho na obra de Durkheim será ainda maior, pois será o momento no qual suas temáticas serão tratadas com maiores detalhes. Nesta última seção, primeiramente, vamos abordar as noções de consciência individual e consciência coletiva. Na sequência, vamos compreender melhor o que Durkheim nos ensina sobre o que seriam os fenômenos normais, patológicos e uma situação de anomia social. Estudaremos a respeito do suicídio enquanto um fato social, além de suas formas de manifestação identificadas por Durkheim em seus primeiros trabalhos sobre a Europa.

Assim, esta unidade lhe dará condições de continuar avançando no conhecimento acerca do pensamento sociológico da virada do século XIX para o século XX, em especial, sobre a sociologia positivista.

Retomando aquela situação hipotética da pesquisa, a qual você

tem empreendido desde aquela noite em que todos que estavam em sua casa, em frente à TV, ficaram curiosos para saber o que era sociologia, imaginemos uma nova situação. Chegou a hora de devolver aqueles três livros que você havia pegado na biblioteca, mas agora você já tem pistas ótimas para juntar e cada vez mais avançar nos estudos sobre a origem do pensamento sociológico positivista. Já percebeu que o positivismo foi decisivo enquanto corrente de pensamento para estimular a busca pela compreensão do *modus operandi* da sociedade? Quem seria o autor que aprimoraria esses estudos iniciados por Auguste Comte e ajudaria a sociologia a se fortalecer enquanto uma ciência? Aparece um novo nome: Émile Durkheim. Mas quem foi ele? Quais são as suas principais ideias?

Assim, é o momento de voltar à biblioteca e pesquisar um pouco mais. Não se esqueça, você não vai "partir do zero", afinal, já temos boas pistas. Por que não pegar bons livros de história sobre as mudanças sociais na Europa na passagem para o século XX? Que tal pedir ajuda ao bibliotecário para achar algumas obras sobre pensadores europeus que marcaram o final do século XIX? Dentre esses pensadores, você pode encontrar Émile Durkheim, certo? Quais são os seus livros? E, principalmente, quais são suas principais ideias contidas nesses livros? Reflita sobre essas questões e boa pesquisa!

# Seção 3.1

## Émile Durkheim

### Diálogo aberto

Relembrando o contexto apresentado anteriormente e dando continuidade à sua pesquisa sobre as origens da sociologia, imagine que você tenha ido à biblioteca e o seu pedido foi atendido pelo bibliotecário. Ele trouxe livros sobre muitos temas, mas você tem o foco na sociologia, o que lhe permitir descartar alguns títulos e se prender a outros. Como dito anteriormente, você já tem ótimas pistas, o que lhe permite uma escolha mais apurada.

Assim como em toda boa pesquisa, você terá de criar um roteiro de investigação e, desse modo, pensar em algumas perguntas iniciais para essa nova fase da investigação. Dentre elas, estas lhe pareceram ideais: o que podemos considerar como aspectos que contribuíram para o surgimento da sociologia? O que podemos concluir sobre o darwinismo social, principalmente quando nos deparamos com a realidade mundial? Podemos dizer que a sociologia e a filosofia são equivalentes? E em relação aos fundadores da sociologia, o que você sabe sobre eles, em especial sobre Émile Durkheim?

### Não pode faltar

Todas as unidades e seções que você estudou até aqui foram muito importantes para conhecer melhor a sociologia positivista. Contudo, a seção que se inicia agora tem algo de especial, afinal, ela marca o início de um mergulho mais profundo por entre o legado de Émile Durkheim, um dos pais fundadores do pensamento sociológico. Vamos compreender melhor o contexto do surgimento da sociologia como ciência, o momento da crise social em que ela nasce, as fragilidades do chamado darwinismo social como modo de explicar as diferenças entre as sociedades e, ainda, a busca de Durkheim pela sistematização de um conhecimento de natureza científica para analisar a sociedade.

## **Desordens e crises sociais: o contexto no qual nasce a Sociologia**

Como você já estudou nas unidades e seções anteriores, a Europa, a partir do século XVIII, passaria por transformações fundamentais que levariam à constituição da sociedade industrial moderna. O século XIX não foi diferente. Era um período de transformações sociais sem igual, com forte ampliação do modo capitalista de produção. Surgia a sociedade industrial moderna, e a partir de seu desenvolvimento na Europa (e depois em outros lugares do mundo, como nos EUA), com forte caráter urbano e fabril, trazia à tona novos problemas sociais. Assim, a Sociologia nasceria como uma ciência da crise, da ruptura, da transformação social, e, então, tinha como objetivo retomar certa harmonia social, outrora perdida diante das mudanças. Desse modo, buscava-se uma ciência que, assim como as demais, tivesse o objetivo de compreender “as leis gerais” de funcionamento e comportamento dessa “coisa” chamada sociedade.

Podemos dizer que havia uma mistura de admiração por tudo que o novo mundo significava com suas máquinas, chaminés, trilhos e casas amontoadas pelas cidades. Ao mesmo tempo, essas mudanças causavam certa perplexidade ao repercutirem no aumento da pobreza, na falta de emprego, nos esgotos a céu aberto, nas inúmeras greves e revoltas da classe trabalhadora que se formava, enfim, em uma série de problemas sociais.

Como aponta Sell (2013), a origem da sociologia está ligada a um duplo processo: “Fatores históricos: transformações na estrutura da sociedade; Fatores epistemológicos: transformações na maneira de pensar e abordar a realidade” (SELL, 2013, p. 15). Assim, a proposta de compreender a dinâmica da sociedade para poder reformá-la parecia cada vez mais ganhar sentido naquele momento de crise, estimulando o interesse dos primeiros sociólogos.

### **O darwinismo social como forma de explicação**

Antes de tratarmos do darwinismo social, duas coisas precisam estar bem claras: primeiro, o porquê da referência à teoria de Charles Darwin, importante biólogo do século XIX; segundo, o contexto e as condições consideradas propícias à disseminação e aplicação dessa ideia de darwinismo social.

Em 1859, Charles Darwin publicava sua famosa obra *A origem das espécies*, na qual apresentava a teoria evolutiva das espécies, contrariando as bases da tese criacionista presente na religião cristã (de que Deus criou todos os seres do modo como os conhecemos hoje). Assim, Darwin partia do princípio de que entre as espécies apenas sobreviveriam, ao longo do tempo, aquelas que tivessem características mais adaptáveis ao meio.

Desse modo, para sobreviver, era preciso evoluir, adquirindo as características que garantissem melhores condições de adaptabilidade, do contrário, os indivíduos de determinada espécie seriam extintos. Um dos exemplos utilizados por Darwin foi o caso das girafas, apontando que teriam sido extintas aquelas com pescoços mais curtos, afinal, não alcançariam a copa das árvores para se alimentarem.

Assim, na segunda metade do século XIX, partindo-se do mesmo princípio e da mesma lógica da teoria evolucionista, muitos defendiam seu uso para explicar socialmente as diferenças existentes entre os grupos humanos, entre as etnias e os povos, de modo geral. Desse modo, as noções de evolução e adaptação começam a ser consideradas nas leituras acerca das sociedades e relações sociais, principalmente a partir de uma leitura dos europeus sobre outros povos de culturas diferentes, mas qual o contexto em que isso se daria? O que motivaria os europeus a terem contato com outras culturas? Vamos à explicação.

A necessidade de expansão dos negócios devido aos problemas econômicos que marcaram o século XIX (como a superprodução e necessidade de ampliação do mercado) fez com que as potências europeias buscassem ampliar suas influências comerciais fora da Europa, dando início ao chamado neocolonialismo. Tal processo significou a interferência da Europa em outros continentes (principalmente o africano e o asiático) dentro da mesma lógica de dominação e exploração comercial que havia motivado as grandes potências no período da Idade Moderna.



## Pesquise mais

Conhecer um pouco mais sobre o neocolonialismo é fundamental, afinal, foi a partir de sua empreitada que os europeus ampliaram seu contato com a parte continental da África e deram vazão ao darwinismo social para poder explicar as diferenças entre os povos. Como teria sido esse processo de neocolonização? Para saber mais sobre o neocolonialismo, pesquise em:

NKRUMAH, K. **Neocolonialismo**: último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.



## Exemplificando

Você já percebeu como muitos países africanos falam inglês ou francês? Esse é um bom exemplo enquanto indício da influência europeia na África ao longo do século XIX. Outro bom exemplo que evidencia a intervenção neocolonialista na África está nas linhas que definem as fronteiras de alguns dos países africanos, pois muitas são linhas retas. As grandes potências europeias, levando em conta seus interesses de natureza capitalista (matéria-prima barata e mão de obra em abundância), fizeram uma verdadeira partilha das regiões do continente africano sem respeitar as diferenças étnicas e culturais. Essa intervenção desestruturou econômica, política e socialmente tais países, bem como motivou, durante décadas (até os dias de hoje), guerras civis e confrontos armados.

Para justificar sua intervenção, sem necessariamente admitir os verdadeiros propósitos de expansão do capitalismo, os europeus afirmavam serem protagonistas de um processo de civilização de povos primitivos, revestindo-se, portanto, de “uma aparência humanitária que ocultava a violência da ação colonizadora e a transformava em ‘missão civilizadora’” (COSTA, 2005, p. 65).

Desse modo, os europeus se considerariam verdadeiros promotores da civilização de povos que, do ponto de vista evolutivo, seriam inferiores, uma vez que suas formas de organização social, econômica, política e religiosa eram menos complexas quando comparadas aos europeus. Dessa maneira, reproduziam as premissas

da teoria evolucionista de Charles Darwin (que trata da evolução das espécies, admitindo haver estágios diferentes de evolução), aplicando-as para as sociedades humanas. Assim, em linhas gerais, podemos dizer que o darwinismo social foi um:

[...] princípio a partir do qual as sociedades se modificam e se desenvolvem de forma semelhante, segundo um mesmo modelo e que tais transformações representariam sempre a passagem de um estágio inferior para outro superior, em que o organismo social se mostraria mais evoluído, mas adaptado e mais complexo. Esse tipo de mudança garantiria a sobrevivência dos organismos - sociedades e indivíduos -, mais fortes e evoluídos. (COSTA, 2005, p. 67)

Assim, as potências europeias justificavam suas intervenções em nome da reforma necessária e do estímulo ao desenvolvimento capitalista que levariam tais sociedades colonizadas a outro estágio de evolução. Nesse sentido, pode-se perceber um ponto de contato entre o darwinismo social e o positivismo, principalmente no que diz respeito à busca pela promoção do progresso e à valorização do desenvolvimento da indústria, dada a crença nas possíveis benesses à sociedade com a expansão do capitalismo. Tanto o positivismo quanto o darwinismo social são ideias construídas e fortalecidas ao longo do século XIX, tendo como princípio norteador a defesa da transformação social – de determinada sociedade – rumo ao progresso.

Portanto, será nesse contexto do século XIX (principalmente, mais ao final do século) que pensadores como Émile Durkheim entram em cena com suas perguntas com sede de resposta. Dentre aquelas que aguçavam Durkheim (e que vamos estudar mais profundamente adiante) estavam as seguintes: o que explicaria o aumento do número de suicídios naquele momento na Europa? O que permite algumas sociedades terem uma maior solidariedade (maior interação ou união) do que outras? Como aquilo que se tem como valores ou ideias presentes em uma sociedade de modo geral (na consciência coletiva, como diria Durkheim) podem influenciar cada um dos indivíduos? De

que modo a vida moderna poderia ter transformado essa consciência coletiva? Enfim, essas seriam apenas algumas das questões presentes no pensamento durkheimiano.

### **Durkheim: da infância à carreira acadêmica**

Foi em 1858, na cidade francesa de Épinal, que nasceu o quarto filho de uma família de origem judaica: David Émile Durkheim. Uma forte tradição judia se fez presente na vida de Durkheim, afinal, não apenas seu pai, mas outros membros de sua família, em gerações passadas, haviam sido rabinos. Iniciou seus estudos nessa mesma cidade e, depois, partiu para Paris.

Há registros sobre Durkheim que indicam que, ainda na infância, teve contato com autores como Saint-Simon e Auguste Comte, o que foi muito representativo em termos das influências intelectuais que recebeu.

Em 1882, tornou-se professor de filosofia, momento em que as questões sociais presentes na Europa passam a chamar sua atenção. Aos 27 anos, fez uma viagem à Alemanha, estreitando de forma significativa sua proximidade com a psicologia, afinal, foi aluno de Wilhelm Wundt (1832-1920), considerado o pai da psicologia.

Em 1887, Durkheim se tornou professor na Universidade de Bordeaux, criando o que é considerado como o primeiro curso de Sociologia em uma universidade francesa. Em 1893, já professor, defendeu sua tese de doutorado, na qual tratou de um dos principais temas presentes em sua obra: a divisão do trabalho social. Já em 1896, fundou a importante revista *L'Année Sociologique*. Em 1902, foi convidado para ser professor (embora suplente) na cadeira de Ciência da Educação na Universidade de Paris/Sorbonne, passando a ser professor titular quatro anos depois de sua chegada.

Vale destacar que Durkheim sempre teve a educação como uma de suas áreas de estudo e pesquisa, atrelando-a ao pensamento sociológico. Prova disso é o fato de que, em 1913, a cadeira da qual ele era titular na Sorbonne passou a se chamar "Ciência da Educação e Sociologia".

Seus biógrafos apontam que acontecimentos, como a morte de

seu filho e de boa parte de seu alunado no front da Primeira Guerra Mundial, foram fatos que impactaram em sua saúde, falecendo aos 59 anos de idade, no ano de 1917.

Dentre suas obras, podemos citar: *Da divisão do Trabalho Social*, publicada em 1893; *As Regras do Método Sociológico*, publicada em 1895; *O Suicídio*, publicada em 1897; *As formas Elementares da Vida Religiosa*, publicada em 1912; e *A educação moral*, publicada em 1925, após sua morte.



Refleta

Segundo Giannotti (1978, p. 8):

As expectativas de Durkheim em relação à sociologia como disciplina científica eram muito grandes. Acreditava que os valores são em geral determinados pela natureza particular das sociedades e que, por esta razão, seria possível formular uma ética com base no estudo dessas sociedades. Assim, a sociologia poderia substituir a moral, criticando os valores estabelecidos e esforçando-se para afastar tendências novas, possivelmente prejudiciais.



Considerando a observação aqui apresentada sobre as expectativas de Durkheim acerca da sociologia como disciplina científica, de que modo é possível perceber uma relação muito próxima com a visão de Auguste Comte, dada a defesa deste último da necessidade da reforma social, da ordem e do progresso? A palavra "moral" parece ser uma pista interessante, não é?

Considerado fundador da Escola Francesa de Sociologia, pode-se dizer que a preocupação de Durkheim estaria em sofisticar a leitura de Comte sobre o que era a ciência da física social, elaborando ainda mais as bases da jovem ciência intitulada de sociologia. Esse nome, como se sabe, foi dado por Comte, mas coube a Durkheim iniciar um processo de aprimoramento do pensamento sociológico, da sociologia positivista em si, almejando atribuir a ela um status cada vez

mais científico. Para tanto, Durkheim elaborou conceitos e categorias importantes à sociologia, como o exemplo do fato social, conceito que vamos estudar nas próximas seções. Buscou explicações de natureza científica para um fenômeno social como o suicídio, classificando as características do fenômeno e sua regularidade. Para fazer da sociologia uma ciência, ela deveria, segundo Durkheim, “se tornar algo mais do que uma forma original da literatura filosófica” (DURKHEIM, 2011, p. 2). Nesse sentido, Durkheim aponta que o sociólogo:



[...] em vez de se comprazer em meditações metafísicas a propósito das coisas sociais, tome como objetos de suas pesquisas grupos de fatos nitidamente circunscritos, que possam, de certo modo, ser apontados com o dedo, dos quais se possa dizer onde começam e onde terminam, e atenha-se firmemente a eles! Que ele tenha cuidado de interrogar as disciplinas auxiliares – história, etnografia, estatística –, sem as quais a sociologia nada pode fazer! [...]. Se o sociólogo proceder desse modo, mesmo que seus inventários de fatos sejam incompletos e suas fórmulas muito restritas, ele pelo menos terá feito um trabalho útil a que o futuro dará continuidade. Pois concepções que têm alguma base objetiva não dependem estritamente da personalidade de seu autor. Elas têm algo de impessoal que faz com que outros possam retomá-las e continuá-las; elas são suscetíveis de transmissão. Assim, uma certa sequência tornou-se possível no trabalho científico, e essa continuidade é a condição do progresso. (Ibidem, p. 3)

Assim, Durkheim deixa claro seu objetivo em tornar a sociologia um saber de natureza científica de fato. Afinal, a filosofia também é um saber (como vimos com os gregos da Antiguidade Clássica), mas não é ciência. Assim, temos de ter em mente (e essa é a preocupação de Durkheim no trecho citado anteriormente) que sociologia não é filosofia. Como podemos identificar essa diferença? Afinal, a reflexão e o pensamento sobre a vida e a sociedade não são atributos do filósofo? Se sim, não se pode dizer que sociologia e filosofia são a mesma “coisa”? A resposta é não.

O cerne da questão se coloca na natureza do conhecimento produzido em cada uma. O pensamento sociológico assume um caráter científico que não se tem, necessariamente, na filosofia. A filosofia pode ser vista ou considerada como a “mãe de todas as ciências”, mas se relaciona ao exercício de reflexão e relativização de ideias e conceitos, lidando com o abstrato, o intelecto, a produção ou o questionamento de verdades humanas. O pensamento lógico é o pilar sobre o qual a filosofia se assenta, mas a comprovação empírica (na realidade efetiva, com experiência e pesquisa para se comprovar) de suas afirmações não está, necessariamente, presente. A filosofia fala da realidade e se debruça sobre ela, mas não se imputa a preocupação em provar nenhuma de suas afirmações.

A sociologia nasceu do exercício reflexivo de muitos filósofos. Contudo, ao passo que autores como Saint-Simon, Auguste Comte e Émile Durkheim começaram a buscar regularidades e “leis” presentes na sociedade (embora tais autores não tivessem, necessariamente, a mesma noção de leis sociais), a sociologia se distanciou da filosofia, a qual não busca essas regularidades e tampouco “leis sociais”. A sociologia defendida por Durkheim se coloca como uma ciência e, como tal, produz metodologias de pesquisa e comprovação, bem como elabora processos de análise para apreciação, descrição e explicação de fenômenos sociais resultantes das relações sociais dos indivíduos. Assim, o pensamento filosófico, ainda que coerente e dotado de lógica, não se enquadrava nesse mesmo modelo que a sociologia positivista propunha naquele momento. Durkheim lhe impunha a tarefa de sistematizar uma análise e um tipo de conhecimento específico sobre a sociedade enquanto um sistema de interação entre os homens. Desse modo, a sociologia não seria apenas uma ciência da sociedade ou dos grupos humanos, mas aquela que se debruça sobre os fenômenos sociais que são oriundos das relações entre os homens, isto é, resultantes da vida social e da forma como se organizam para viver em sociedade.

No processo de sistematização de sua sociologia científica, tomando de empréstimo conceitos das áreas da biologia e da medicina, Émile Durkheim falava da sociedade como se ela fosse um organismo vivo, havendo, portanto, um corpo social, com fenômenos normais e outros de natureza patológicos (como uma doença), os quais poderiam prejudicar a vida coletiva. Durkheim inaugurava uma

nova fase da sociologia, ciência fundamental para a ampliação do senso crítico sobre a realidade social na qual estamos inseridos.



## Assimile

Do que se trata o senso crítico? Trata-se de uma visão abrangente e inteligente acerca dos fenômenos sociais, políticos e econômicos presentes em nosso dia a dia. Logo, não se aprende sociologia em tantas fases da formação escolar apenas por conta de seu conteúdo teórico, mas para auxiliar o indivíduo a pensar no mundo em sua volta, no caráter dinâmico da sociedade e nos desdobramentos desta em nossas vidas.

Por que é importante termos um senso crítico? Ser crítico é ser chato, turrão, teimoso? Certamente não, mas vamos tentar compreender isso melhor.

Muitas vezes, algumas pessoas fazem críticas ou se posicionam pautadas apenas no senso comum, por aquilo que ouviram sobre algo ou porque o grupo social do qual fazem parte compartilham daquelas ideias. Tais posicionamentos, muitas vezes, reproduzem preconceitos tão ruins e prejudiciais à sociabilidade, à alteridade, enfim, à vida em sociedade.

O desenvolvimento do senso crítico está relacionado a uma leitura da realidade que tende a buscar um conhecimento mais aprofundado dos fatos e processos, favorece a reflexão e a elaboração de questionamentos. Dessa forma, pode-se dizer que, dentre os principais objetivos da Sociologia enquanto ciência, estaria a promoção do senso crítico, logo, de uma consciência, ou melhor, de uma percepção crítica sobre os fenômenos. Por isso mesmo, Peter Berger, importante sociólogo austro-americano do século XX, afirma ser a sociologia “uma forma de consciência particularmente moderna” (BERGER, 1976, p. 36). Em seu livro *Perspectivas Sociológicas*, Berger tem um capítulo intitulado de forma muito sugestiva: *A sociologia como forma de consciência*. Tomando de empréstimo essa máxima, poderíamos, aqui, trocar a palavra “consciência” por “senso crítico”, associando a noção de senso crítico à importância da criação de uma opinião construída com base em conhecimento e reflexão.

## Sem medo de errar

Considerando-se as questões colocadas no início desta seção, iniciemos pela primeira. Pode-se dizer que, ao longo do século XIX, na Europa, havia uma admiração por tudo que o novo mundo significava, principalmente pela disseminação da tecnologia nos processos produtivos, a urbanização, o avanço em várias ciências, entre outras coisas. Entretanto, do mesmo modo, havia espanto com a desordem social, com o aumento da pobreza e de inúmeros outros problemas sociais que ameaçavam a sociedade. Nesse sentido é que podemos considerar ter a sociologia nascido de um processo de duas frentes, no qual devem ser considerados os fatores históricos (como as transformações na estrutura da sociedade), bem com os fatores epistemológicos (os quais dizem respeito a mudanças nas formas de ver a realidade e de pensar sobre o meio).

Quanto ao darwinismo social, ao considerarmos a realidade global dos dias de hoje, sua fragilidade como teoria para a explicação social vem à tona. Afinal, embora o capitalismo tenha se difundido, praticamente, em todo o globo terrestre, embora muitas sociedades, grupos e etnias tenham tido contato com ele e com as formas mais complexas de organização da vida, de tecnologias, de conhecimento, de comportamento, entre outros aspectos, tais sociedades continuam sofrendo com a pobreza, com a exclusão, enfim, com condições de vida até mesmo piores que antes do contato com a cultura capitalista ocidental. Desse modo, revelou-se o lado obscuro do darwinismo social, pois embora fosse defendido como meio de levar a “civilização” aos povos considerados “primitivos”, tinha como objetivo subjugar e explorar com interesses de natureza capitalista.

Com relação à última questão apresentada, sobre a equivalência entre a sociologia e a filosofia, podemos dizer que são coisas diferentes, embora haja diálogo e uma relação muito forte entre ambas (principalmente no que diz respeito ao senso crítico em relação à sociedade). O cerne da questão se coloca na natureza do conhecimento produzido em cada uma. O pensamento sociológico assume um caráter científico e que se tem, necessariamente, na filosofia. A preocupação da filosofia não é encontrar uma verdade de natureza científica, que carece de provas e de evidências. A filosofia,

como área do conhecimento, também busca promover reflexões sobre a realidade, conceitos, ideias, pensamentos, valores, enfim, sobre uma gama imensa de aspectos ligados à vida humana, porém dentro de outra perspectiva mais ampla e livre, sem as amarras da comprovação científica.

## Faça valer a pena

**1.** “As expectativas de Durkheim em relação à sociologia como disciplina científica eram \_\_\_\_\_. Acreditava que os valores são, em geral, determinados pela natureza particular das sociedades e que, por essa razão, seria possível formular uma ética com base no estudo dessas sociedades. Assim, a sociologia poderia substituir a \_\_\_\_\_, criticando os valores estabelecidos e esforçando-se para afastar tendências \_\_\_\_\_, possivelmente prejudiciais.”

(GIANNOTTI, José A. **Durkheim (1858-1917)**: vida e obra. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto.

- a) inexistentes – religião – hereges.
- b) muito pequenas – filosofia – metafísicas.
- c) muito grandes – moral – novas.
- d) ínfimas - a moral – antigas.
- e) muito grandes – sabedoria - erradas.

**2.** Durkheim adquiriu predileção marcada por modelos biológicos, sempre presentes em seus primeiros trabalhos. O contato pessoal e com a obra de Espinas explica a gênese de uma das ideias centrais de seu pensamento posterior: a de consciência coletiva. A influência de Espinas explica também sua teoria de que as leis reguladoras da vida social são irreduzíveis às de outros domínios, sobretudo às da psicologia.” (GIANNOTTI, José A. **Durkheim (1858-1917)**: vida e obra. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

O trabalho de David Émile Durkheim também foi influenciado por estudiosos, como:

- a) Platão, Aristóteles e Sócrates.
- b) Karl Marx, Antonio Gramsci e Louis Althusser.
- c) Claude Lévi-Strauss, Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre.
- d) Pierre Choderlos de Laclos, Marquês de Sade e Paolo Pasolini.
- e) Herbert Spencer, Saint-Simon e Auguste Comte.

**3.** De acordo com Darwin, as espécies que sobrevivem ao longo dos tempos são aquelas que evoluem: vão se adaptando às condições vigentes e, com isso, vencem a batalha pela vida. Seu exemplo clássico é o das girafas: inicialmente, elas teriam pescoço curto e, com o passar dos tempos, foram extintas por não alcançarem a copa das árvores para se alimentar. Apenas as girafas que evoluíram, ou seja, aquelas cujos pescoços se alongaram, é que puderam sobreviver. Essa mesma lógica foi aplicada por darwinistas sociais para explicar as diferenças sociais entre os homens.

Nesse sentido, o darwinismo social empresta fundamentalmente métodos de análise de qual área do conhecimento?

- a) Filosofia.
- b) História.
- c) Geografia.
- d) Biologia.
- e) Linguística.

## Seção 3.2

### O Método Científico

#### Diálogo aberto

Sua pesquisa sobre a origem da sociologia continua avançando e, cada vez mais, as peças de um grande quebra-cabeça estão se juntando. Agora, em sua segunda visita à biblioteca, você não apenas compreendeu melhor o contexto histórico no qual surgiu a sociologia, como também teve um primeiro contato com a obra de Durkheim.

Depois de quase três horas de leituras e anotações, bateu aquela vontade de tomar um café na cantina. Lá, você encontrou um colega que já não via há tempos, e comentou com ele sobre a pesquisa que fazia naquele momento.

Para sua surpresa, ele lhe disse que esse “negócio” de sociologia já não era novidade para ele, afinal, sua irmã mais velha tinha uma estante repleta de obras de “caras” como Durkheim. Antes de sair e tomar o último gole de café, com ares de provocação para mostrar que já sabia bem antes o que você ainda estaria por descobrir, seu colega fez o seguinte comentário: “Durkheim fala dos fatos sociais e vê a sociedade como um ser vivo”. Ele deixou essa frase no ar e saiu apressado, afirmando que tinha um compromisso especial, para o qual teria de se vestir adequadamente e não poderia se atrasar, afinal, disse ele: “é isso que as pessoas esperam de nós em certas ocasiões e, assim, nos sentimos pressionados a agir... É o bom e velho fato social exercendo coerção em nossas vidas, meu caro!”.

Para compreender o que seu colega quis dizer, restou-lhe uma coisa a fazer: conhecer melhor as ideias de Durkheim. Sendo assim, agora, o roteiro da pesquisa tem as seguintes questões: o que são os fatos sociais? Como tais fatos devem ser estudados, segundo Durkheim? Afinal, o que significa dizermos que “a sociedade é um organismo vivo”?

Vamos, então, retornar aos nossos estudos?

## Não pode faltar

Na seção anterior, você conheceu um pouco sobre o darwinismo social e de que modo Émile Durkheim introduziria a ideia de sociologia como um saber científico, o que faria dela algo diferente da filosofia. Nesta seção, você terá a oportunidade de ampliar seu conhecimento sobre o que Durkheim, expoente da sociologia positivista, concebeu como o objeto de estudo dessa ciência. Vamos lá?

### A neutralidade do cientista e a objetividade do fato social

Ampliando as construções teóricas de Auguste Comte acerca do que seria essa nova ciência que se dedicaria à “física social”, Émile Durkheim se esforçaria para lapidar a sociologia como ciência. Ele vai inaugurar um novo momento do exercício de reflexão sociológica, tentando, de forma mais precisa e científica, empreender uma leitura social ainda mais especializada, racional e objetiva. Assim, pode-se dizer que:

Durkheim tinha em vista garantir para a ciência sociológica uma absoluta objetividade. Isto significa eliminar completamente a influência de fatores subjetivos e individuais no processo de pesquisa. A objetividade é uma propriedade essencial de qualquer ciência e somente esta característica garante que ela seja imparcial e neutra. (SELL, 2013, p. 84)

Ao tratar dessa objetividade, Durkheim está buscando uma forma de ampliar a neutralidade das leituras sobre a realidade, de tal forma que as análises ou impressões oriundas de percepções subjetivas sejam substituídas por um tipo de conhecimento que seja produto de uma metodologia mais precisa, capaz de ser reproduzida para se analisar as mais diversas sociedades. Desse modo, a análise sociológica, de acordo com Durkheim, deve ser neutra, imparcial, dando conta de compreender a realidade sem se perder em “achismos”, ou seja, em análises baseadas em opiniões e juízos de valores, vindos da subjetividade.



Até que ponto é possível falar em uma neutralidade ou imparcialidade plena da ciência? O pensamento científico é mesmo imparcial? O cientista, pelo fato de ser cientista, está isento de ter motivações pessoais e influências ideológicas que reflitam em sua análise? Será que todos os sociólogos estão de acordo com a ideia de Durkheim sobre a existência da neutralidade científica?

Pensamos, por exemplo, na produção da indústria farmacêutica. Os investimentos em pesquisa na produção de remédios e drogas são sempre voltados para o atendimento das necessidades de todos? Ou atendem à demanda de um mercado que por ele pode pagar? Como os interesses e valores influenciam a produção científica?

Assim, era preciso jogar luz sobre os fenômenos inerentes à sociedade, que acontecem nela, dentro dela, produzidos por ela. Se os químicos estudam os fenômenos químicos; os biólogos os fenômenos biológicos, e assim por diante, aos sociólogos caberia o estudo dos fenômenos sociais, mas o que seriam tais fenômenos? Em linhas gerais, são acontecimentos, comportamentos e modos de organização social, política e econômica resultantes da interação dos homens que vivem agrupados em sociedade. Desse modo, para Durkheim, se fazia necessário capturar algo que não apenas fosse possível identificar como fenômeno social, mas que pudesse ser lido com regularidade, dadas suas características exteriores e sua capacidade de influência no comportamento social. Estaria aí, portanto, a possibilidade de se compreender a sociologia enquanto ciência, ou seja, a existência de um objeto científico específico da sociologia, o qual Durkheim denominou de fato social.

Desse modo, a noção de fato social e a necessidade de um método para estudá-lo de forma neutra são pilares fundamentais na obra de Durkheim. Vamos à definição do fato social.

### **Definição do fato social**

Uma preocupação primordial a Durkheim era compreender o que tornava possível a organização social. Essa seria a questão

crucial a partir da qual ele derivaria a ideia de fato social, o qual se tornaria, portanto, o objeto de estudo da sociologia. Para ele, a sociedade ou a vida social apenas era possível graças à consciência coletiva, a qual influenciaria as consciências individuais, produzindo os fenômenos sociais. Contudo, Durkheim vai percebendo que nem todos os fenômenos são sociais (resultado da vida em sociedade), embora digam respeito ao cotidiano dos homens. Bons exemplos disso seriam os atos de comer, dormir, pensar, os quais, embora sejam ações praticadas pelo homem, não são fenômenos sociais, necessariamente, pois existem independentemente do que diz a consciência coletiva.

O que seriam os fenômenos sociais e, mais especificamente, os fatos sociais? Sobre as principais características do fato social, Durkheim (1978, p. 87) destaca: "1º - a sua exterioridade em relação às consciências individuais; 2º - a ação coercitiva que exerce ou é suscetível de exercer sobre essas mesmas consciências". Assim, com relação à exterioridade, destaca-se que os fatos sociais existem com independência das consciências individuais. Já sobre a coerção, enfatiza-se a capacidade de influência no comportamento social, diz respeito à forma como o fato social poderia determinar a ação individual.

Para Durkheim, os fatos sociais "consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, e dotadas de um poder coercitivo em virtude do qual se lhe impõem" (1978, p. 88). Assim, os fatos sociais exerceriam um forte poder de coerção sobre os homens. Dessa maneira, eles são construídos pela pluralidade das consciências, não só pela soma das consciências individuais, mas acima de tudo pela interação destas e, ao mesmo tempo, influencia cada uma.

Nesse sentido, os fatos sociais generalizam-se exatamente por serem sociais, isto é, estão na sociedade, independem das vontades individuais isoladamente e as influenciam de modo geral. Desse modo, por serem generalizados, por estarem na sociedade, "eles são, portanto, o domínio próprio da sociologia" (Ibidem, p. 88). Constitui-se, então, aqui, mais uma característica do fato social, a saber, generalidade.



## Exemplificando

Pensemos em alguns exemplos de ações do cotidiano que, embora comuns, não são fatos sociais, a exemplo de se alimentar (fazer as refeições) ou de se procriar. O ato de nos alimentarmos está ligado, acima de tudo, a uma questão de ordem biológica. Porém, o uso de talheres e o modo de se portar à mesa são fatos sociais, afinal, são construções culturais. O que nos impede de pegar a comida com as mãos em algumas ocasiões, senão algumas regras sociais que internalizamos?

A procriação entre os animais também é uma questão natural, mas nós não encontramos parceiros sexuais para nos relacionarmos do mesmo modo que os animais em geral. Atribuímos significado ao modo como nos relacionamos e, a depender de cada cultura, temos formas diferentes de construir relacionamentos, bem como de nos casarmos e fazermos cerimônias para celebrar o início de uma nova família. A atração sexual pode se manifestar na excitação, o que pressupõe algo de caráter biológico, contudo, os padrões de beleza, a erotização da vida, os símbolos usados para a conquista, enfim, tudo isso são construções sociais dadas pela consciência coletiva.

Assim, os fatos sociais são instituições, acontecimentos ou fenômenos sociais propriamente ditos que regem a vida do homem em sociedade; são frutos da própria vida em sociedade e, ao mesmo tempo, ditando as regras de caráter coercitivo que dão o tom da ordem social, ou seja, da coesão. A moral, a família, os valores, a religião, as normas de conduta, as leis, entre outros aspectos, são todos instituições sociais que provêm da sociedade, são instituídos por ela (daí instituição) e possuem funções importantes para a vida coletiva. Portanto, são fatos sociais as normas que temos para a vida em sociedade, sejam elas normas escritas ou não. As leis presentes na Constituição de nosso país devem ser consideradas por todos e são regras institucionalizadas, as quais devem ser vistas como fato social. Do mesmo modo, há muitas outras regras e convenções que, embora não estejam escritas, podem exercer forte influência sobre nossas vidas.

Isso significa dizer que, se os fatos sociais acabam por exercer

pressão sobre nossas vidas, o descumprimento ou a não observância de suas prescrições acabam tendo certas consequências. No caso de uma lei escrita, podemos sofrer sanções, como responder legalmente ou criminalmente, porém, mesmo no caso daquelas regras e normas que não são formais, também podemos sofrer algum tipo de sanção. Um bom exemplo está em nossa cotidianidade: embora não esteja escrito em nenhum lugar que temos a obrigação de cumprimentarmos as pessoas retribuindo o cumprimento (um “bom dia”, “oi”, “olá”, “como vai?”), podem nos tachar de grossos ou indelicados se não respondemos. Esse comportamento pode ter agravantes para nossa vida social, restringindo, aliás, nosso círculo de convivência. Essa obrigação em responder teria uma função: reforçar nossos laços de solidariedade, de ligação, com o restante da sociedade. Negá-lo, ao não responder ao cumprimento ou aceno que nos dão, significa negar o que a consciência coletiva diz sobre a importância disso para a coletividade. Logo, as expectativas sociais que negamos se voltarão contra nós, por meio de alguma punição, formal ou informal, assim como a lei, escrita ou não. Evidentemente, essas regras de convívio variam de uma sociedade para outra, mas, de todo modo, sempre existirão fatos sociais que reforçam essa mesma ideia de coletividade.



## Refleta

Embora existam várias formas de reprodução dos padrões culturais (tanto pela educação quanto pela socialização da família, pela mídia etc.), podemos dizer que tudo que a consciência social reproduz (e assim nos educa) realmente faz bem para nosso convívio?

Se partirmos de nossa discussão sobre a vida sexual e a sexualidade dos indivíduos, uma questão vem à tona: por conta desses padrões estabelecidos e considerados normativos, não estaríamos o tempo todo reiterando preconceitos contra aqueles que não se enquadram em modelos, como os homossexuais, bissexuais ou transexuais? Você já pensou na dimensão da violência psíquica que uma criança pode sofrer se ela estiver “fora dos padrões” de seus amigos da escola, sendo alvo de *bullying*? O que tem motivado as pessoas, principalmente os mais jovens, para a atividade física em academia? Será que apenas o desejo por uma vida saudável ou a preocupação com a estética em um contexto de intenso culto ao corpo e à forma física?

## O fato social e sua natureza objetiva

Durkheim foi pragmático quando defendeu que, para se conhecer melhor uma organização social, era preciso nos debruçarmos sobre os fatos sociais. Esse debruçar-se não se fazia de qualquer modo, mas apenas considerando a natureza objetiva do fato social. Para Durkheim, era preciso aplicar um método de análise social que partisse do princípio de que os fatos sociais pudessem ser vistos como “coisas”, como objetos, assim como quaisquer outros elementos estudados por outras áreas, como a biologia, a física e a química.



### Assimile

Regra fundamental: “Tratar os fatos sociais como coisas” (DURKHEIM, 1978, p. 94).

O que seria uma “coisa” para Durkheim? Para ele:



É coisa todo objeto de conhecimento que não é naturalmente compenetrável pela inteligência, tudo aquilo de que não podemos ter uma noção adequada por um simples procedimento de análise mental, tudo o que o espírito só consegue compreender na condição de se extroverter por meio de observações e de experimentações, passando progressivamente dos caracteres mais externos e mais imediatamente acessíveis aos menos visíveis e aos mais profundos. (DURKHEIM, 1978, p. 76)

Isso significa que os fatos sociais deveriam ser vistos de modo isento de qualquer leitura subjetiva ou valorativa, uma vez que tais interpretações poderiam enviesar a análise. Dito em outras palavras, o mais importante não seria expressar nossa opinião sobre os fenômenos sociais, mas, acima de tudo, conseguir captar qual é a essência deles, quais são as características, buscando-se o distanciamento necessário. Seria preciso compreender o que causa o fato social (sua causa eficiente) e qual sua consequência, o que ele produz, bem como qual função desempenha.

Os fatos sociais norteiam a organização e a ordem social, sendo resultado da interação das consciências individuais, as quais, juntas, formam a consciência coletiva que, por sua vez, influencia as consciências individuais. Assim, o que nos importa é reconhecer, nos fatos sociais, sua realidade objetiva, bem como sua exterioridade no que diz respeito às consciências individuais. Contudo, como aponta Durkheim, embora os fatos sociais sejam externos às nossas consciências, eles exercem pressão sobre elas, conforme apontado anteriormente.



### Assimile

Nesse nosso estudo sobre os fatos sociais, cabe uma observação interessante sobre a diferença entre fatos sociais e fatos históricos. Os fatos sociais, como você viu, dizem respeito aos fenômenos sociais, são fruto da consciência coletiva e são externos à nossa consciência individual, embora exerçam uma pressão constante sobre essa. Além disso, eles se repetem ao longo da história, muitas vezes mudando sua "roupagem", mas mantendo sua essência.

Um bom exemplo seria a formação de uma família, afinal, a família como instituição (e como fato social) sempre existiu, mas sua configuração não apenas é diferente entre as culturas, mas se alterna ao longo dos séculos. Basta pensarmos nos vários tipos de famílias que existem hoje, não é mesmo? Assim, os fatos sociais estão sempre presentes na história e, evidentemente, podem surgir fatos novos, a depender da natureza das transformações sociais que possam ocorrer nas sociedades. Já os fatos históricos, eles também acontecem ao longo da história, mas não são fatos sociais.

Os fatos históricos são resultado da interação ou relação de inúmeros fatos sociais, os quais, ao interagirem, teriam dado condições para que determinado fato histórico pudesse ter acontecido, marcando assim a história de um povo, de uma sociedade. Pensemos nas revoluções, pois elas são bons exemplos disso. O que teria sido a Revolução Industrial ou a Revolução Burguesa se não o ponto alto de processos históricos e sociais, marcados pela soma de vários fenômenos sociais? Isto é, foram o resultado da interação de vários fatos sociais em um determinado momento da história, interação esta resultante do dinamismo dos

processos históricos. Assim, os fatos históricos são resultantes dos fatos sociais.

### **A sociedade vista como um organismo vivo**

Uma das características do pensamento sociológico de Durkheim foi a forma como se apropriou de alguns conceitos da biologia para poder explicar sua teoria social. Prova disso estaria na própria ideia de que a sociedade seria um organismo vivo e, como tal, não apenas teria uma vida e uma saúde, como também poderia adoecer. Portanto, ora mais saudável, ora mais doente, a variação de seu estado poderia ser averiguada pela análise dos fatos sociais.

Por meio da análise social seria possível detectar o que poderia ser considerado enquanto normal (portanto, comum, sempre presente na sociedade e apenas um sinal de sua vitalidade) ou como patológico (aquilo que era sinal de uma doença, um fato social que, além de mais raro, seria prejudicial à vida da sociedade como um organismo). Essa preocupação em compreender o que é saudável e o que é danoso à vida social pode ser considerada como um importante traço da sociologia positivista, afinal, tal discurso traz nas entrelinhas uma defesa da ciência, de seu caráter positivo como instrumento de identificação desses males em nome da saúde da sociedade.

Como iremos estudar mais adiante, a sociedade enquanto organismo pode estar doente quando apresenta, por exemplo, uma condição de anomia. A anomia social seria uma situação de enfraquecimento dos laços que unem a sociedade, a perda de força das normas sociais, a falta de coesão, o esgarçamento do tecido social, com posterior diminuição da integração entre os indivíduos que não sabem quais normas devem seguir (DIAS, 2005). Portanto, uma sociedade saudável seria aquela com maior harmonia, na qual os fatos sociais predominantes não ameaçam a solidariedade necessária para a vida em grupo.

Conforme aponta Costa, podemos dizer que:

Partindo, pois, do princípio de que o objeto máximo da vida social é promover a harmonia da sociedade consigo mesma e com as demais sociedades, e que essa harmonia é conseguida por meio do consenso social, a ‘saúde’ do organismo social se confunde com a generalidade dos acontecimentos. Quando um fato põe em risco a harmonia, o acordo, o consenso e, portanto, a adaptação e a evolução da sociedade, estamos diante de um acontecimento de caráter mórbido e de uma sociedade doente. (2005, p. 85)



Na próxima seção, vamos nos aprofundar no estudo sobre o caráter patológico ou de normalidade dos fatos sociais, bem como refletir sobre como Durkheim tratou do tema do suicídio, o qual, embora pudesse ser visto como uma ação individual e particular ao suicida, na verdade, seria um fato social, e como tal, bom exemplo de como a consciência coletiva e a consciência individual estão, definitivamente, relacionadas.



### Pesquise mais

Desde os séculos XVI e XVII, os autores chamados contratualistas, como Thomas Hobbes, John Locke e Rousseau, já produziam obras a respeito de como a sociedade civil e o Estado deveriam ser organizados em nome de algo muito equivalente a essa relação harmoniosa – portanto, considerada como saudável – que percebemos no pensamento de Durkheim. O tema-chave dessas obras é o contrato social, uma espécie de acordo entre os homens para se ter o bom convívio.

A exemplo de Thomas Hobbes, em seu livro *Leviatã* (2003), o Estado seria uma instituição fundamental para tal harmonia social, uma vez que os homens, por serem maus por natureza, tenderiam ao conflito e a uma situação de guerra constante caso não estivessem submetidos a uma força maior.

Para saber mais como essa preocupação com a harmonia social já se fazia presente na Europa antes mesmo de Durkheim, leia mais em:

WEFFORT, Francisco. **Os clássicos da política**: Maquiavel; Hobbes; Locke; Montesquieu; Rousseau; "o Federalista". São Paulo: Ática, 2006.

## Sem medo de errar

De um breve bate-papo com um colega na cantina da biblioteca surgiram não apenas dúvidas, mas também maior interesse em compreender o que pensava Durkheim. O colega, ao ir embora apressado, comentou, ainda que rapidamente, que os fatos sociais exerciam coerção em nossas vidas, mas como compreender isso sem entender o que seriam os fatos sociais para o referido sociólogo francês?

A primeira pergunta apresentada a você teve por objetivo indagar o que são os fatos sociais para Durkheim. Para ele, os fatos sociais consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo e com um poder coercitivo sobre os homens. Isso já deixaria mais claro o que seu colega quis dizer em relação à "coerção em nossas vidas" causada pelos fatos sociais. Do mesmo modo, ajudaria a entender a necessidade que ele sentiu em estar com uma roupa adequada para o compromisso que tinha, mas adequada segundo quem? Segundo uma convenção social. Desse modo, os fatos sociais são construídos pela pluralidade das consciências, não pela soma das consciências individuais, mas acima de tudo pela interação destas e, ao mesmo tempo, influencia cada uma. Portanto, são fatos sociais as normas que temos para a vida em sociedade, sejam elas normas escritas ou não. Além disso, se negamos as expectativas sociais – que se fazem presentes nos fatos sociais –, elas se voltarão contra nós, por meio de alguma punição, formal ou informal, assim como a lei, escrita ou não.

Isso explicaria outro trecho da fala de seu colega ao dizer que há coisas que "as pessoas esperam de nós em certas ocasiões". Evidentemente, essas regras de convívio variam de uma sociedade para outra, mas, de todo modo, sempre existirão fatos sociais que reforçam essa ideia de consciência coletiva.

Enquanto objeto de estudo da sociologia, os fatos sociais, segundo Durkheim, devem ser estudados com neutralidade e de forma objetiva. Para Durkheim, era preciso aplicar um método de análise social que partisse do princípio de que os fatos sociais pudessem ser vistos como “coisas”, como objetos, de modo imparcial e com objetividade, com o distanciamento necessário. Portanto, o que nos importa é reconhecer, nos fatos sociais, sua realidade objetiva. Ao falar dessa objetividade, Durkheim está buscando uma forma de ampliar a neutralidade das leituras sobre a realidade. Assim, as análises ou impressões oriundas de percepções subjetivas seriam substituídas por um tipo de conhecimento que fosse produto de uma metodologia mais precisa, capaz de ser reproduzida para se analisar as mais diversas sociedades.

Tais sociedades, segundo Durkheim, teriam em comum a característica de serem como um organismo vivo. Desse modo, não apenas teriam uma vida e uma saúde, mas também poderiam adoecer, sendo possível análise de sua condição por meio do estudo dos fatos sociais, os quais poderiam ser considerados normais ou patológicos. Se normais, não comprometeriam a harmonia da vida social, sinal de vitalidade desse organismo. Se patológicos, eram uma evidência de que algo não iria bem, fragilizando a solidariedade social entre os indivíduos.

## Faça valer a pena

**1.** “Émile Durkheim não por acaso pensa todas questões da sociedade num registro praticamente oposto ao de Weber. Por uma razão simples: Durkheim (por várias razões, mas vou apontar uma), Durkheim é o pensador social que está impregnado, está empapado, da presença forte de um Estado nacional que foi um dos primeiros a se constituir na Europa, que já era secular na sua época. E está também tendo como referência constante uma sociedade solidamente construída.” (COHN, Gabriel. **Café Filosófico**. Disponível em: <<https://goo.gl/lr4MG9>>. Acesso em: 6 mar. 2017).

Assinale a alternativa que apresenta a grande (principal) questão colocada pela sociologia de Durkheim.

- a) Como vencer a dominação capitalista?
- b) Qual é a relação entre condutas religiosas e práticas relacionadas à esfera econômica?

- c) Qual é a origem do capitalismo?
- d) O que torna possível a organização social?
- e) Do jeito que as coisas estão, onde vamos parar?

**2.** Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, que vão constituir as três correntes sociológicas fundamentais depois de Auguste Comte, têm o mesmo objeto: compreender os fenômenos sociais. No entanto, cada teórico tem suas questões e pontos de vista. Cada um significa, à sua maneira, as noções que mobilizam em seus estudos. O modo como Marx significa o capitalismo, por exemplo, não é o mesmo modo como Weber o concebe: a palavra é a mesma, mas o conceito não é. A própria noção de sociologia, por exemplo, é significada de modos distintos.

Nesse sentido, é correto afirmar que, para Émile Durkheim, a sociologia é uma ciência:

- a) Voltada à compreensão da ação social.
- b) Que tem como objeto de estudo os fatos sociais.
- c) Capaz de explicar a estrutura e a transformação social a partir de sua base material.
- d) Que estuda fenômenos da natureza.
- e) Insignificante.

**3.** “[Durkheim] se considera ‘o’ homem da sociologia, o criador, praticamente, o homem que botava ordem na casa. Porque, quando ele começou seu trabalho, isso significa na virada do século XIX para o XX, havia montanhas de autores propondo análises da sociedade, propondo a ciência social. Montanhas, para todo o lado. Isso até provocou em um grande matemático da época, Poincaré, uma frase cruel. Ele dizia: ‘a sociologia é a ciência que tem mais métodos e menos resultados’” (COHN, Gabriel. **Karl Marx e Émile Durkheim**. Univesp TV. Disponível em: <<https://goo.gl/DqNH6B>>. Acesso em: 6 mar. 2017).

Para Durkheim, a sociedade é:

- a) Palco da luta de classes.
- b) Uma teia formada por diferentes ações individuais em diferentes esferas sociais.
- c) Um simples conjunto de pessoas.
- d) Um organismo vivo.
- e) Algo que está perdido.

## Seção 3.3

### As Regras do Método Sociológico

#### Diálogo aberto

Você continua avançando nos estudos sobre Durkheim, afinal, em sua pesquisa inicial, já havia ficado clara a importância desse autor para se pensar na origem da sociologia. Partindo das primeiras leituras, você conheceu a ideia de fato social e aprendeu que ele é oriundo da consciência social mas ainda restaram algumas dúvidas: de que modo a consciência coletiva e a consciência individual possuem uma relação direta? Além disso, quando você estudou sobre a ideia de que a sociedade seria um organismo vivo, e que, portanto, poderia estar saudável ou doente, percebeu que isso dependeria, acima de tudo, dos tipos de fatos sociais nela existentes. Nesse sentido, outras dúvidas teriam aparecido: o que significa dizer que há fatos de natureza normal e outros patológicos? Os crimes que acontecem todos os dias e são noticiados pela TV podem ser considerados como patologias?

Enquanto você refletia sobre essas questões e lia seu livro sobre Durkheim em seu quarto, ouve as pessoas na sala comentarem sobre o triste ocorrido na casa ao lado: o suicídio do vizinho. Como assim? Como alguém poderia ter coragem de fazer isso consigo mesmo? O choque de todos com uma notícia dessas é sempre normal, mas e os suicídios em si? Eles também são comuns? O que poderia levar as pessoas a cometerem esse ato? Um dos estudos desenvolvidos por Durkheim foi sobre o suicídio enquanto um fato social e, dessa forma, esse mesmo autor ajudará a responder a essas questões.

Ao longo dessa seção, o que não faltará serão informações para ajudar a responder a todas essas questões.

#### Não pode faltar

Na seção anterior, você teve um contato maior com algumas das principais premissas da teoria de Durkheim, dentre elas a ideia

de fato social. Agora, vamos tratar de maneira mais pontual sobre as noções de consciência individual e consciência coletiva, embora essas temáticas já tenham aparecido na seção anterior. Além disso, vamos compreender um pouco melhor a especificidade dos fatos sociais ditos normais e aqueles patológicos, bem como tratar de um dos temas sobre o qual Durkheim fez um trabalho muito interessante: o suicídio. Desse modo, vamos ampliar nosso conhecimento sobre a metodologia sociológica desenvolvida por Durkheim, a qual dedicou uma obra específica, em 1895, denominada de *As Regras do Método Sociológico*.

### **Consciência individual e consciência coletiva**

As noções de consciência individual e coletiva são fundamentais para se compreender as regras do método sociológico de Durkheim. Conforme nos aponta Sell (2013, p. 82), o sociólogo francês "sistematiza e aprofunda os principais instrumentos da pesquisa sociológica, o que envolve a definição quanto: 1) ao objeto de estudo, 2) observação; 3) classificação e, 4) explicação dos fenômenos sociais". Como vimos, o objeto de estudos seria o fato social; a observação seria feita a partir da neutralidade e objetividade necessários, considerando os fatos sociais como coisas; a classificação dos fatos (como vamos estudar de forma mais detida adiante) seria feita entre normais e patológicos; e a explicação dos fenômenos sociais seria feita em virtude da função social assumida por eles.

As noções de consciência individual e coletiva perpassam por esses quatro aspectos inerentes às regras do método sociológico proposto por Durkheim. Basta pensarmos na explicação mais elementar de que os fatos sociais são oriundos da consciência coletiva e que exercem influência nas consciências individuais. Além disso, devemos considerar que as análises desprovidas de objetividade, portanto, contaminadas pela subjetividade das experiências individuais, podem levar a leituras não científicas. Esses dois aspectos são suficientes para demonstrar a relação direta que apontamos aqui entre a proposta de método de estudo feita por Durkheim e os tipos de consciência. Qual é a diferença mais básica entre elas?

Iniciando pela consciência individual, trata-se daquela que cada um de nós possui e que vai sendo construída pelas nossas experiências

individuais de vida, tornando-se cada vez mais complexa ao passo que envelhecemos, amadurecemos, conhecemos outras pessoas ou contextos, enfim, ela seria composta por nossa experiência enquanto pessoas. A partir dela é que vamos tomar decisões e fazer nossas escolhas no cotidiano, ligando-se, dessa forma, à nossa personalidade, compondo-a.

A consciência coletiva, por sua vez, é composta pela interação de todas as consciências individuais, entendendo-se interação como um processo de intersecção, sobreposição, criando-se uma espécie de amalgama (uma massa que resulta da mistura de substâncias diferentes), formando a sociedade, o imaginário social e coletivo, do qual partem nossa moral, nossos valores e nossos costumes. Portanto, a sociedade não seria composta pura e simplesmente pela soma das consciências individuais, mas sim pela consciência coletiva que é fruto da combinação destas. Segundo Durkheim, podemos dizer que:

O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem sua vida própria; poderemos chamá-lo: a consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; é por definição, difusa em toda extensão da sociedade; mas não deixa de ter caracteres específicos que fazem dela uma realidade distinta. Com efeito, é independente das condições particulares em que os indivíduos estão colocados; eles passam, ela permanece. (DURKHEIM, 1978, p. 40)

Da consciência coletiva emana boa parte de nossa visão de mundo, ainda que tenhamos nossa consciência individual. Portanto, como você já estudou na seção anterior, é da consciência coletiva que emanam os fatos sociais, os quais, segundo Durkheim, são exteriores a nós e exercem pressão em nosso comportamento. Da consciência social emana o ser social, o qual é formado ou educado pela transmissão dos valores através das gerações e por meio da educação que recebe. Assim, o ponto em comum entre a

consciência social e a consciência individual é o fato de que ambas são, obviamente, imateriais, abstratas, mas determinam nosso viver, nosso agir, nosso estar no mundo. Como estudaremos mais adiante, compreender as características de ambas as consciências será primordial para conhecermos melhor o que Durkheim fala sobre solidariedade social.



### Assimile

Ao falarmos sobre consciência coletiva e individual, vem à tona uma discussão muito interessante: como nossa consciência individual lida com os valores morais?

A filósofa Marilena Chauí (2008) apresenta uma interessante reflexão sobre as noções de senso moral e consciência moral, reflexão esta que pode nos ajudar a compreender melhor nossa relação com a moral (que é fruto da consciência coletiva).

Segundo Chauí (2008), senso moral seria a maneira como avaliamos nossa situação e a dos outros segundo ideias, como as de justiça e injustiça, bom e mau, tratando-se, portanto, dos sentimentos morais. Dessa forma, isso diria respeito à nossa noção (nosso senso) do que a sociedade entende ser bom ou ruim, noção esta que vem pela nossa educação, por nossa sociabilidade desde a infância. Já a consciência moral, na leitura de Chauí (2008), por sua vez, não se trata apenas dos sentimentos morais, mas se refere também a avaliações de conduta que impelem a tomar uma decisão. Agiríamos, portanto, em conformidade com nossa avaliação (feita pela consciência individual), respondendo por nossa decisão perante a sociedade.

Dessa forma, podemos dizer que a moral é construída pela consciência coletiva ou pela sociedade, mas a avaliação ética de como devemos ou não proceder dependerá de nossa consciência individual. Evidentemente, como apontou Durkheim, a consciência individual sofre as influências da consciência coletiva, porém os indivíduos ainda assim possuem o livre arbítrio.

## O normal, o patológico e a anomia

Também faz parte das regras do método sociológico de Durkheim a preocupação em classificar a natureza dos fatos sociais. Na seção anterior, você também estudou um pouco sobre isso, pois essa classificação é uma ideia muito importante para se refletir como Durkheim pensava acerca da sociedade como um organismo vivo. Desse modo, ele se dedicaria a estudar o que considerou como tipos de fatos sociais, os quais seriam normais ou patológicos. Em linhas gerais, o que distinguiria um do outro seria sua regularidade. Sendo assim, um fato social seria normal quando ele está presente na média das sociedades, logo, seria um fato comum ou mais generalizado em mais de um agrupamento, de uma cultura.



### Exemplificando

Um bom exemplo de fato social normal seria o crime. Embora as ações criminosas tenham um caráter negativo e não sejam bem vistas pelas sociedades de modo geral, são comuns e possuem uma regularidade da história de todas as sociedades. Vejamos o que nos diz o próprio Durkheim:

O crime não se reproduz só na maior parte das sociedades desta ou daquela espécie, mas em todas as sociedades, qualquer que seja o tipo destas. Não há nenhuma em que não haja criminalidade. Muda de forma, os atos assim classificados não são os mesmos em todo o lado; mas em todo o lado e em todos os tempos existiram homens que se conduziram de tal modo que a repressão penal se abateu sobre eles. (DURKHEIM, 1978, p. 119)

Quando um fato social é esporádico, eventual ou extraordinário, para Durkheim ele poderia ser um sinal de que a sociedade estaria doente, o que então caracterizaria tal fato como patológico ou anormal, uma vez que sua existência comprometeria o tecido social.

Segundo Durkheim, para indicar o que é um fato social considerado normal, devemos considerar que:



1º - Um fato social é normal para um tipo social determinado, considerado numa fase determinada de desenvolvimento, quando se produz na média das sociedades desta espécie, consideradas numa fase correspondente de desenvolvimento.

2º - Os resultados do método precedente podem verificar-se mostrando que a generalidade do fenômeno está ligada às condições gerais da vida coletiva do tipo social considerado.

3º - Esta verificação é necessária quando este fato diz respeito a uma espécie social que ainda não cumpriu uma evolução integral. (DURKHEIM, 1978, p. 118)

No entanto, uma observação quanto a essas ideias de Durkheim sobre o que de fato é normal ou patológico deve ser feita, como bem pontuou Sell, ao afirmar que “a análise dos comportamentos-padrão e do comportamento desviante não pode assumir premissas morais em suas conclusões, como acaba fazendo a distinção durkheimiana entre o normal e o patológico” (2013, p. 85). Dito de outra forma, embora a metodologia de Durkheim para compreender a organização social seja muito interessante para que possamos identificar aquilo que é constante e característico da sociedade, esse método tem certas fragilidades, pois acaba por classificar como patológico tudo aquilo que for “novo” na sociedade. Nessa lógica, as revoluções e outras tantas mudanças importantes (em nossa moral, por exemplo) sempre seriam vistas como algo negativo.

Ao falar sobre a natureza do fato social, Durkheim tinha em mente uma preocupação com outro conceito muito valioso para sua obra: a anomia social. A anomia trata-se de uma situação na qual o tecido social (dado pela ligação entre as pessoas), por algum motivo, está se “esgarçando”, e dessa forma as leis morais que regulam a vida estão enfraquecidas, logo, não são sentidas, afrouxando-se os laços sociais. Uma situação de anomia é um sinal do comprometimento da solidariedade social, a qual é fundamental para manter a sociedade.

Vale dizer que a anomia não se trata da falta de articulação ou sinergia entre as atividades e funções das pessoas em sociedade, mas trata-se da ausência de uma moralidade que oriente as condutas individuais, moralidades estas dadas pela consciência coletiva.



### Pesquise mais

A literatura e o cinema sempre são fontes para que possamos aprender mais. Um bom exemplo de uma obra que nos ajuda a pensar o problema da anomia social como sintoma de uma sociedade doente é o livro *Ensaio Sobre a Cegueira* (1995), do escritor José Saramago. Não apenas o livro é muito interessante como também o filme inspirado nesta obra e produzido em 2008 sob o título de *Blindness*, dirigido pelo brasileiro Fernando Meireles.

Tanto na obra literária como na cinematográfica, o que se vê é uma sociedade plenamente desajustada, na qual as regras e as normas sociais parecem ter desaparecido quando todos, em uma absoluta cegueira, não conseguem se reconhecer, perdendo-se a harmonia social.

## O suicídio

Assim, colocando sua metodologia em prática, Durkheim publicou, em 1897, *O Suicídio*. Nessa obra, estudou o suicídio analisando suas formas de manifestação, as quais, para ele, também possuíam um motivo social, dado pela consciência coletiva. Segundo ele, predominava uma leitura superficial sobre as verdadeiras causas do suicídio, atribuindo sua manifestação apenas a questões de natureza particular, pessoal, restritas à vida do suicida. Segundo ele, era preciso um exercício mais amplo:

De fato, se em vez de enxergá-los apenas como acontecimentos particulares, isolados uns dos outros e cada um exigindo um exame à parte, considerarmos o conjunto dos suicídios cometidos numa determinada sociedade durante uma determinada unidade de tempo, constataremos que o total assim obtido não é uma simples soma de unidades independentes, uma coleção, mas que



constitui por si mesmo um fato novo e sui generis, que tem unidade e sua individualidade, por conseguinte sua natureza própria, e que, além do mais, essa natureza é eminentemente social. (DURKHEIM, 2011, p. 17)

Ao analisar os motivos e as circunstâncias pelas quais os indivíduos abdicavam da própria vida, Durkheim vai propor um estudo do suicídio como um fato social (que se repete nas sociedades ao longo da história), apontando que os tipos de solidariedade social existentes poderiam influenciar na maior ou menor incidência desse tipo de morte, uma vez que garantiriam uma maior ou menor coesão. Quando o sentimento de pertencimento ao grupo diminui, aumenta a chamada anomia social. Explicando seu método, Durkheim aponta que:



Cada sociedade tem, portanto, em cada momento, de sua história, uma disposição definida para o suicídio. Mede-se a intensidade relativa dessa disposição tomando a razão entre o número total global de mortes voluntárias e a população de todas as idades e todos os sexos. Chamaremos esse dado numérico de taxa de mortalidade-suicídio própria à sociedade considerada. Ele é calculado, geralmente, com relação a um milhão de habitantes ou a cem mil. (Ibidem, p. 19)

### As formas de suicídio

Assim, Durkheim vai ver o suicídio não como algo dado por motivos individuais (de natureza psicológica), pessoais, mas motivado por algo externo ao indivíduo e que poderia ser de três tipos: egoísta, altruísta e anômico. Assim, por meio do estudo das “taxas de suicídio”, este vai tentar compreender o que estaria motivando as taxas de ocorrência, avaliando qual seria a corrente suicidógena predominante naquele grupo social. Interessa, portanto, compreender as causas do suicídio.

Por suicídio egoísta podemos compreender como aquele em que o motivo é a exacerbação do ego individual diante a consciência

coletiva, o que não permitiria a socialização e integração do indivíduo. Esse tipo de suicídio estaria ligado a um sentimento de melancolia, de nostalgia por uma época, ou pela falta de alguém ou de uma situação social que o indivíduo imagina como impossível reviver. Um exemplo seria a sensação de desamparo social e a depressão, causadas em circunstâncias de viuvez, solidão, perda de um ente querido, entre outras de natureza similar.

Já o suicídio do tipo altruísta é o oposto do egoísta. Nele, não é o individualismo que se destaca, ao contrário, o ego individual se dilui frente ao ego social, isto é, frente à consciência coletiva. O indivíduo está extremamente envolvido e identificado com seu grupo social, com a coletividade na qual está inserido, a tal ponto de tirar sua própria vida por ela, em nome dela, entendendo sua morte como um bem para seu grupo. Nesse caso, a morte seria como que o cumprimento de um dever, como pensam os chamados homens-bomba (conhecidos pelos atos de terrorismo causados por razões políticas ou religiosas) e os kamikazes (pilotos japoneses que, na Segunda Guerra Mundial, atiraram-se com seus aviões contra o inimigo).

Outro tipo de suicídio seria o do tipo anômico, quando a consciência coletiva existente não influencia o indivíduo suficientemente, ou seja, as normas sociais perderam o sentido ou estão ausentes. Neste, a sociedade deixa de estar presente o suficiente para regular as paixões individuais, deixando-as correr de modo desenfreado. Em outras palavras, o suicídio anômico seria resultante de um estado de desregramento social. Dentro de uma sociedade como a nossa, industrial e moderna, esse tipo de suicídio seria mais comum, pois, como veremos nas próximas seções, a solidariedade existente entre nós é a do tipo orgânica, na qual as pessoas se unem não por se identificarem umas com as outras necessariamente, mas porque são interdependentes.



### Refleta

Por que, na sociedade de hoje, se tem gerado mais situações que levam à angústia, à depressão e a uma situação de isolamento social? Por que as pessoas parecem estar mais infelizes, tomam mais remédios e se tornam dependentes químicos, aumentando o número de suicídios?

Para pensar em possíveis respostas, leve em consideração a classificação de Durkheim acerca dos tipos de suicídios.

## Sem medo de errar

A seguir, vamos apresentar alguns caminhos às perguntas que foram apresentadas na situação-problema. Desde os estudos sobre o fato social na seção anterior, já havia ficado sugerido de que modo haveria uma relação entre a consciência coletiva e a consciência individual. As noções de consciência individual e coletiva são fundamentais para se compreender as regras do método sociológico de Durkheim, afinal, possuem uma forte imbricação entre elas. Se por um lado a consciência individual está ligada à nossa experiência pessoal, a consciência coletiva, por sua vez, é composta pela interação de todas as consciências individuais, ao mesmo tempo que as influencia. É preciso lembrar ainda que da consciência coletiva emana boa parte de nossa visão de mundo. Assim, o ponto em comum entre a consciência social e a consciência individual é o fato de que ambas são, obviamente, imateriais, abstratas, mas determinam nosso viver, nosso agir, nosso estar no mundo.

No que diz respeito à caracterização dos fatos sociais normais ou patológicos, em linhas gerais, o que distinguiria um do outro seria sua regularidade. Sendo assim, um fato social seria normal quando ele está presente na média das sociedades, logo, seria um fato comum ou mais generalizado em mais de um agrupamento, de uma cultura. Quando um fato social é esporádico, eventual ou extraordinário, para Durkheim, ele poderia ser um sinal de que a sociedade estaria doente, o que, então, caracterizaria tal fato como patológico ou anormal, uma vez que sua existência comprometeria o tecido social.

Devemos destacar o fato de que, ao tratar da natureza do fato social, Durkheim tinha em mente uma preocupação com outro conceito muito valioso para sua obra: a anomia social. Ainda sobre a caracterização dos fatos em normais ou patológicos, Durkheim acredita que o que pode garantir a normalidade é realmente a

regularidade na história, ainda que algo que acontece tenha um caráter negativo e não seja bem visto pelas sociedades de modo geral. Um exemplo disso seriam as ações criminosas. Portanto, o crime seria um fato social normal, uma vez que sempre existiu nas mais diferentes épocas e sociedades.

Já no que se refere ao seu estudo acerca do suicídio e suas manifestações, Durkheim conclui que o ato suicida não seria algo apenas de natureza individualista, ao contrário, também possuíam um motivo social, dado pela consciência coletiva. Segundo ele, predominava uma leitura superficial sobre as verdadeiras causas do suicídio, atribuindo sua manifestação apenas a questões de natureza particular. Nesse seu estudo, revela três tipos e suas causas: egoísta, altruísta e anômico.

## Faça valer a pena

**1.** Na leitura de *As regras do método sociológico*, de Émile Durkheim, podemos identificar quatro pontos básicos: objeto de estudo, forma de observação, classificação e forma de explicação dos fenômenos sociais. A compreensão de quais/como são esses pontos faz com que a gente consiga entender melhor o complexo raciocínio do sociólogo francês.

Associe os itens de cada coluna, conforme a teoria durkheimiana:

- |                                      |                                    |
|--------------------------------------|------------------------------------|
| I. Objeto de Estudo                  | 1. Tem como eixo sua função social |
| II. Forma de observação              | 2. Normal/patológico               |
| III. Classificação                   | 3. Neutra e imparcial              |
| IV. Explicação dos fenômenos sociais | 4. Fatos sociais                   |

Assinale a alternativa que contém a sequência correta da associação entre as colunas:

- a) I-1; II-2; III-3; IV-4.
- b) I-2; II-1; III-3; IV-4.
- c) I-4; II-3; III-2; IV-1.
- d) I-1; II-2; III-4; IV-3.
- e) I-3; II-4; III-1; IV-2.

**2.** “Uma sociedade que dele estivesse isenta [do crime] seria inteiramente impossível (...) O crime (...) está ligado às condições fundamentais de toda vida social (...) O próprio crime pode desempenhar um papel útil (...) [na] evolução. Não apenas ele implica que o caminho permanece aberto às mudanças necessárias, como também, em certos casos, prepara diretamente essas mudanças.” (DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007 [1895]. p.68-72).

Refletindo sobre o crime e o conceito de fato social, é correto afirmar, de acordo com a sociologia durkheimiana, que:

- a) O crime é um fato social normal.
- b) O crime é um fato social patológico.
- c) O crime não é um fato social.
- d) Os fatos sociais não são classificados como normais ou patológicos.
- e) O crime é algo muito raro, há poucos registros no mundo todo.

**3.** “Não nos cabe buscar, por enquanto, em que medida e em que condições é legítimo estudar assim os suicídios, mas o certo é que eles podem ser considerados sob um aspecto totalmente diferente.” (DURKHEIM, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1897]. p.17).

Qual é a “proeza” intelectual de Durkheim ao teorizar sobre o suicídio?

- a) Seu trabalho ajuda a erradicar as ocorrências de suicídio no mundo.
- b) O autor tira o assunto da visão sociológica (consciência coletiva) e o trata como fenômeno psíquico (consciência individual).
- c) O autor tira o assunto da visão psicológica (consciência individual) e o trata como fenômeno social (consciência coletiva).
- d) É Durkheim quem prova que o suicídio é um grave pecado.
- e) Não há nenhuma “proeza” já que Durkheim só disse o que todos já sabiam sobre o assunto.

# Referências

- BERGER, P. **Perspectivas Sociológicas**: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1976.
- CARDIM, Carlos H. Prefácio. In: DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. (Biblioteca Pensamento Moderno)
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2008.
- COSTA, Cristina. **Introdução à Ciência da Sociedade**. São Paulo: Moderna: 2005.
- CHOMSKY, Noam. **Piratas & imperadores, antigos e modernos**. O terrorismo internacional no mundo real. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- DIAS, Reinaldo. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do Trabalho Social; As Regras do Método Sociológico; O Suicídio; As formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).
- \_\_\_\_\_. **O Suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. (Biblioteca Pensamento Moderno)
- GIANNOTTI, José A. Durkheim (1858-1917): vida e obra. In: DURKHEIM, Émile. **Da divisão do Trabalho Social; As Regras do Método Sociológico; O Suicídio; As formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- NKRUMAH, K. **Neocolonialismo**: último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica**: Marx, Weber e Durkheim. Petrópolis: Vozes, 2013. (Coleção Sociologia).
- WEFFORT, Francisco. **Os clássicos da política**: Maquiavel; Hobbes; Locke; Montesquieu; Rousseau; "o Federalista". São Paulo: Ática, 2006.



# Temas fundamentais da Sociologia de Émile Durkheim: da divisão do trabalho à educação

## **Convite ao estudo**

Nesta quarta e última unidade, serão apresentados alguns dos temas fundamentais presentes na obra de Durkheim. Na primeira seção, o objetivo é uma discussão acerca de dois temas muito importantes ao conjunto da produção durkheimiana: a divisão do trabalho e a religião. Em um primeiro momento, inicia-se pela apresentação do significado da função do trabalho para Durkheim, bem como sobre o que o sociólogo compreende pela divisão do trabalho social. Ainda nesta seção, apresenta-se uma reflexão sobre as características gerais das solidariedades mecânica e orgânica, e de que maneira a divisão social se manifesta de modo peculiar em cada uma delas. Ao final da seção, trata-se da religião como fato social, bem como se apresentam suas características e função social. Na segunda seção desta unidade, o foco do estudo são as contribuições de Durkheim para a educação. A princípio, há uma discussão sobre o que Durkheim pensa ser o papel e a natureza da educação, passando-se para uma discussão sobre a pedagogia e sociologia, encerrando-se a seção com uma reflexão acerca da evolução e do papel do ensino secundário da França. Na última seção da unidade, a proposta é estudar uma crítica ao pensamento positivista, inserindo uma discussão sobre a importância do pensamento de Durkheim como uma obra clássica, bem como apresentando um contraponto à sociologia positivista e trazendo à tona algumas de suas possíveis fragilidades. Por fim, apresenta-se, em linhas gerais, um pouco da sociologia de Max Weber, autor que teria dado sequência ao aprimoramento do pensamento sociológico como ciência.

Para o estudo de todos esses temas, continuemos nossa situação hipotética quanto à pesquisa empreendida por você. Neste momento, percebe-se que, aquilo que tinha sido, a princípio, o despertar de uma pequena curiosidade sobre a atividade de um sociólogo que você e sua família haviam visto na TV, acabou se tornando uma boa e vasta pesquisa. Ao tentar responder ao que é a Sociologia e o que faz o sociólogo, você aprendeu muita coisa, não é mesmo? E o mais interessante, chegou até a um dos nomes mais importantes da sociologia, Émile Durkheim. Portanto, agora é hora de se aprofundar nas temáticas por ele tratadas. A pesquisa ficou mais focada e seu pedido ao bibliotecário ainda mais objetivo: "Quero dar uma olhadinha em todos os livros que foram escritos por Durkheim que a biblioteca tiver!". Sendo seu pedido atendido, é o momento de esmiuçar tudo aquilo que você ainda não sabia sobre ele. Até que ponto os estudos presentes na obra de Durkheim podem ser, realmente, interessantes para compreendermos a sociedade na qual vivemos? Considerando-se que ele escreveu seus livros há tanto tempo, como suas ideias ainda podem ser atuais ou nos ajudarem a explicar muito do que nos deparamos no dia a dia? Do mesmo modo, até que ponto também é possível se fazer algumas críticas ao pensamento sociológico de Durkheim? A ideia de reforma social contida em sua obra não teria uma conotação conservadora? Enfim, você está na reta final da sua pesquisa e o momento é de fazer um balanço geral. Vamos lá?

# Seção 4.1

## Da divisão social do trabalho e a religião como fato social

### Diálogo aberto

Ao chegar neste ponto de sua pesquisa, uma coisa já é certa: tornou-se impossível avançar na leitura sobre Durkheim sem pensar em tudo que você leu até aqui. Por isso, cada vez mais, cada novo conceito ou ideia vai instigando a pensar na sua realidade, de sua família, de seus amigos da faculdade, do trabalho. Cada vez mais você vai refletindo sobre seu lugar no mundo, sua posição nesta grande engrenagem chamada sociedade. Durkheim, com sua obra, vai permitindo a você não apenas levantar questões, mas formular respostas. Aliás, os próprios títulos dos livros que você tem em mãos são muito sugestivos, como *Da divisão do Trabalho Social*, *As Regras do Método Sociológico* e *As formas Elementares da Vida Religiosa*. Mas entre uma folheada e outra nos livros, olhando pela janela da sala de leitura onde você faz seus estudos, você começa a observar as pessoas na rua. Eis que algumas questões começam a vir à sua mente: por que as pessoas se vestem de modo tão diferente, mas, ao mesmo tempo, atendem a certos padrões de moda e de uma época? O que une as pessoas umas às outras para viverem em sociedade? Por que as pessoas andam tão apressadas ou correndo para o trabalho? Aliás, por que existem tantas funções e tantos tipos de trabalho diferentes? Entre uma questão e outra, seu pensamento é interrompido pela badalada do sino da igreja. Eis que outra questão vem à sua mente: qual é o sentido da religião? Religião é um fato social também? Teria Durkheim pensado sobre isso? Embora sejam muitas questões, não se preocupe, afinal, os livros que estão contigo poderão lhe ajudar a pensar.

## Não pode faltar

Avançamos ainda mais em nossos estudos sobre Durkheim e a sociologia positivista. Neste momento, vamos desenvolver mais a fundo do que trata a função do trabalho, principalmente da divisão do trabalho social. Contudo, para isso, é preciso compreender também o que é a solidariedade social e de que modo seus tipos – mecânica e orgânica – dizem respeito a modos diferentes de divisão do trabalho social e de sociabilidade entre os indivíduos. Vamos em frente e boa leitura!

### A função do trabalho

Agora que você já conhece o que é fato social, podemos ampliar nosso estudo sobre alguns dos fatos sociais mais relevantes nos estudos de Durkheim. Como vimos, o suicídio foi um dos fatos sociais que mais receberam atenção de Durkheim, mas é preciso registrar que ele não foi o único. Outro fato social sobre o qual Durkheim se debruçou foi o trabalho. Como você viu, o fato social diz respeito às maneiras de agir e de pensar, mas também de como as pessoas interagem umas com as outras. O fato social tem uma função social para a vida em grupo e,



mais do que descrever e classificar os fatos sociais, a tarefa da sociologia é explicá-los, ou seja, entender as causas e razões que explicam a ocorrência e as características de nosso comportamento coletivo. É visando este aspecto que Durkheim recorre ao conceito de função social. (SELL, 2013, p. 85)

Assim, para compreender o que faz do trabalho um fato social, é preciso compreender qual seria sua função social. Entretanto, antes de tudo, o que significa dizer que algo tem uma função social?

A ideia de função a ser desempenhada por um determinado fato social faz muito sentido na teoria durkheimiana, afinal, partindo da ideia de que a sociedade é um organismo vivo – e que, portanto, possui um corpo –, há elementos presentes na sociedade que

desempenham a função de contribuir com tal vitalidade. Um deles é o trabalho. Para Durkheim (1978, p.23), “perguntar-se qual é a função da divisão do trabalho, portanto, é procurar a qual necessidade ela corresponde” e, quando ele está falando acerca de necessidades, fala daquilo que seria necessário à sociedade para se manter “viva” e unida.

Portanto, o trabalho está ligado à ideia de cooperação social. Você já imaginou quantas pessoas estão envolvidas com seus respectivos trabalhos para poder produzir aquela barra de chocolate que você tanto gosta? Desde os produtores de cacau, passando pelos transportadores do fruto até a fábrica de doces, pelos operadores das máquinas que produzem e embalam essa guloseima, até chegar à doceria de seu bairro, muita coisa aconteceu. Isso significa que há uma enorme rede de relações, por meio da qual as pessoas produzem as coisas necessárias à sociedade. Podemos até viver sem aquela barra de chocolate, mas pense na água que chega em sua casa, nos alimentos, na energia elétrica, nas informações em seu computador, nos hospitais, nas escolas, enfim, pense nos elementos fundamentais para nossas vidas. Seria impossível darmos conta sozinhos de tudo que precisamos de fato. Daí a função social do trabalho de cada um de nós, pois, individualmente, cada um com sua atividade contribui para todos, para toda a sociedade. Quanto mais complexa for a sociedade, quanto maior ela for em termos populacionais, maior será a chamada divisão social do trabalho. Tal divisão diz respeito à forma como as sociedades se organizam para produzir a vida material (que diz respeito às necessidades gerais da sociedade), dividindo suas funções. Assim, a própria divisão do trabalho tem um uma função social.

Foi em sua tese de doutoramento – De la Division du travail social (Da divisão do Trabalho Social) –, em 1893, que Durkheim abordou a divisão do trabalho, pensando sobre sua função para a vida em sociedade. O principal tema dessa obra é pensar as relações entre os indivíduos e a coletividade. Conforme nos aponta Aron (1987, p. 302),

o fenômeno da divisão do trabalho que o sociólogo quer explicar é diferente, portanto, do que os economistas entendem pelo mesmo conceito. A divisão do trabalho é



uma certa estrutura de toda sociedade, de que a divisão técnica ou econômica do trabalho não passa de uma manifestação.

Segundo Durkheim (1978, p. 30), “o mais notável efeito da divisão do trabalho não é que aumenta o rendimento das funções divididas, mas que as torna solidárias”. A divisão do trabalho tornaria possível as sociedades que sem ela não poderiam existir.

Além disso, Durkheim vai nos mostrar a relação existente entre a divisão do trabalho e o tipo de solidariedade que pode existir em determinada sociedade. Ao passo que a divisão do trabalho se torna complexa, mais elaborada, mais extensa, a solidariedade entre os homens também se transforma, perdendo sua natureza mecânica para se tornar cada vez mais orgânica. É o que veremos a seguir.



### Pesquise mais

Ao passo que o capitalismo se desenvolveu, não apenas a divisão do trabalho social entre os indivíduos se tornou mais complexa, mas também entre as sociedades e os países. O processo de globalização é prova disso, pois também, entre os continentes e as nações, há uma divisão internacional do trabalho. A questão que se coloca é: de que modo essa divisão de tarefas é vivenciada por países ricos e pobres? Para compreender melhor isso, assista ao documentário *A globalização vista do lado de cá: encontro com Milton Santos*, de Silvio Tandler, produzido em 2001. Ao longo do vídeo, Milton Santos, um dos principais intelectuais brasileiros do século XX, apresenta reflexões importantes sobre a condição brasileira e de outros países em relação à divisão internacional do trabalho.

O referido documentário pode ser encontrado em: <<http://operamundi.uol.com.br/dialogosdosul/encontro-com-milton-santos-o-mundo-global-visto-do-lado-de-ca/28042016/>>. Acesso em: 11 maio 2017.

## A solidariedade mecânica e orgânica

Dentre os vários conceitos desenvolvidos por Durkheim, a ideia de solidariedade e seus tipos deve ganhar destaque, até mesmo

para que possamos compreender de que modo a função social do trabalho, sobre a qual estudávamos há pouco, manifesta-se. Afinal, o conceito de solidariedade é fundamental para se pensar, segundo Durkheim, nos modos e nas formas de organização da sociedade. Embora ele tenha concluído que o fato social tem uma generalidade e uma externalidade que se vê nas sociedades de modo geral, por outro lado, aquilo que explica o modo como as pessoas estão unidas dentro dessa mesma sociedade pode variar. Assim, embora o fato social esteja presente em todas as sociedades, a solidariedade que une as pessoas (e que também é um fato social) pode mudar de uma para outra. Na busca por explicações para a sociedade do seu tempo (final do século XIX), Durkheim destacou a solidariedade social como um dos aspectos mais importantes para explicar a organização social da qual ele mesmo fazia parte. “Portanto, o estudo da solidariedade pertence à sociologia. É um fato social que se pode conhecer bem só por intermédio de seus efeitos sociais” (DURKHEIM, 1978, p. 33).

O que seria a solidariedade social? Em linhas gerais, ela seria o modo como as pessoas estão conectadas umas às outras, vivendo em grupo. Se pudéssemos comparar a sociedade como um grande muro de tijolos, podemos pensar que a solidariedade social seria o cimento que une cada um deles. Assim, essa metáfora nos permite concluir que, em um muro no qual o cimento está em quantidades suficientes, os tijolos irão se manter presos uns aos outros, unidos de uma forma consolidada, formando uma unidade. Quando o cimento é pouco, a ligação entre os tijolos também é menos intensa, podendo levar o muro à ruína. Logo, em uma sociedade com pouca solidariedade, o sentimento de pertencimento ao grupo diminui, e o que se tem é uma situação de anomia social, a qual, como você já estudou, seria uma condição de fragilização da organização social. Dessa maneira, para se pensar na solidariedade social é preciso retomar aquilo que você já aprendeu sobre a relação entre a consciência individual e a consciência coletiva. Desse modo, podemos pensar que a solidariedade social é o laço que une os indivíduos uns aos outros e, portanto, sem essa solidariedade não haveria vida social. Vai ser a intensidade dessa ligação que permitirá classificar a solidariedade entre mecânica e orgânica.

Como vimos, a consciência coletiva diz respeito, acima de tudo, aos valores do grupo em que estamos inseridos como indivíduos, os quais são transmitidos por meio de nossa vida em sociedade,

através da educação informal (pela família, por exemplo) ou formal (pela escola). Assim, nós nos formamos como seres sociais a partir dessa interação da consciência individual com a consciência coletiva. Portanto, é a partir do modo como essa interação ocorre que, então, poderemos ter a noção da intensidade de nossa ligação (em maior ou menor grau) com a consciência coletiva. Nas sociedades nas quais os indivíduos são fortemente influenciados pela consciência coletiva (a tal ponto de suas personalidades como indivíduos não se destacarem) e o sentimento de semelhança entre os integrantes do grupo aumenta o sentimento de pertencimento a ele, o que se teria, segundo Durkheim, é uma solidariedade de natureza mecânica. Na solidariedade mecânica, o que se tem é o predomínio do grupo (da consciência coletiva que o constitui) sobre o indivíduo, a exemplo do que podemos ver em sociedades tribais. Como aponta Aron (1987) sobre Durkheim, na solidariedade mecânica predominam na existência do indivíduo as proibições e os imperativos oriundos da consciência coletiva. Portanto, a solidariedade mecânica dependerá, acima de tudo, da extensão alcançada na vida social pela consciência coletiva (ou comum). Quanto maior essa extensão, maior a harmonia e a coesão social.



### Exemplificando

Um bom exemplo para compreendermos isso é pensarmos nas relações sociais entre os integrantes de tribos indígenas. Suas celebrações religiosas, suas sólidas tradições passadas de geração em geração, os ornamentos no corpo tão comuns entre todos, a forma compartilhada dos abrigos chamados ocas, enfim, são apenas alguns exemplos da maior solidariedade mecânica entre os índios. Seria uma sociedade na qual, como aponta Durkheim, teria uma "solidariedade que provem do fato de que um certo número de estados de consciência é comum a todos os membros de uma mesma sociedade." (DURKHEIM, 1978, p. 57)

Isso é bem diferente do que podemos observar em relação ao cotidiano das pessoas que vivem nas grandes cidades, não é mesmo? Hoje, nas áreas de maior concentração populacional do país, o que se vê é uma infinidade de estilos, modos de se vestir, religiões, costumes, enfim, um contexto muito diferente das tribos indígenas.

Os laços que prendem os indivíduos e que orientam as atividades dentro da divisão do trabalho social, neste caso, são de natureza subjetiva, dados pelo sentimento, pelo afeto. Nas sociedades de solidariedade mecânica, em termos da divisão social do trabalho, o que se tem é uma reduzida diversidade de funções assumidas pelas pessoas. Aliás, esse seria um dos pontos mais importantes em termos das diferenças entre a solidariedade mecânica e a orgânica. Nas sociedades nas quais predominam o que Durkheim chamou de solidariedade orgânica, existe uma intensa e complexa divisão do trabalho social. Aliás, uma maior divisão do trabalho é uma das principais características da sociedade moderna, a qual, como também estudamos, foi resultado de intensas transformações, a exemplo daquelas oriundas da Revolução Industrial. Portanto, se há na sociedade moderna outro tipo de divisão do trabalho social, há também outro modo de integração e de laços entre os indivíduos, predominando, ao invés de um sentimento de pertencimento, relações de interdependência pautadas pela formalidade. Assim, nas sociedades de solidariedade orgânica não predominaria uma sociabilidade dada pela afetividade (embora, é verdade, ainda existam relações afetivas, sendo um bom exemplo a relação que você possui com sua família, com seus amigos etc.), mas sim aquelas mais racionais e de natureza contratual. As relações de trabalho e comerciais seriam bons exemplos. Portanto, podemos dizer que, para Durkheim, as sociedades de solidariedade orgânica – a exemplo da sociedade europeia na qual ele vivia – invertem a lógica das sociedades mais tradicionais pautadas na solidariedade mecânica. Não apenas há um maior número de atividades e funções a serem desempenhadas pelos indivíduos, como a consciência coletiva perde sua força de maior coerção sobre a consciência individual. Mas, de todo modo, precisamos lembrar que, para Durkheim, não devemos pensar na divisão do trabalho apenas no sentido do atendimento mais eficaz de nossas necessidades materiais, por meio de uma maior especialização das atividades, como assim pensou economistas, como Adam Smith, com o famoso exemplo da produção de mais eficiente de alfinetes, como você estudou anteriormente. Mais do que isso, para Durkheim, a interdependência presente na divisão do trabalho social também teria um valor moral. Desse modo, é possível dizer que:



A tese durkheimiana é que a interdependência de funções consiste, por si mesma, em um valor moral. Ocorre que a divisão do trabalho transfere o eixo da moralidade da consciência coletiva para o indivíduo. Sem essa autonomia e independência, a divisão do trabalho não seria possível. Este é o elo de dever que liga o indivíduo à sociedade. A individualidade passa a ser considerada um valor, pois é da autonomia de cada pessoa que depende a coesão social. (SELL, 2013, p. 91)



### Pesquise mais

Para contribuir no processo de compreensão de alguns conceitos desenvolvidos por Durkheim, como o de fato social, coerção social e solidariedade, bem como para conhecer mais sobre sua concepção a respeito da educação, vale a pena assistir ao vídeo "*Clássicos da Sociologia: Émile Durkheim*", em que estudiosos da obra durkheimiana apresentam suas interpretações.

O vídeo está disponível em: <<http://univesptv.cmais.com.br/classicos-da-sociologia-emile-durkheim>>. Acesso em: 11 maio 2017.

### As consequências da preponderância da solidariedade orgânica

Ainda que nas sociedades de solidariedade orgânica (portanto, com uma complexa divisão do trabalho) também haja uma harmonia social entre os indivíduos, é preciso refletir sobre as consequências da preponderância desse tipo de solidariedade. Em primeiro lugar, uma das coisas que Durkheim destaca como característica é o fato de que, nessas sociedades, "o contrato é, por excelência, a expressão jurídica da cooperação" (DURKHEIM, 1978, p. 66). Portanto, o que existe é um menor grau de reconhecimento no outro, um menor sentimento de pertencimento e/ou de semelhança. Isso pode ser visto, de certo modo, como algo de natureza negativa, uma vez que quanto menor o sentimento de pertencimento, maior seriam as chances de um contexto desarmônico. Dito de outro modo, a solidariedade orgânica gera um tipo de sociabilidade menos estável que aquela proveniente da solidariedade mecânica. Isso fica muito mais evidente quando olhamos para o desenvolvimento das sociedades consideradas

capitalistas. Nelas, embora possa haver um convívio minimamente harmonioso dado pelo nível de interdependência entre os indivíduos, cada vez mais impera um alto grau de competitividade. Na condição de competitividade, o que impera é o estranhamento, a disputa, a falta de equidade, enfim, uma condição que torna cada vez mais evidente a necessidade de relações contratuais, formais, nas quais estejam estipulados os direitos e os deveres de cada um.

Nas sociedades de solidariedade orgânica – como a que vivemos nos dias de hoje –, o que se vê é o despontar das personalidades, das diferenças, o que pode ser visto como algo positivo, mas, por outro lado, como temos conseguido lidar com a diversidade praticando a alteridade? Ou seja, de que modo conseguimos nos colocar no lugar do outro, respeitar as diferenças e construir laços que garantam a boa convivência, o respeito e a democracia? Embora Émile Durkheim não tenha tratado a solidariedade orgânica a partir dessa chave, o que ele nos ensina sobre ela, do ponto de vista do afrouxamento dos laços sociais com o desenvolvimento da sociedade moderna, fica evidente quais são os desafios para um contexto de preponderância da solidariedade orgânica, ainda mais nos dias de hoje.



### Assimile

Um dos pontos mais importantes de diferenciação entre as duas solidariedades aqui estudadas é o tipo de normas que regulam a relação entre os indivíduos dentro das sociedades. Assim, para provar o que dizia sobre a diferença entre os tipos de solidariedade, Durkheim fez um estudo sobre as normas jurídicas (escritas ou não) presentes nas sociedades, apontando a diferença entre o direito repressivo e o direito restitutivo. Conforme aponta Sell (2013, p. 88):

Nas sociedades de solidariedade mecânica temos o predomínio do direito repressivo, enquanto nas sociedades de solidariedade orgânica predomina o direito restitutivo. A diferença entre eles é que enquanto no direito restitutivo o objetivo da lei é restabelecer a ordem das coisas no direito repressivo temos o predomínio da punição.



## A religião como fato social

Para além do suicídio, do trabalho, da divisão do trabalho e da solidariedade, outro fato social também mereceu atenção do sociólogo francês: a religião. Em 1912, Durkheim publicou a obra na qual tratou de forma exclusiva do tema da religião, obra esta intitulada *As formas Elementares da Vida Religiosa*. O título da obra, por si só, já era muito sugestivo, afinal, a proposta era compreender as formas de manifestação mais elementares da religião, partindo das simples ou primitivas até as mais complexas. Conforme aponta Aron (1987, p. 321), nessa obra, um dos objetivos de Durkheim é:



[...] fundamentar uma teoria das religiões superiores no estudo das formas religiosas primitivas. O totemismo revela a essência da religião. Todas as conclusões extraídas por Durkheim do estudo do totemismo pressupõem que se possa apreender a essência de um fenômeno social observando suas formas mais elementares.

Apenas para esclarecer, é preciso levar em conta que o totemismo diz respeito a uma das mais simples e primitivas formas de pensamento religioso. Seria a partir dele que Durkheim tentaria evidenciar de que modo a religião, como fato social que é, repete-se na história, por entre as sociedades e, como fenômeno social, era também fruto da consciência coletiva, exercendo, portanto, uma forte influência nas consciências individuais. Para Durkheim (1978, p. 212),



a religião é uma coisa eminentemente social. As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que nascem no seio dos grupos reunidos e que são destinados a suscitar, manter ou refazer certos estados mentais desses grupos.

Desse modo, o sociólogo francês acredita que a religião como fato social, independentemente do nível de complexidade presente em determinado pensamento religioso, guarda certas características. As

religiões, ainda que primitivas, “respondem às mesmas necessidades [que as mais complexas], desempenham o mesmo papel, dependem da mesma causa; portanto, elas podem servir para manifestar igualmente bem a natureza da vida religiosa[...]” (DURKHEIM, 1978, p. 206).

Evidentemente, o que devemos considerar é que a religião teria um nível de complexidade a depender também do grupo social ao qual estivesse ligada. Sociedades mais primitivas teriam, na concepção de Durkheim, uma religiosidade mais simples, e sociedades mais complexas teriam religiões mais sofisticadas, o que seria algo equivalente ao que vimos, anteriormente, sobre a divisão do trabalho social.

De modo geral, independentemente do pensamento religioso, o que se tem em comum é a concepção de divisão entre o sagrado e o profano. Enquanto o sagrado diz respeito a tudo aquilo que é ligado às divindades (que não é do mundo dos homens, mas sim representativo dos deuses), o profano está ligado a tudo que nega o sagrado, ao que é mundano. Essas referências entre sagrado e profano balizariam os ritos.

As principais características e atitudes rituais que estão nas religiões, segundo Durkheim, seriam:

distinção das coisas em sagradas e profanas, noção de alma, de espírito, de personalidade mítica, de divindade nacional ou mesmo internacional, culto negativo com as práticas ascéticas que são sua forma exasperada, ritos de oblação e de comunhão, ritos imitativos, ritos comemorativos, ritos de expiação. (DURKHEIM, 1978, p. 221)



Assim, “a religião pressupõe, portanto, o sagrado, em seguida a organização das crenças relativas ao sagrado e, por fim, ritos ou práticas derivados das crenças, de modo mais ou menos lógico” (ARON, 1987, p. 323). Dessa maneira, assim como o trabalho possui uma função social, a religião teria como função garantir o consenso pela fé. Ou seja, a fé compartilhada pelos indivíduos em um conjunto de símbolos e mitos seria um importante instrumento para a solidariedade social, para o laço de união entre as pessoas. Como

aponta Sell, “em Durkheim, a superioridade da esfera do sagrado não passa de uma percepção difusa que os homens têm da força do social sobre eles mesmos.” (SELL, 2013, p. 94)



## Refleta

Mesmo com tantas transformações sociais e culturais ao longo dos séculos, como o desenvolvimento da ciência, por que ainda, nos dias de hoje, a religião é algo tão presente na vida das pessoas? Ciência e religião são coisas irreconciliáveis? Cientistas não podem ter uma religião?

## Sem medo de errar

Ao compreender um pouco mais sobre algumas ideias de Durkheim, você pode, agora, visualizar alguns caminhos para responder àquelas questões iniciais, não é? Em um daqueles momentos de breve distração ao olhar pela janela da sala de leitura na qual você estava, foi quando as perguntas apareceram.

A primeira delas foi de uma breve constatação da forma como os indivíduos, nos dias de hoje, vestem-se de forma tão diferente entre si, mas, ao mesmo tempo, estão dentro de certo padrão. Por que isso seria assim? Como você já estudou, os fatos sociais exercem pressão sobre nossas consciências individuais e, desse modo, embora possamos escolher que roupa usarmos, na maioria das vezes somos compelidos por uma força externa, que é o fato social, que vem da consciência coletiva, e que, portanto, diz o que é ou não aceitável pela sociedade como vestimenta. Mas isso ainda não explicaria porque conseguimos, apesar da pressão da consciência coletiva, destacar nossa personalidade e escolher o que queremos usar. A explicação pode estar no fato de sermos uma sociedade, segundo Durkheim, de solidariedade orgânica, na qual a consciência coletiva possui menos força e poder de coerção, o que permite maior liberdade para a individualidade. Portanto, o que existe é um menor grau de reconhecimento no outro, de sentimento de pertencimento e de semelhança. Essa seria uma situação muito diferente das sociedades com solidariedade mecânica, a exemplo das tribos indígenas, nas quais o que existe é uma sobreposição da consciência coletiva em relação à individual, o que explicaria a

forma mais homogênea em relação à vestimenta. Assim, mesmo que com maior ou menor despontar das personalidades, o que liga as pessoas umas às outras é a chamada solidariedade social, a qual pode ser mecânica ou orgânica, segundo Durkheim. De todo modo, o que explicaria a diferença entre as duas solidariedades seria outro fator mais importante que os costumes ligados ao modo de se vestir, ou o destaque (ou não) das personalidades. Trata-se do modo como o trabalho se manifesta e, conseqüentemente, a divisão do trabalho social.

Esse seria o ponto inicial para se pensar nas outras questões que vieram à sua mente, mais especificamente, aquelas ligadas ao papel do trabalho. Aliás, o próprio Durkheim vai deixar claro que o trabalho tem uma função social: a cooperação social. Conforme Durkheim, os fatos sociais – a exemplo do trabalho – possuem uma função social, afinal, partindo da ideia de que a sociedade é um organismo vivo – e que, portanto, possuem um corpo, há elementos presentes na sociedade que desempenham a função de contribuir com tal vitalidade. Assim, o trabalho teria a função de contribuir para manter a sociedade viva e unida.

O corre-corre dos dias de hoje está ligado ao tipo de vida moderna, a qual tem sua centralidade no trabalho. Basta pensarmos em quantas horas dedicamos às atividades de trabalho diariamente, bem como na forma como regulamos a prática do trabalho, sempre com vistas à otimização do tempo para produzirmos cada vez mais. Contudo, sozinhos, não conseguimos dar conta de tudo que de fato precisamos. Daí a função social do trabalho de cada um de nós, pois, individualmente, cada um com sua atividade contribui para todos, para toda a sociedade. Quanto mais complexa for a sociedade, quanto maior ela for em termos populacionais, maior será a chamada divisão social do trabalho. As transformações históricas nos meios de produção até os dias de hoje podem ser consideradas, em grande parte, como responsáveis por essa maior especialização e divisão do trabalho social com as quais nos deparamos. Como vimos, a divisão do trabalho está ligada à maneira como as sociedades se organizam para produzir a vida material, dividindo, para tanto, suas funções. Portanto, a própria divisão do trabalho teria uma função social, além de ser um dos principais pontos de diferenciação entre a solidariedade mecânica e a orgânica. Contudo, não seria o único.

A religião, como mostrou Durkheim, também ajudaria a pensar a diferença no nível de complexidade das organizações sociais. Sociedades mais simples teriam também formas de religião menos elaboradas, a exemplo do totemismo. Outras mais complexas, a exemplo da sociedade ocidental, apresentariam sistemas mais elaborados. De todo modo, Durkheim apresenta a ideia de que, independentemente do tipo de religião ou de sociedade, todas as formas de expressão teriam algo em comum: em primeiro lugar, todas organizam suas crenças em relação ao que seria considerado como sagrado, bem como definindo o que seria profano e, a partir disso, reproduziriam seus ritos ou práticas; em segundo lugar, e não menos importante, as religiões seriam um instrumento que, pela fé compartilhada pelos indivíduos em um conjunto de símbolos e mitos, promoveriam a solidariedade social, contribuindo para o laço de união entre as pessoas. Este seria, portanto, o sentido e a função social da religião.

## Faça valer a pena

**1.** A preocupação de Durkheim em seus estudos é entender e explicar questões que irrompem em um tipo específico de organização social: a sociedade capitalista. A importância que o sociólogo positivista confere a esse tipo de sociedade está presente em uma de suas obras mais importantes: *De la division du travail social* [Da divisão do trabalho social] (1893).

Qual é a relação entre nossa sociedade e a divisão social do trabalho, definida por Durkheim?

- a) É a divisão do trabalho que organiza sociedades altamente complexas, como é o caso da capitalista.
- b) Os detentores dos meios de produção exploram o proletariado.
- c) A divisão social do trabalho gera o espírito que forma a sociedade capitalista.
- d) O trabalho ocupa a mente das pessoas, para que não fiquem no ócio.
- e) A divisão social do trabalho é um fato social isolado, sem relação alguma com a sociedade.

**2.** Quem ler *De la division du travail social* [Da divisão do trabalho social], certamente, vai se deparar com termos, como fato social, solidariedade orgânica e consciência coletiva. Também, há outros, mas estes são centrais na construção da argumentação do autor.

De que modo eles se articulam na teoria explicativa de Durkheim?

- I. Em sociedades complexas, como é o caso da nossa, há uma intensa e significativa divisão do trabalho, e predomina a solidariedade orgânica.
- II. A consciência coletiva é internalizada pelo indivíduo, alimentando o

ciclo de organização e integração social que a divisão do trabalho produz. III. É um fato social comprovado que falta solidariedade orgânica porque as pessoas não têm consciência coletiva.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II.
- e) II e III.

**3.** Analise as afirmações a seguir, e marque V para verdadeiro e F para falso com base nas teorias de Durkheim:

- ( ) O fato social tem três marcas essenciais: i) generalidade, ii) exterioridade e iii) coercitividade. A religião, por exemplo, é um fato social porque i) influencia a sociedade de modo geral; ii) independe das vontades individuais, embora se realize nos indivíduos, e iii) impele os indivíduos a seguirem determinados padrões de conduta.
- ( ) Fato social é entendido como “toda maneira de fazer, fixada ou não, susceptível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior” (DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 13).
- ( ) O estudioso procurou identificar, classificar e explicar fatos sociais significativos, dada a influência que exerceriam na integração e organização social. Por isso, divisão do trabalho, religião e suicídio, por exemplo, interessam ao autor e renderam estudos que destacaram seu nome no cenário intelectual: Da divisão do trabalho social (1893), As formas elementares da vida religiosa (1912) e O suicídio (1897) figuram dentre seus trabalhos mais famosos.
- ( ) O teórico francês não se contradiz quando propõe incluir a solidariedade como objeto de estudo da sociologia. Inclusive, um de seus trabalhos mais importantes é sobre a religião, no qual mostra como os laços de bondade e amor ao próximo unem as pessoas.
- ( ) Embora o nível de complexidade varie, “todas as religiões respondem às mesmas necessidades, desempenham o mesmo papel, dependem da mesma causa; portanto, elas podem servir para manifestar igualmente bem a natureza da vida religiosa” (DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo, 1978. p.206).

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) V – V – V – V – V.
- b) V – V – V – F – V.
- c) F – F – F – F – F.
- d) V – F – F – F – F.
- e) V – V – V – F – F.

## Seção 4.2

### As contribuições de Durkheim para a educação

#### Diálogo aberto

Você já assimilou muita informação em sua pesquisa, a tal ponto que não consegue mais olhar do mesmo jeito para a realidade à sua volta. Da observação das pessoas indo trabalhar à badalada do sino da igreja, muitas coisas de seu cotidiano deixaram de ser simples, pois é possível, a partir de Durkheim, compreender o sentido delas. Enquanto estudante, você também, agora, começa a pensar: qual é o papel da escola? Qual é o papel da educação? Ao se lembrar de uma conversa que teve com seu pai sobre quando ele era estudante, volta à sua memória um comentário feito por ele: “Na minha época, a escola era diferente, tudo era mais rígido”. Por que será que essa rigidez, nos processos educacionais, parece coisa do passado? Também, viera à sua mente a lembrança de que, recentemente, encontrou na biblioteca uma menina que estuda pedagogia e, curiosamente, ela estava andando por entre as estantes de livros de sociologia. Mas qual é a relação entre sociologia e pedagogia? Obviamente, muitos intelectuais contemporâneos poderiam ajudar a responder a essas perguntas, mas, considerando que seu objeto de estudo tem sido a obra de Durkheim, é nela que deverá buscar tais respostas.

Bom trabalho!

#### Não pode faltar

A seguir, você irá conhecer quais foram as contribuições do pensamento de Durkheim sobre a educação. Esse tema sempre mereceu atenção especial por parte do sociólogo francês, o qual elaboraria as bases da sociologia da educação. A educação seria um dos principais veículos, por meio da qual a sociedade poderia inculcar nas gerações vindouras os valores morais que pensava serem corretos. Assim, é sobre o papel e a função social da educação, bem como sobre a pedagogia na visão de Durkheim, que tratará esta seção. Vamos lá?

## A educação, sua natureza e seu papel

Entre o final do século XIX e início do XX, Durkheim lecionava aulas de pedagogia na Universidade de Bordeaux, em Paris. Assim, embora professor da área educacional, é possível dizer que para Durkheim o foco mais relevante seria ver a educação como um fenômeno social. Como aponta Aron (1987), é por dentro da sociologia que Durkheim falar sobre a educação, havendo

uma razão evidente para que se interessasse, de qualquer forma, pelo problema da educação: a educação é, em essência, um fenômeno social, e consiste em socializar os indivíduos. Educar uma criança é prepará-la (ou forçá-la) a participar de uma ou de várias comunidades. (ARON, 1987, p. 358)

Portanto, para se compreender a natureza da educação é preciso considerá-la, primeiramente, como um fenômeno social e, portanto, um fato social, uma vez que os processos educativos existem nas mais diversas sociedades, repetem-se na história e, também, são fruto da consciência coletiva. Desse modo, na obra de Durkheim, é possível compreender que a educação consistiria:

[...] em habituar os indivíduos a uma disciplina, a qual deve ter, e não pode deixar de ter, um caráter autoritário. Não se trata, porém, de uma autoridade brutal e material. Por uma ambivalência que sabemos hoje característica da própria sociedade, a disciplina a que cada indivíduo está submetido é uma disciplina desejada e de certo modo amada, porque provém do grupo. Pela ligação que o prende ao grupo o indivíduo descobre tanto a necessidade do devotamento, quanto a disciplina. Formar os indivíduos, tendo em vista sua integração na sociedade, é torná-los conscientes das normas que devem orientar a conduta de cada um e do valor imanente e transcendente das coletividades às quais cada um de nós pertence, ou deverá pertencer. (ARON, 1987, p. 358)

Isso nos permite pensar no papel ou na função socializadora da educação, isto é, como meio de promoção dos valores que estão na consciência coletiva e que deverão nortear as consciências individuais. É por meio da educação que aprendemos como dominar nosso idioma, nossa língua, algo fundamental para nossa comunicação com os outros indivíduos, o que, dessa forma, contribui para nossa sociabilidade e interação com os outros. Dominar a língua não significa apenas saber ler e escrever, mas utilizar tais habilidade para se comunicar ou se expressar.

Assim, quanto à função da educação, pode-se dizer que ela deveria suscitar na criança:



1º) certo número de estados físicos e mentais que a sociedade à qual pertence considera não dever faltar em nenhum de seus membros; 2º) certos estados físicos e mentais que o grupo social específico (casta, classe, família, profissão) considera igualmente que devem se encontrar em todos os que o formam. (DURKHEIM, 2016, p. 24)

Assim, este seria o papel da educação: desenvolver nos indivíduos certa condição (intelectual e moral) necessária para que viva em sociedade, isto é, constituir em cada um o ser social.

Como sabemos, o ser social diz respeito ao papel que assumimos na sociedade, internalizando as regras e as normas, disciplinando nosso comportamento segundo as influências da consciência coletiva. Assim, a educação é um instrumento que contribui para a formação do ser social. Porém, no caso das sociedades modernas, para além da formação do ser social, o objetivo da educação seria também a personalidade dos indivíduos: "criar em cada um o senso da autonomia, da reflexão e da escolha" (ARON, 1987, p. 359). Portanto, do mesmo modo como a educação tem uma natureza social (por ser um fenômeno que se acontece na sociedade), tem ela também a função de preparar o indivíduo para esta mesma sociedade. Durkheim dará uma definição mais específica, afirmando que:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Tem por objeto suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais dela exigidos pela sociedade política em seu conjunto e o meio especial ao qual é especificamente destinada. (DURKHEIM, 2016, p. 25)

Desse modo, uma das funções mais importantes da educação seria “perpetuar os valores da coletividade” (ARON, 1987, p. 359), coletividade esta de onde essa mesma noção de educação teria partido. Dito de outro modo, a educação nasce da sociedade e a ela contribui para reforçar os laços de solidariedade, os quais unem os indivíduos uns aos outros. Nesse sentido, considerando-se o contexto no qual Durkheim produzia sua obra (uma Europa em constantes transformações sociais e econômicas na segunda metade do século XIX), é preciso levar em conta o que há em sua proposta, sobre o papel da educação, que pode evidenciá-la como uma ferramenta de reforma moral da sociedade. Durkheim, assim como Auguste Comte, está diante de uma Europa que refazia sua estrutura social, e que, portanto, estaria envolta a circunstâncias de anomia social, ou seja, um contexto no qual os laços sociais estavam se afrouxando. Por isso, Durkheim apresenta seu interesse pela educação por reconhecer nela o papel social que aqui já se apontou, e que naquele momento da história pareceria fundamental: educação consistiria na socialização metódica das novas gerações.



### Pesquise mais

Um interessante filme produzido em 1974, na Alemanha, com direção de Werner Herzog, é o clássico *O Enigma de Kaspar Hauser*. Nesta obra cinematográfica, é possível acompanhar o drama de um homem que, ao longo de boa parte de sua vida, foi privado do convívio social e que passou a enxergar o mundo de um modo diferente, após ter acesso a um processo educacional.

O trailer deste filme está disponível em: <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-10082/trailer-19547299/>>. Acesso em: 12 maio 2017.

## Natureza e método da pedagogia

As ideias de Durkheim acerca da educação serão apresentadas de forma clara no livro *Educação e Sociologia* (2016), no qual seu discípulo, Paul Fauconnet, após a morte do mestre, reúne artigos publicados em vida por Durkheim. O registro da primeira edição desse livro é de 1922, no qual um dos pontos mais interessantes está na caracterização da pedagogia, de sua natureza e de seu método.

Inicialmente, Durkheim começa por apontar quais são as diferenças entre a noção de educação e a pedagogia, deixando claro que, enquanto a educação diz respeito à ação que as gerações anteriores exercem sobre as seguintes, isso seria “completamente diferente para a pedagogia. Essa consiste, não em ações, mas em teorias. Essas teorias são maneiras de conceber a educação, não maneiras de praticá-la.” (DURKHEIM, 2016, p. 41)

Desse modo, Durkheim irá concluir que a educação é, portanto, o objeto de estudo da pedagogia, e que esta “consiste, de certa maneira, em refletir a respeito das coisas da educação” (Ibidem, p. 41). Segundo ele, a pedagogia não seria, necessariamente, uma ciência da educação, pois não trata da educação apenas da perspectiva teórica, isto é, produzindo teoria científica sobre (ou para) ela. Do mesmo modo, a pedagogia não seria uma arte, no sentido de uma prática pura (um saber fazer, um ofício) descolada da teoria. Portanto, Durkheim vê a pedagogia como um saber que está entre a arte e a ciência (conforme os sentidos aqui empregados), sendo ela uma “atitude mental intermediária” (DURKHEIM, 2016, p. 49). Para ele:



Em vez de agir sobre as coisas ou os seres conforme modos determinados, refletimos sobre os processos de ação empregados, visando não a conhecê-los e explicá-los, mas a apreciar o que valem, se são o que devem ser, se não seria útil alterá-los e de que modo, até mesmo substituí-los totalmente por processos novos. (DURKHEIM, 2016, p. 49)

Durkheim deixa claro que cada sociedade teria uma prática ou um sistema de educação próprio, assim como cada sociedade tem um

conjunto de valores morais, um sistema religioso e um econômico. O que significa, desse modo, que haveria diferenças das práticas educacionais entre sociedades a depender dos níveis maiores ou menores de sofisticação em termos de organização e arranjos sociais. De todo modo, ao definir quais seriam esses tipos possíveis de educação, seria preciso:

[...] explicá-los, ou seja, buscar de quais condições dependem as propriedades características de cada um deles, e como derivam uns dos outros. Seria possível obter, assim, as leis que dominam a evolução dos sistemas educação. Daria para perceber, então, em qual sentido a educação se desenvolveu e quais as causas que determinaram esse desenvolvimento e que dele dão uma explicação. Questão bastante teórica, certamente, mas cuja solução como podemos vislumbrar, seria fecunda em aplicações práticas. (DURKHEIM, 2016, p. 46)

Desse modo, conclui Durkheim que seria possível definir a pedagogia como sendo “uma teoria prática [...]”. Não estuda cientificamente os sistemas de educação, mas reflete a respeito em vista de fornecer à atividade do educador ideias que o conduzem” (DURKHEIM, 2016, p. 50). Embora a pedagogia e as ciências que lhe seriam auxiliares não estivessem plenamente desenvolvidas – a exemplo da própria sociologia ou da psicologia, citadas pelo próprio Durkheim –, o empreendimento do estudo das práticas educacionais, da reflexão sobre elas, e de como melhorá-las deveria seguir em frente. Para Durkheim, mesmo diante dessa dificuldade, “o que podem nos pedir é que empreguemos tudo quanto tivermos de ciência, por mais imperfeita que seja, e tudo quanto tivermos de consciência, para prevenir esses riscos o quanto pudermos. E é precisamente nisso que consiste o papel da pedagogia.” (DURKHEIM, 2016, p. 52)



### Assimile

Para pensarmos nas diferenças referentes aos sistemas educacionais ou aos tipos de educação, basta pensarmos no modo como, ao longo da história, as sociedades ditas “menos complexas” (a exemplo das tribos

indígenas) educavam seus filhos por meio apenas da linguagem oral, sem necessariamente o acesso a uma linguagem escrita, oralidade esta que era passada de pai para filho. As sociedades ditas “mais complexas”, a exemplo da sociedade ocidental, desenvolveram um sistema educacional, o qual, para além da educação informal que ocorre no seio da família (e que, inicialmente, também é de natureza oral), instituiu a educação formal por meio de escolas, tanto de natureza religiosa como laica. Devemos lembrar que as escolas de natureza laica, que são aquelas sem orientação religiosa, foram disseminadas, principalmente, após as revoluções burguesas da Europa no século XVIII.

A pedagogia – e, mais especificamente, seu manuseio – deveria estar pautada por, pelo menos, três pontos fundamentais em termos de uma metodologia para sua eficácia como área do saber. Em primeiro lugar, Durkheim defendeu que ao pedagogo caberia conhecer, com clareza, o sistema educacional de seu tempo, afinal, “é nessa condição que estará em posição de dele servir-se com discernimento e julgar o que nele pode haver de defeituoso” (DURKHEIM, 2016, p. 54). Em segundo lugar, era preciso conhecer a história das doutrinas pedagógicas, pois a história destas deveria complementar a história do ensino. Portanto, concluiu que “as doutrinas mais recentes não nasceram ontem; estão na sequência de outras, que as precederam, sem as quais, por consequência, não podem ser compreendidas” (DURKHEIM, 2016, p. 55). Em terceiro lugar, era de fundamental importância que se recorresse à psicologia, fosse ela a psicologia infantil ou coletiva, considerando-a como um braço da pedagogia, uma vez que, “como nenhum método pode ser aplicado da mesma maneira a diferentes crianças, é novamente a psicologia que deveria auxiliar-nos em meio à diversidade da inteligência e caracteres.” (DURKHEIM, 2016, p. 57)



**Refleta**

Pensando sobre a função da pedagogia nos dias de hoje, bem como as possibilidades de ação dos intelectuais que pensam a educação no Brasil, até que ponto os pedagogos possuem, de fato, um poder de intervenção na realidade da educação brasileira? Embora existam trabalhos e pesquisas acadêmicas ricas em informações e discussões

sobre o estado da arte da educação no país, por que boa parte dessas conclusões e análises não são consideradas pelas autoridades e pela classe política de governantes?

## Pedagogia e sociologia

No terceiro capítulo de sua obra *Educação e Sociologia*, Durkheim estabelece uma relação entre a pedagogia, considerada por ele como uma teoria prática, e a sociologia. Como vimos anteriormente, Durkheim parte do princípio de que existem diferentes práticas educacionais por entre as sociedades, a depender do grau de sofisticação de cada uma delas. O sociólogo francês discorre sobre a existência, dentro de uma mesma sociedade, de diferentes modos de educação, mas não abre mão de algo que lhe parece muito verdadeiro: a certeza de que sempre haverá “certo número de ideias, sentimentos e práticas que a educação deve inculcar a todas as crianças sem distinção, qualquer que seja a categoria social à qual pertençam. É até mesmo essa educação comum que passa geralmente por ser a verdadeira educação” (DURKHEIM, 2016, p. 64). Portanto, se existe algo de específico nas práticas educacionais em cada sociedade, é preciso considerar que isso é resultado da estrutura social existente, que define a educação e o seu objetivo.

Desse modo, Durkheim concluiu que “o homem que a educação deve realizar em nós não é o homem tal qual a natureza o fez, mas aquele que a sociedade quer que ele seja; e ela o quer tal qual o exige sua economia interna” (DURKHEIM, 2016, p. 66). Isso pressupõe, portanto, que nas sociedades mais complexas, com maior divisão do trabalho social, a educação, nelas existente, estaria comprometida com essa mesma divisão. Logo, seria correto dizer que, com o capitalismo, a educação promovida nas sociedades modernas estaria vinculada aos interesses da produção capitalista e, dessa forma, também voltada à promoção da especialização (da produção) e ao individualismo entre os homens.

Assim como apontado anteriormente, a educação tem um papel socializador, pois a partir dela é que a sociedade consegue reproduzir e renovar sua própria existência. A educação seria fundamental para

inculcar nos indivíduos um conjunto de pensamentos presentes na sociedade, fruto da consciência coletiva. Trata-se de “um sistema de ideias, sentimentos, hábitos, que expressam em nós não nossa personalidade, mas o grupo ou os diferentes grupos dos quais fazemos parte” (DURKHEIM, 2016, p. 68). Logo, se esse conjunto ou sistema de ideias pode ser considerado como fundamental para formar em nós o ser social, será a sociologia que revelará as linhas gerais desse mesmo sistema, afinal, conhecê-lo seria fundamental para orientar à pedagogia o que de fato nos é importante em termos de formação educacional. A sociologia, portanto, deveria colaborar à pedagogia. Segundo Durkheim:



Assim, mesmo que a consciência individual não tivesse mais mistérios para nós, mesmo que a psicologia fosse uma ciência acabada, não saberia informar o educador sobre o objetivo que deve perseguir. A sociologia, apenas ela, pode ajudar-nos a compreendê-lo, relacioná-lo aos estados sociais dos quais depende e expressa, seja para nos ajudar a descobri-lo, quando a consciência pública, confusa e incerta, não souber mais qual ele deve ser. (DURKHEIM, 2016, p. 71)

Se a sociologia é importante para definir quais os verdadeiros fins da educação, por outro lado, não seria o pensamento sociológico o grande instrumento ou meio para alcançá-los. Este papel, para Durkheim, seria da psicologia, afinal, é no indivíduo (na consciência dele) que a educação deve atuar diretamente. Contudo, a psicologia “sozinha não poderia nos fornecer os elementos necessários à construção de uma técnica que, por definição, tem seu protótipo, não no indivíduo, mas na coletividade”! (DURKHEIM, 2016, p. 73). Ele deverá contar com a sociologia, a qual é a ciência das instituições sociais, e que dessa forma poderá contribuir na indicação de rumos para a pedagogia (sendo esta, como já vimos, uma teoria prática).



### Exemplificando

A implantação do Ensino Superior no estado de São Paulo, na virada do século XIX para o XX, é um bom exemplo de como as mudanças

econômicas e nos modos produtivos requerem alterações nos sistemas de ensino. O início e o desenvolvimento da produção industrial paulista fizeram com que universidades e escolas técnicas especializadas fossem implantadas para atender às novas necessidades de domínio e produção da tecnologia da indústria.

O livro de Elza Nadai, *Ideologia do Progresso e Ensino Superior* (São Paulo 1891-1934), é uma importante obra para se conhecer melhor este processo de consequências não apenas para São Paulo, mas para o Brasil. Vale a pena a leitura.

### **A evolução e o papel do ensino secundário da França**

Segundo Durkheim, o processo pedagógico deveria dar ao professor uma consciência plena de sua função e, para tanto, requer o exercício da reflexão, da crítica às suas certezas e aos seus métodos. "A reflexão, com efeito, é a antagonista natural, a inimiga nascida da rotina. Apenas ela pode impedir os hábitos de tomar uma forma imutável, rígida, que os subtrai à mudança" (DURKHEIM, 2016, p. 78). Assim, se a sociedade possui um dinamismo, sofrendo mudanças de maior ou menor intensidade ao longo tempo e, como vimos, se a educação é a transmissão desse sistema de ideias presente na sociedade, isso significa que as práticas educacionais devem estar atentas às mudanças, compreendendo quais seriam as alterações necessárias no processo educacional.

Naquela Europa em fins do século XIX, como vimos, as transformações econômicas e sociais eram muitas, o que chamava a atenção de Durkheim não apenas como sociólogo, mas como alguém que tinha um posicionamento acerca do papel da educação e da pedagogia. Segundo ele, "as profundas transformações que sofreram ou que estão sofrendo as sociedades contemporâneas necessitam transformações correspondentes na educação nacional" (DURKHEIM, 2016, p. 75).

Se isso era uma verdade, Durkheim relata com certo pesar o momento pelo qual passava o ensino em seu país. Afinal, na França, enquanto tudo mudou, enquanto o regime político, econômico

e moral se transformou, houve, entretanto, algo que permaneceu relativamente imutável: as concepções pedagógicas, que estão na base do que convencionou chamar de ensino clássico” (DURKHEIM, 2016, p. 78). Na França, segundo ele, o ensino secundário (o qual se localiza entre a Escola Primária e a Universidade) atravessava uma crise desde o século XVIII, período das revoluções burguesas.

Era preciso promover uma reflexão sobre a evolução do ensino, mas, para tanto, era necessário ter consciência de como os preconceitos ou a naturalização de algumas ideias poderiam ser um obstáculo para tal reflexão. Mas se a reflexão é importante, deveria ficar claro que não é qualquer uma que interessa. Essa reflexão deveria encarar o ensino não como um processo fragmentado, no qual cada professor estivesse preocupado apenas com sua disciplina, mas sim como um processo no qual as partes não estão isoladas, mas plenamente interligadas. Além disso, essa reflexão deveria permitir compreender de forma clara qual é o verdadeiro propósito e objetivo da educação, o que seria fundamental à realização de uma reforma no projeto pedagógico, a exemplo daquela que a França estava precisando. Portanto, Durkheim conclui que os educadores devem compreender “o que constitui sua unidade [do sistema pedagógico], ou seja, qual ideal tem função de realizar, e como todas as partes que o compõem devem concorrer para esse objetivo final” (DURKHEIM, 2016, p. 81).

Todavia, Durkheim vai ponderar que reforma não se faz por decreto. É preciso ter um espírito, um interesse, uma vontade que parta dos reformadores, bem como um conhecimento apurado dos sistemas vigentes e do passado. Segundo ele:



Não se age eficazmente sobre as coisas senão na medida em que se conhece sua natureza. Pode-se conduzir adequadamente a evolução de um sistema escolar apenas se começarmos por saber o que é, do que é feito, quais os conceitos de sua base, as necessidades às quais atende, as causas que o suscitaram. E assim, todo um estudo, científico e objetivo, mas cujas consequências práticas não são difíceis perceber, aparece como indispensável. (DURKHEIM, 2016, p. 86).

Esse estudo citado por Durkheim dizia respeito à necessidade de se compreender por meio da história não apenas as transformações sociais – das quais emanam as novas necessidades da educação –, mas também compreender as diferentes correntes pedagógicas, afinal, elas seriam como que “documentos sobre o espírito do tempo” (DURKHEIM, 2016, p. 91). Para compreender tais correntes, fazia-se necessário entender a relação do presente com o passado, afinal, se por um lado é um erro não transformar as práticas pedagógicas (como ocorria na França), também seria um equívoco não saber valorizar o que o passado teria dado como contribuição para aquela prática pedagógica do presente. Portanto, construir o caminho futuro (partindo da reflexão do presente) “é considerar com atenção aquele que se estende atrás de nós” (DURKHEIM, 2016, p. 90). Assim, era necessário estudar a maneira pela qual se formou e se desenvolveu o ensino secundário da França para poder alcançar resultados práticos.

Desse modo, podemos concluir que, na leitura de Durkheim sobre o papel da pedagogia (e a necessidade da reforma educacional), ou sobre a questão do ensino secundário na França, é possível identificar muito de sua relação, como intelectual, com o pensamento positivista de Comte, afinal, a crença na ciência como ferramenta de transformação, bem como a preocupação com a formação dos homens, se tornam evidentes.



**Refleta**

Considerando o que Durkheim chamou de “espírito do tempo”, como os projetos educacionais ou as reformas da educação refletiram, de certo modo, a realidade brasileira ao longo do século XX e início do século XXI? De que modo os baixos índices educacionais do Brasil podem se relacionar com a prática e a cultura política do país?

## **Sem medo de errar**

Agora que você já relembrou parte significativa da história da formação da sociedade ocidental, certamente tem boas condições de retomar as reflexões sobre as questões sugeridas lá no item Diálogo aberto (situação de aprendizagem), não é mesmo?

Um dos aspectos fundamentais deste conteúdo era permitir que você compreendesse de forma clara como se deram as principais transformações ao longo da história, transformações estas que nos fizeram chegar até aqui e, ao mesmo tempo, acabaram se tornando objeto de estudo da Sociologia. Afinal, esta não era sua curiosidade: saber do que se trata a Sociologia?

## Faça valer a pena

**1.** Gabriel Cohn é um importante sociólogo brasileiro. Em entrevista concedida à Univesp TV, falou sobre questões fundamentais de dois dos grandes clássicos da sociologia: Karl Marx e Émile Durkheim. Segue um recorte dessa entrevista:

“A \_\_\_\_\_ tem um papel tão saliente que ele [\_\_\_\_\_] dedicou muita atenção a isso (...) O sistema educacional tem papel central porque é o lugar por excelência em que os jovens são apresentados às orientações que a sociedade espera deles. A visão dele da educação é a da \_\_\_\_\_ de cidadãos \_\_\_\_\_ na sociedade. Diríamos, assim: disciplinados. O que não significa necessariamente “submissos”. Durkheim não era um homem avesso a exigências democráticas. Mas era um homem, digamos, com uma visão extremamente \_\_\_\_\_ (...) da sociedade. Aliás, é o mais severo dos grandes clássicos. Até a fisionomia dele sugere isso. Ele acha, sim, (...) que \_\_\_\_\_ possível conciliar uma integração disciplinada no conjunto de normas nas diversas áreas da sociedade em que pessoas vivem com uma mobilidade, uma liberdade, uma criatividade grande. Aí teria que haver na sociedade suficientes \_\_\_\_\_ que garantissem isso” (COHN, G. **Karl Marx e Émile Durkheim**. Disponível em: <goo.gl/nd2uSJ>. Acesso em: 20 abr. 2017).

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas de modo a entender o que Cohn nos conta sobre um dos grandes autores da sociologia.

- a) educação, Durkheim, formação, integrados, severa, é, instituições.
- b) educação, Durkheim, libertação, presos, liberal, não é, ações individuais.
- c) economia, Durkheim, formação, integrados, severa, é, ações individuais.
- d) educação, Karl Marx, formação, integrados, severa, é, instituições.
- e) educação, Durkheim, produção, criativos, revolucionária, não é, lutas de classes.

**2.** Januária, professora no Ensino Fundamental da rede pública estadual, vem deslindando a aventura de Durkheim pelo mundo da educação, para lhe inspirar novas ideias e práticas docentes. Agora, está lendo *Educação*

e *sociologia* (1922), que faz parte da “Coleção Textos Fundantes de Educação”, um conjunto de artigos sobre educação elaborados por Durkheim e reunidos por Paul Fauconnet. Quando olhou o sumário, teve a impressão de que educação e pedagogia são termos distintos para Durkheim:

## SUMÁRIO

---

*Apresentação da coleção, 7*

Antônio Joaquim Severino

*Introdução: A obra pedagógica de Durkheim, 9*

Prof. Paul Fauconnet

- 1 A educação, sua natureza e seu papel, 43
  - 1.1 As definições da educação: exame crítico, 43
  - 1.2 Definição da educação, 49
  - 1.3 Consequência da definição anterior:  
caráter social da educação, 54
  - 1.4 O papel do Estado em matéria de Educação, 61
  - 1.5 Poder da educação: meios de ação, 65
- 2 Natureza e método da Pedagogia, 75
- 3 Pedagogia e Sociologia, 97

(DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975)

Qual é a diferença básica que Januária vai identificar entre os termos logo no início do segundo capítulo (“Natureza e método da pedagogia”)?

- a) A educação tem a ver com teorias, e a pedagogia, com práticas. A educação seria, portanto, objeto de estudos da pedagogia.
- b) A educação tem a ver com teorias, e a pedagogia, com práticas. A pedagogia seria, portanto, objeto de estudos da educação.
- c) A educação tem a ver com práticas, e a pedagogia, com teorias. A educação seria, portanto, objeto de estudos da pedagogia.
- d) A educação tem a ver com práticas, e a pedagogia, com teorias. A pedagogia seria, portanto, objeto de estudos da educação.
- e) Tanto a educação quanto a pedagogia têm a ver com práticas e teorias, e uma não é objeto de estudos da outra.

**3.** Em 2006, o Ministério da Educação realizou um projeto que tinha por objetivo disponibilizar aos diversos agentes educacionais (diretores,

professores etc.) uma coleção de livros que inspirassem um fazer pedagógico mais bem fundamentado. Um dos volumes foi dedicado a Durkheim, e teve a "Apresentação" escrita por Fernando Haddad. É de Jean-Claude Filloux, um prestigiado intelectual francês, o "Ensaio" que fala sobre o percurso de Durkheim.

Ao final do livro, um dos itens é destinado a listar as obras de Émile Durkheim até então publicadas em português (destacamos os estudos que incluem um olhar durkheimiano sobre a instituição que, segundo o autor, seria a responsável por transformar o "ser individual" em "ser social"):

DURKHEIM, Émile. **Da divisão social do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

----- . **Educação e sociologia**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975.

----- . **Ética e sociologia da moral**. São Paulo: Landy, 2006.

----- . **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

----- . **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

----- . **Lições de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

----- . **Montesquieu e Rousseau**. São Paulo: Madras, 2008.

----- . **Regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

----- . **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Ícone, 2007.

----- . **Sociologia, educação e moral**. Porto: Rés Editora, 1984.

----- . **O suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Analise as citações a seguir:

I. "A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que não estão ainda maduras para a vida social".

II. "A educação cria um ser novo no homem? Trata-se do ser social".

III. "A doutrina materialista sobre a mudança das contingências e da educação se esquece de que tais contingências são mudadas pelos homens e que o próprio educador deve ser educado. Deve por isso separar a sociedade em duas partes, uma das quais é colocada acima da outra. A coincidência da alteração das contingências com a atividade humana e a mudança de si próprio só pode ser captada e entendida racionalmente como práxis revolucionária".

Qual(ais) delas contempla(m) ideia(s) durkheimiana(s) que sustenta(m) os trabalhos mencionados?

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II.

e) I, II e III.

## Seção 4.3

### Crítica ao pensamento positivista

#### Diálogo aberto

A sensação de que a pesquisa acabou está cada vez mais ficando evidente para você. Parece até que foi ontem o dia em que tudo começou, pois o tempo passou muito rápido. Por falar no tempo, algo tem lhe intrigado: se a obra de Durkheim foi elaborada na segunda metade do século XIX, por que seus escritos até hoje possuem relevância? Afinal, o que faz de um clássico, um clássico? Ainda que sua obra seja válida até os dias de hoje, não haveria nela alguns pontos passíveis de crítica? Não bastassem essas dúvidas, eis que, no momento da devolução dos livros ao bibliotecário, ele diz: “Bom trabalho, com sua pesquisa você conseguiu conhecer um dos nomes da Sociologia Clássica. Por que não estuda também os outros?”. Automaticamente, você se questiona: “Com quem mais Durkheim dividiria esta sua posição enquanto um autor clássico de fins do século XIX?”. Porém, antes mesmo que você fizesse essa pergunta ao bibliotecário, eis que ele lhe diz: “Por que não lê também Max Weber?”.

Por não negar nenhum desafio, eis sua nova empreitada e, já por entre as primeiras páginas lidas, uma nova questão se coloca: do ponto de vista metodológico, o que poderia ser apontado como diferenças entre o pensamento durkheimiano e o weberiano? Para responder a essas questões, esta seção que se inicia fornecerá alguns caminhos. Vamos lá?

#### Não pode faltar

Nesta seção, você vai poder refletir de modo ainda mais crítico sobre o legado da obra de Émile Durkheim. A importância de seus escritos não é apenas por ser um registro histórico, ou seja, por estar entre as primeiras obras da sociologia. Sua teoria definiu algumas bases importantes para a análise social, as quais valem até hoje. Contudo, as fragilidades da sociologia positivista também podem ser apontadas

na obra de Durkheim e, aqui, você vai poder refletir sobre elas. Ao final da seção, uma breve discussão sobre o pensamento de Max Weber mostrará como o pensamento sociológico se desenvolveria depois de Durkheim.

### **A permanência de Durkheim enquanto clássico**

De modo geral, podemos dizer que uma obra é clássica quando seu conteúdo, suas discussões, as ideias nela contidas, ou as premissas das quais partem seu autor (ou autores) devem ser consideradas, porque: registram de modo peculiar o pensamento de uma época (do ponto de vista cultural, científico, religioso, moral etc.); ou marcaram um momento histórico, impactando a sociedade ou a forma dos homens compreenderem determinados aspectos de suas vidas; ou, no caso de uma obra científica, pode ter significado tanto o início de um ramo da ciência – apontando quais são os princípios básicos daquela área e que podem ser considerados até hoje – quanto pode ter sido um divisor de águas em relação a tudo que se teria produzido até ali. Esses seriam apenas alguns dos aspectos que podem nos ajudar a pensar o que faz de uma obra um clássico, mas é evidente que outros fatores podem ser considerados. De todo modo, uma coisa é certa: o clássico é uma referência a qual devemos sempre recorrer.

Isso justifica o motivo pelo qual, ao se estudar sociologia, é fundamental a leitura das obras de Émile Durkheim. A sistematização de suas ideias e reflexões acerca da Europa de seu tempo, no final do século XIX, foram fundamentais para o desenvolvimento da ciência intitulada por Auguste Comte como Sociologia. Mais precisamente, a obra durkheimiana foi responsável por um momento importante do desenvolvimento dessa ciência, principalmente no que diz respeito à construção de uma metodologia específica para ela, da definição de um objeto de estudo, como o fato social, bem como na construção de categorias, como solidariedade mecânica e orgânica, para melhor se compreender as características das organizações sociais e da vida social nelas existentes. Portanto, Durkheim permanece como leitura obrigatória por ter lançado algumas premissas básicas ao pensamento sociológico, as quais ainda nos auxiliam a entender de que modo organizamos nossas vidas sob a batuta da consciência coletiva. Isto é, sua obra traz luz à reflexão sobre o modo pelo qual construímos nosso ser social, nosso estar no mundo, como fruto não

apenas das escolhas individuais que fazemos, mas sim da coerção ou pressão que sofremos da consciência coletiva. A complexidade da vida dos homens na sociedade capitalista é um fato que se impõe como desafio às ciências sociais contemporâneas, afinal, a harmonia social, embora garantida pelos laços de interdependência, é garantida por uma ampla divisão do trabalho. Durkheim foi um dos primeiros a se debruçar sobre isso e, com sua obra, contribuiu para revelar muito deste caráter complexo da sociedade de seu tempo, sendo um “dos grandes analistas do mundo moderno, estando entre os primeiros a estudar o “individualismo da vida contemporânea.” (SELL, 2013, p. 77)

Basta pensarmos no nosso cotidiano para podermos avaliar como ainda hoje as teorias de Durkheim podem ser um importante instrumento de compreensão sobre nossa sociabilidade. Você já pensou sobre o que de fato une você à sua família? Não é curioso, por exemplo, que em um jogo de futebol os torcedores se identificam entre si por estarem com a mesma camisa do time do coração e do mesmo lado do estádio, ao passo que se incomodam, de certo modo, com os hinos entoados pela torcida adversária? Isso não poderia ser entendido como o sentimento de solidariedade que une pessoas que, por algum motivo, sentem-se pertencentes a um grupo? Seja a família, seja a torcida de futebol, a ligação informal entre os indivíduos seria um bom exemplo de solidariedade mecânica, a qual Durkheim nos ajudou a compreender. Porém, nosso cotidiano também se depara com a solidariedade de natureza orgânica, a qual o autor descreveu como um sinal da complexidade presente na sociedade moderna. Ao mesmo tempo, somos alunos, trabalhadores, consumidores, e assim por diante, estabelecendo diferentes relações e papéis sociais em uma grande teia de relacionamentos pautada pela interdependência, sobre a qual Durkheim também discorreu e tornou clara.

Seus estudos sobre a educação, importante instituição social, são válidos até hoje como fundamentos básicos para a formação de pedagogos. Contudo, vale ponderar que a teoria durkheimiana, ao longo do tempo, foi objeto de releituras, revisões e críticas, o que é muito comum não apenas às ciências sociais (dado seu dinamismo), mas à ciência de modo geral. Ainda assim, é inegável que suas ideias foram contribuições ímpares para a compreensão do caráter e da natureza social da educação, principalmente no que diz respeito à sua compreensão como processo de socialização. Assim, Durkheim

pode ser lido como um clássico (e isso pode ser justificado por mais de um daqueles primeiros pontos citados), afinal, não apenas registrou o modo de pensar de sua época, mas contribuiu para definir o papel da sociologia naquele momento. “Durkheim via na ciência social uma expressão da consciência racional das sociedades modernas, mas não excluía o diálogo com a História, a Economia e Psicologia, embora apontasse os limites de cada uma dessas disciplinas na explicação dos fatos sociais” (QUINTANEIRO, 2009, p. 68). Mais do que isso, sua obra também contribui para o desenvolvimento de outras ciências sociais, afinal:



As reflexões que Durkheim realizara junto com Marcel Mauss (1872-1976) a respeito das representações coletivas e dos sistemas lógicos de compreensão do mundo originários de distintos grupos sociais estabeleceram uma ponte entre sua teoria sociológica e as preocupações que marcam a Antropologia contemporânea. Por outro lado, uma vertente do pensamento Durkheimiano, mais especificamente os aspectos ligados ao consenso e à integração do sistema social, foi incorporada à moderna teoria sociológica norte-americana através da interpretação de Talcott Parsons. Suas ideias inspiraram também estudos recentes sobre desintegração de padrões tradicionais de interação devido aos processos de urbanização, além de pesquisas sobre a família, a profissão e a socialização. (QUINTANEIRO, 2009, p. 99)



**Pesquise mais**

### **Como uma obra pode ser considerada um clássico?**

A produção intelectual dos gregos na Antiguidade Clássica é um dos maiores exemplos, para a cultura ocidental, do que seriam os pensamentos clássicos. Afinal, suas obras sobre filosofia, física, matemática, medicina, literatura, enfim, toda essa gama de produções foi um importante marco no pensamento do Ocidente. Filósofos, como Sócrates, Platão e Aristóteles, mudariam o mundo com suas ideias, as quais, mesmo séculos depois da morte deles, ainda se fizeram e se fazem presentes. Portanto, são clássicos do pensamento ocidental. Afinal, uma obra se torna clássica quando consegue, entre outros motivos, ser

significativa tanto como marca de uma época como de um modo de ver e explicar o mundo. Já na Idade Média, momento em que o poder ideológico da Igreja Católica predominou, livros produzidos pelos gregos eram considerados hereges, isto é, verdadeiros ataques à fé cristã, pois a valorização da razão em detrimento da fé era uma ameaça à igreja. Afinal, essas obras eram representativas como registro do modo peculiar do pensamento vigente na Grécia Antiga, na qual o centro de tudo não era Deus, mas os homens. Desse modo, para compreender melhor a forma como a igreja reagia às obras clássicas produzidas na Antiguidade pelos gregos, assista ao filme *O Nome da Rosa* (1986), de direção de Jean-Jacques Annaud. Disponível em: <<http://www.assistirfilmeshd.org/o-nome-da-rosa-dublado.html>>. Acesso em: 12 maio 2017.

### **Um contraponto: as fragilidades do pensamento positivista**

Até este momento de reflexão acerca da sociologia positivista, e em especial sobre Durkheim e sua obra, destacou-se não apenas a primazia da obra durkheimiana, mas, acima de tudo, os aspectos positivos desta sua empreitada para a formação das ciências sociais. Eis o momento de pensarmos em alguns contrapontos importantes em relação ao pensamento do sociólogo francês, os quais nos indicam, de certo modo, algumas fragilidades inerentes à sociologia positivista. Devemos levar em conta que tanto as críticas como as reflexões e os debates teóricos, de modo geral, são fundamentais ao desenvolvimento da ciência. Em primeiro lugar, aquilo mesmo que nos parece ser o maior traço constitutivo da sociologia de Durkheim, isto é, a ligação com o positivismo, já pode ser considerado como algo indicativo de uma fragilidade. O que se percebe em Durkheim é uma valorização da ciência e da razão muito próxima da visão de seu mestre, Auguste Comte, o qual acreditava na ciência como um instrumento perfeito à promoção de uma sociedade moderna, ajustada, ordenada. A história provaria a fragilidade desta crença na ciência como instrumento reformador, ordenador e plenamente benéfico, afinal, a ideia de uma razão científica sempre imparcial, pura, universal e a favor de todos é algo utópico. Além disso, o desenvolvimento da ciência não promoveu a ampliação do acesso a melhores condições socioeconômicas para todos. Ao contrário, a ciência foi instrumentalizada para os interesses do capitalismo, o

qual gera uma sociedade naturalmente assimétrica. Outro ponto a ser destacado como sinal da fragilidade contida no pensamento positivista seria a crença na possibilidade de se captar as leis sociais que regem a sociedade (leis estas que seriam como as da física ou da química) e, a partir desse conhecimento, conseguir prever para prover a sociedade. A dinâmica social deixa evidente a não existência de leis rígidas que comandem os movimentos da sociedade, porém, na sociologia de Durkheim, haveria uma explícita e eminente preocupação em se criar uma ciência “capaz de descrever as leis de funcionamento da sociedade e orientar o seu comportamento” (SELL, 2013, p. 80) e, assim, reformando-a.

Do mesmo modo, Durkheim também teria sido influenciado pelas ideias evolucionistas contidas na obra de Charles Darwin, intelectual que defendia a teoria da evolução das espécies, na qual se basearia o chamado darwinismo social. Isto estaria presente na forma como encarou as noções como sociedades simples e sociedades complexas, com suas respectivas formas de solidariedade, tanto mecânica como orgânica. Porém, de todo modo, é preciso dizer que o darwinismo social, de modo geral, não é mais aceito pelas ciências sociais, uma vez que a tese das diferenças biológicas entre as etnias e raças caiu por terra tanto por evidências científicas como pelo evidente preconceito inerente a esse tipo de explicação. Para as ciências sociais, as diferentes formas de organização social existentes não estariam, necessariamente, em uma linha evolutiva, mas seriam resultado de processos históricos diferentes que resultaram em modos diferenciados de produção da vida material, de organização social, religiosa e cultural. Não haveria, portanto, superiores e inferiores. Portanto, a filiação de Durkheim ao darwinismo social, em maior ou menor grau, pode ser lida como mais uma fragilidade de seu pensamento.

Alguns dos comentadores da obra de Durkheim afirmam ter ela uma raiz conservadora, uma vez que, por entre sua formação como intelectual, estiveram presentes autores como Edmund Burke, Joseph de Maistre e Louis de Bonald, todos considerados como opositores à agitação e às transformações pelas quais suas eras passavam. Durkheim não era um opositor às transformações, necessariamente, mas deixava clara sua preocupação em compreender de que modo seria possível manter a harmonia social diante da Europa em ebulição. Quintaneiro aponta que:

[...] a profunda fé mantida por Durkheim na capacidade de convivência entre indivíduos idiossincráticos, sem que se pusesse em risco a existência da vida social, atesta sua sensibilidade para as tendências de mudança, embora de caráter pacífico e mesmo reformista, assim como sua esperança no exercício da liberdade responsável num quadro de justiça social e de ideias cosmopolitas que se estenderia a toda a humanidade. (2009, p. 99)



Desse modo, a crença na possibilidade da manutenção da ordem e da harmonia social, e a preocupação com os desdobramentos das mudanças sociais, podem ser compreendidos como aspectos conservadores de seu posicionamento. Aliás, a preocupação de Durkheim com a educação como forma de socialização do indivíduo para moldá-lo a determinados valores e noções de mundo definidos como certos para sua vida social também pode, em certa medida, ser lido como um traço conservador.

Contudo, fragilidades à parte, sua obra resistiu ao tempo em vários sentidos, o que o faz, a despeito dos contrapontos apresentados, um dos maiores clássicos do pensamento sociológico. Conservador ou não, sua crença na ciência e a não indiferença com as transformações à sua volta fizeram de Durkheim um intelectual de enorme envergadura.



**Refleta**

Embora possamos identificar alguns aspectos que nos pareçam traços de conservadorismo na posição de um determinado autor, a exemplo de Durkheim, por que nem sempre as críticas podem ser de fato justas? O que seria uma crítica anacrônica? Como o tempo e o contexto podem influenciar um autor em sua produção intelectual? Ou será que a produção das ideias está descolada das influências do cotidiano?

### **Para além de Durkheim: a sociologia de Max Weber**

Entretanto, se o legado de Durkheim está entre os mais significativos para o pensamento sociológico, ele não é o único. Para além dele,

há sociólogos, como Max Weber, quem, assim como Durkheim, contribui para o aprimoramento da sociologia como ciência. Tendo vivido entre 1864 e 1920, Weber está entre um dos fundadores do pensamento sociológico. Diferentemente de Durkheim, para ele, o objeto da sociologia não é a sociedade, mas as ações sociais, a partir das quais construímos as relações sociais enquanto agentes sociais que somos. Segundo Sell:



Ao contrário de Comte e Durkheim que construíram suas teorias sociológicas com base no primado do objeto, Weber vai orientar toda sua produção sociológica com base no primado do sujeito. A ideia de que o indivíduo é o elemento fundante na explicação da realidade social atravessa a produção epistemológica e metodológica do autor, operando uma verdadeira revolução nas ciências sociais. Deste modo, Weber inaugurou na sociologia um novo caminho de interpretação da realidade social: a teoria sociológica compreensiva. (2013, p. 107)

Como Weber definia a ação social? Para ele, a ação social orienta-se pelas ações de outros. Para Weber, "a conduta íntima é ação social somente quando está orientada pelas ações dos outros. Não o é, por exemplo, a conduta religiosa quando esta não passa de contemplação, oração solitária etc." (WEBER, 2007, p. 117). Um bom exemplo de ação social é o que se vê na atividade econômica, quando nossas ações levam em consideração as outras pessoas. Quem produz algo e pretende vender, certamente, levará em consideração a demanda existente dada pela vontade dos outros. Assim, construímos nossa vida social, a qual, segundo Weber, é pautada pelo cálculo e pela racionalidade, sendo este um conceito fundamental na obra do sociólogo alemão.

Para Weber, a racionalidade seria como o motor da ação social. A ação é toda conduta humana dotada de um significado subjetivo dado por quem a executa e que orienta essa ação. Porém, quando essa orientação tem em vista a ação de outros indivíduos, a ação passa a ser definida como ação social. Logo, a ação social é a ação com racionalidade (calculada) pelo indivíduo para a vida em sociedade. Desse modo, segundo Quintaneiro:

A sociologia é, para Weber, a ciência que pretende entender, interpretando-a, a ação social para, dessa maneira, explicá-la causalmente em seu desenvolvimento e efeitos, observando suas regularidades, as quais se expressam na forma de usos, costumes ou situações de interesses. (QUINTANEIRO, 2009, p. 114)



A partir disso, seria possível compreender do que se trata uma relação social. Também, seria possível concluir que a conduta orientada, reciprocamente, entre vários indivíduos, conduta esta pautada na probabilidade de que se agirá socialmente de um certo modo, seria, portanto, a relação social. Nas relações sociais, as pessoas compartilham o sentido das ações dado pelas demais pessoas. Portanto, compreendemos e compartilhamos o que são sinais de relações de amizade, ou de hostilidades, quais são os sinais necessários para trocas comerciais e relações mais formais, o que devemos esperar de relações profissionais, enfim, uma gama de situações nas quais agimos e, ao mesmo tempo, interpretamos ações.

Weber não apenas definiu o que seria o objeto de estudo da sociologia em sua visão. Assim como Durkheim, o sociólogo alemão pensou na elaboração de um método e, dessa forma, partiu da ideia de “tipo ideal”. O conceito de tipo ideal é fundamental na metodologia de Weber, afinal, por meio dos tipos ideais, ele constrói modelos de explicação, os quais aproximam a teoria da realidade social. Assim, o tipo ideal deve ser visto como um exagero de uma certa ideia ou noção acerca de algo existente na realidade. Exagerado ou não, o fato é que o tipo ideal foi utilizado como um parâmetro para a leitura da realidade social.

Outro ponto importante a ser destacado é a visão de Weber com relação à chamada neutralidade científica, visão esta que se diferencia daquela vista em Durkheim. Para o sociólogo francês, dada sua influência positivista, o cientista deveria ser dotado de uma neutralidade plena, evitando qualquer tipo de influência subjetiva, produzindo uma ciência tão objetiva como as ciências naturais (biologia, física e química). Já para Weber, embora a objetividade da produção científica seja fundamental, ele admite ser impossível uma neutralidade plena, assumindo, portanto, a existência de certa parcialidade do cientista, dada sua condição histórica de existência.



Max Weber vai dividir os tipos de ações sociais em: racional referente a fins; racional referente a valores; tradicional; e afetiva.

a) Ação racional com relação a fins: nela, o indivíduo usa a razão para atingir determinado objetivo. Por exemplo: uma meta econômica e, por meio do planejamento e do cálculo racional, torna possível viabilizar sua meta.

b) Ação racional com relação a valores: quando o indivíduo age por princípios, age de acordo com sua convicção. Está agindo movido por valores religiosos, políticos, enfim, por algo que está no plano de suas convicções e, a partir destas, baliza sua vida.

c) Ação tradicional: diz respeito às ações que, menos racionais que as demais citadas anteriormente, estão ligadas à submissão das pessoas a certas práticas. Cumprimentar as pessoas com "bom dia" ou com "como vai você?" são práticas tradicionais, mas que fazem parte da sociabilidade cotidiana. Contudo, falar essas frases a alguém que se encontre na rua não quer dizer que, de fato, tenhamos esse interesse pela vida dele. Portanto, desejar bom dia ou perguntar "como vai você" são ações formais, tradicionais.

d) Ação afetiva: nesse caso, as ações são por impulso, por emoções, sem considerar o cálculo racional das consequências da ação. A exemplo de quem resolve agir por vingança ou fazer justiça pelas próprias mãos.

Dentre as temáticas abordadas por este pensador, a sociologia da religião é uma delas. Segundo Aron, Weber promoveu uma análise comparativa das "grandes religiões e da ação recíproca entre as condições econômicas, as situações sociais e as convicções religiosas" (1987, p. 463), análise esta retratada em uma de suas mais famosas obras: *A Ética Protestante e o espírito do capitalismo*, na qual pretende saber se existe uma relação entre protestantismo e o racionalismo econômico.

Weber tratou também do que chamou de tipos puros de dominação, buscando compreender de que modo se dão as relações de poder entre os indivíduos e os grupos na sociedade. Novamente, partindo de seu método com a definição de tipos como

parâmetros para analisar a sociedade, partiu da ideia da existência de três tipos de dominação legítima: a) a dominação legal, assegurada pelas leis que regem a sociedade, a exemplo daquela exercida por alguma autoridade que representa o Estado, como um governante eleito; b) dominação tradicional, dada pela cultura, pela tradição ou costume, a exemplo daquela que os pais ou os idosos podem exercer sobre os mais jovens; e c) dominação carismática, exercida por indivíduos, como líderes religiosos, os quais conseguem liderar grupos que comungam de certa fé. Tanto a dominação tradicional como a carismática seriam exercidas e asseguradas por meios e razões subjetivos, irracionais. Já no que diz respeito à dominação legal ou burocrática, como a que é exercida pelo Estado e seus agentes, Weber deixa claro o papel da burocracia como forma racional de organização desse poder por meio de normas e procedimentos. A burocracia seria, portanto, resultante de uma forma de poder mais racionalizado, a qual teria emergida da modernidade, pautada por aquilo que Weber considerou como o desencantamento do mundo. Conforme aponta Sell:

Weber entendia que a marca fundamental da modernidade era a emergência de uma forma específica de racionalismo: o racionalismo da dominação do mundo. Para ele, o racionalismo ocidental que se encarna em instituições como o mercado capitalista, a burocracia estatal, o direito e a ciência, é resultado de um processo de desencantamento do mundo que, por um lado, aumenta a eficiência de produtividade, mas, ao mesmo tempo, carrega a possibilidade da perda da liberdade e do sentido da vida. (2013, p. 105)

Portanto, pode-se dizer que a obra weberiana inaugurou uma nova fase do processo de consolidação da produção sociológica para além de Durkheim e, dessa forma, descolou-se da vertente da sociologia positivista. Afinal, Weber não tinha como objeto de estudo compreender quais seriam as possíveis leis sociais que ajudariam a explicar a natureza de determinada organização social. Antes de olhar para a sociedade, Weber olha para o indivíduo, destacando a questão da racionalidade como motor da ação de cada um de nós e, a partir disso, busca compreender como se constituem as relações sociais.

Enquanto Durkheim se debruçava sobre a divisão do trabalho social como objeto de estudo para compreender a vida social, Weber se concentrou no racionalismo da dominação do mundo, cada vez mais evidente com o desenvolvimento do capitalismo. Desse modo, para além de Durkheim, o pensamento sociológico se aprimorou, surgindo novos métodos, como o de Weber. O método weberiano, de natureza compreensiva, olha para o indivíduo e o modo como este realiza sua ação, não vendo a vida social como Durkheim. Afinal, o sociólogo francês considerava a sociedade como um organismo vivo, sobre o qual era preciso se debruçar para conhecer suas funções, seu caráter orgânico.



### Exemplificando

Para se pensar uma ação racional com relação a valores, um bom exemplo é a vida de um monge no interior de um monastério. Para viver nessa condição, os indivíduos acabam por negarem e se absterem de muitas coisas comuns à vida de todos. Abdicam, por exemplo, de uma vida sexual ativa, em nome do celibato, uma condição necessária para muitos religiosos. Para muitos, isso poderia parecer irracional, pois não parece lógico podar ou impedir um desejo ou um prazer. No entanto, para aqueles que estão convencidos de sua fé, não se trata de nada estranho, mas uma questão de valor.

### Sem medo de errar

Uma das perguntas apresentadas a você, no início desta seção, foi a seguinte: o que faz de um clássico, um clássico?

Essa questão poderia ser respondida de várias maneiras. Um dos caminhos discutidos aqui é que uma obra é clássica tanto quando seu conteúdo pode ser considerado como um importante registro de um pensamento de uma época quanto porque impactou as ideias dos homens e a sociedade, bem como quando aponta quais são os princípios básicos de determinada área e que podem ser considerados até hoje. Uma obra também pode ser considerada como clássica quando pode ter sido um divisor de águas em relação a tudo que se teria produzido sobre determinado assunto até aquele

momento. Acima de tudo, o clássico é uma referência que devemos sempre recorrer.

Assim é a obra de Durkheim, embora ela não esteja imune a críticas. Aliás, a própria ligação com o positivismo, por si só, já poderia ser um aspecto passível de crítica. Afinal, como sabemos, a valorização exacerbada da razão e da ciência como instrumentos de transformação e reforma social é um argumento positivista, o qual se mostrou equivocado ao longo do tempo. Além disso, intérpretes de Durkheim apontam que ele teria sido influenciado pelas ideias evolucionistas contidas na obra de Charles Darwin, intelectual que defendia a teoria da evolução das espécies, na qual se basearia o chamado darwinismo social. Do mesmo modo, afirmam que sua teoria teria uma origem conservadora, uma vez que, por entre sua formação como intelectual, estiveram presentes autores conservadores considerados como opositores às transformações que assistiram a Europa passar.

Em relação à reflexão do ponto de vista metodológico sobre algumas das diferenças entre o pensamento durkheimiano e o weberiano, o que se pode dizer é que, enquanto Durkheim se debruçava sobre a divisão do trabalho social como objeto de estudo para compreender a vida social, Weber se concentrou no racionalismo da dominação do mundo, cada vez mais evidente com o desenvolvimento do capitalismo. Antes de olhar para a sociedade, Weber olha para o indivíduo, destacando a questão da racionalidade como motor da ação social. Assim, se para Durkheim era importante analisar como se dava a divisão do trabalho social para, a partir daí, compreender a vida social, Weber apresentou como objeto de estudo pelo menos dois aspectos que merecem destaque: o cálculo da ação pelos homens e o racionalismo cada vez mais presente pelo desencantamento do mundo com o avançar do capitalismo. Além disso, se por um lado, para Durkheim, a neutralidade e a produção de uma ciência plenamente imparcial eram possíveis, por outro, para Weber, era preciso admitir a subjetividade presente no trabalho do cientista, em que pese a importância da objetividade.

## Faça valer a pena

**1.** Januária, que um dia foi caloura no curso de Pedagogia e, hoje, tem mais de 15 anos de práticas docentes, está relendo alguns textos clássicos de Durkheim. Já havia lido alguns na faculdade, pois foi um autor bem discutido. Porém, ela percebe que uma leitura feita no passado é diferente de uma leitura feita no presente. As práticas e teorias movimentadas entre uma e outra fazem toda a diferença: a estudante de Pedagogia é, agora, uma professora com 15 anos de história, e isso interfere bastante no processo de leitura. Mesmo sendo o mesmo autor, o mesmo texto e a mesma teoria, a leitora não é a mesma!

Considerando que Durkheim é, de fato, um autor clássico, analise as seguintes afirmações:

I. É importante ler um clássico, como é o caso de Durkheim, pois suas ideias ainda são referência para produzir novos e outros conhecimentos.

II. O fato de ser um clássico não significa que tenhamos que concordar com ele, nem que seja produtivo em qualquer pesquisa.

III. Como Durkheim é um autor clássico, a teoria que desenvolveu é “eterna”, pois continua sendo mobilizada, atualmente, do mesmo modo como fez o autor.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

**2.** Weber e Durkheim (assim como Marx) ajudaram a construir a sociologia com seu objeto próprio e métodos, e ambos têm em comum o fato de se ocuparem do mesmo tipo de sociedade: a capitalista.

Os pontos em comum cessam aqui: cada um deu um direcionamento específico aos seus estudos.

Associe o autor às ideias que formulou:

<p>I. Émile Durkheim II. Max Weber</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A sociedade transcende o indivíduo.</li> <li>2. As ações sociais vão entretecendo o tecido social.</li> <li>3. Objeto de estudo da sociologia: fato social.</li> <li>4. Objeto de estudo da sociologia: ação social.</li> <li>5. Procura respostas para a questão: quais são as formas de organização que se impõem aos homens?</li> <li>6. Procura respostas para a questão: quais são as orientações que os homens articulam às suas ações e vão formando uma rede que os mantém em relação?</li> <li>7. Nunca se preocuparia com anomia. Seu foco era o que chamou de “desencantamento do mundo”, que seria uma forma específica de racionalismo característico da sociedade moderna ocidental.</li> <li>8. Nunca veria o indivíduo como a sede das intenções que vão orientar sua conduta.</li> <li>9. Formula modelos de explicação com base nos “tipos ideais”.</li> <li>10. Formula modelos de explicação com base no funcionamento da sociedade como um organismo vivo, procurando mostrar como os órgãos que o constituem se relacionam.</li> </ol>
--	--

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) I: 1, 3, 5, 8, 10.  
II: 2, 4, 6, 7, 9.
- b) I: 2, 4, 6, 7, 9.  
II: 1, 3, 5, 8, 10.
- c) I: 1, 2, 3, 4, 5.  
II: 6, 7, 8, 9, 10.

d) I: 6, 7, 8, 9, 10.

II: 1, 2, 3, 4, 5.

e) I: 1, 4, 7, 8, 9.

II: 2, 3, 5, 6, 10.

**3.** Michel Pêcheux (1938-1983) é um dos fundadores da Análise de Discurso, uma disciplina erigida como um gesto efetivamente antipositivista. Eni Orlandi (1942-), pesquisadora brasileira, é uma das grandes responsáveis pela constituição da disciplina no Brasil, onde adquiriu direcionamento e contornos próprios: aqui, questões que tratam do político (entendido como a divisão desigual do poder) ganharam ênfase.

Diz Orlandi: a Análise de Discurso “se pratica pelo deslocamento de regiões teóricas e se faz entre terrenos firmados pela prática positivista da ciência (a linguística e as ciências sociais). Em suma, des-territorializa. E, nesse movimento, põe em estado de questão o sujeito do conhecimento e seu campo, seu objeto e seu método, face à teoria que produz. Tanto o sujeito como a escrita da análise de discurso se delineiam nesse seu modo de existir, nessa sua qualidade de ser uma disciplina de entremeio. Não positivista, mas nem por isso abandonando o território da reflexão a que se dá o nome de ciência, mais especificamente, no interior do que chamamos ciências humanas e sociais”. (ORLANDI, 2002, p. 22)

Com base nessa perspectiva, analise as seguintes afirmações:

I. Uma disciplina pode ser científica, sem ser positivista.

II. A Linguística e as Ciências Sociais, de um modo geral, adotam práticas positivistas.

III. A Linguística e as Ciências Sociais, de um modo geral, defendem o positivismo e o incorporam assumidamente em suas teorias.

É correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

# Referências

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: UNB/Martins Fontes, 1987.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do Trabalho Social; As Regras do Método Sociológico; O Suicídio; As formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

DURKHIEM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Edipro, 2016.

NADAI, Etza. **Ideologia do progresso e ensino superior (São Paulo, 1891-1934)**. São Paulo: Loyola, 1987.

ORLANDI, E. **A análise de discurso e seus entremeios**: notas a sua história no Brasil. Cadernos de estudos linguísticos. Campinas: Ed. Unicamp, n. 42, p. 22, 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/5ui4fS>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica**: Marx, Weber e Durkheim. 2. ed. Petrópolis: Vozes. 2013. (Coleção Sociologia).

WEBER, M. Ação Social e Relação Social. In: FORACCHI. Marialice; MARTINS. José de Souza. **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

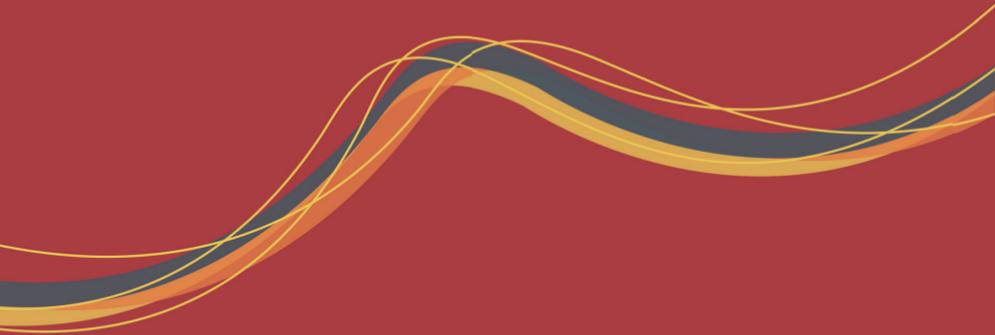
WEBER, M. **A Ética Protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.











ISBN 978-85-522-0046-8



9 788552 200468 >